



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**ECIANE SOARES DA SILVA**

**DINÂMICA SOCIOESPACIAL DO COMÉRCIO POPULAR  
DE CONFEÇÃO NO CENTRO DE FORTALEZA**

**FORTALEZA-CE  
2013**

ECIANE SOARES DA SILVA

DINÂMICA SOCIOESPACIAL DO COMÉRCIO POPULAR DE CONFECÇÃO NO  
CENTRO DE FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -  
Graduação em Geografia, da Universidade  
Federal do Ceará, como requisito para a  
obtenção do título de Mestre em Geografia.  
Área de Concentração: dinâmica territorial e  
ambiental.

Orientador: José Borzacchiello da Silva

FORTALEZA-CE

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

- 
- S578d Silva, Eciane Soares da.  
Dinâmica socioespacial do comércio popular de confecção no centro de Fortaleza / Eciane Soares da Silva. – 2013.  
155 f.: il. color. enc.; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2013.  
Área de Concentração: Dinâmica territorial e ambiental  
Orientação: Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva.
1. Centros comerciais – Fortaleza. 2. Confecção. 3. Economia Urbana. I. Título.
- CDD 910
-

Universidade Federal do Ceará – UFC  
Programa de Pós-Graduação em Geografia

**PARECER**

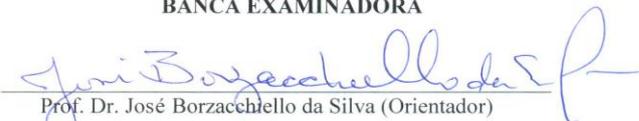
“DINÂMICA SOCIOESPACIAL DO COMÉRCIO POPULAR DE CONFECÇÃO NO  
CENTRO DE FORTALEZA.”

Eciane Soares da Silva

Defesa em 30 de setembro de 2013

Conceito obtido: APROVADO

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

  
Prof. Dra. Virginia Célia Cavalcante de Holanda  
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA

  
Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas  
Universidade Federal do Ceará - UFC

## **AGRADECIMENTOS.**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força, saúde e ânimo para vencer mais essa etapa da vida.

À minha família, meu pai José Soares, minha mãe Nerian Soares e meus irmãos Rafael e Samoel pelo apoio, compreensão e por acreditarem em mim.

Ao meu orientador professor Dr. José Borzacchiello da Silva, pelos anos de orientação na IC e Mestrado, sempre atencioso e gentil, com sabedoria e entusiasmo empolga seus orientandos e nos faz sentir capaz.

Aos professores Eustógio Dantas e Virgínia Holanda pela minúcia na análise da qualificação, bem como pelas sugestões que nos orientaram para o avanço da pesquisa.

À professora Clélia Lustosa, sempre questionadora nos empolga e instiga nas discussões das questões urbanas, contribuindo de forma significativa na nossa formação.

Aos amigos do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR), Enos Feitosa, Rachel Araújo, Rodolfo Góis, Bruno Silveira, Alexandre Queiroz, Tadeu Junior, Ângela Falcão, Iara Gomes, Edson Oliveira, Leandro Ferreira, Marília Natacha e João de Deus Aguiar, com os quais trilhei os caminhos da pesquisa e o companheirismo nas horas difíceis. Agradeço pelas discussões sobre as temáticas urbanas que colaboraram com o enriquecimento da minha formação e da pesquisa.

Aos amigos de orientação e colóquio Marlon Cavalcante, Cleiton Marinho, Firmiana Fonseca, Cícero Nilton, Claudiana Godoy, Júlia Holanda, Jionaldo Pereira, Eider Cavalcante, Ana Emília, Alexsandra Muniz, agradeço pela troca de experiência durante os encontros.

Às irmãs de coração que conheci na Residência Universitária (REU 2216), Camila Castro, Paula Luciana, Elma Sousa, Tânia Leandro, Telma Leandro, Germana Nojosa, Ismália Sousa e Ainoan Farias, minha segunda família durante os anos de graduação e início de mestrado, obriga pelo apoio e incentivo.

Ao querido amigo Marcos Xavier a quem muito admiro e respeito, com quem compartilhei momentos importantes tanto na graduação quanto no mestrado.

À minha turma de graduação “Os Baluartes da Geografia” os quais muitos também foram colegas de mestrado. A caminhada juntos foi longa, cheia de dificuldades, mas também de alegrias e aprendizado.

Ao Observatório das Metrôpoles, especialmente o núcleo Fortaleza pelas discussões e aprofundamento teórico, metodológico e estatístico.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) por ter financiado esta pesquisa.

À prefeitura de Fortaleza, pelo material fornecido. Agradecimento especial aos funcionários das secretarias do Centro (Secefor) e de Desenvolvimento Econômico (SDE).

## RESUMO

O centro de Fortaleza, durante o século XIX e até meados do século XX, era local de lazer e moradia da elite fortalezense, tendo se refuncionalizado a partir daí, passando a especializar-se notadamente em lugar de comércio popular (destacando-se o de confecções) e de oferta de serviços, sobretudo nas áreas de educação e saúde. Foi tratado nesta pesquisa o comércio de confecção, em especial os dois maiores símbolos dessa atividade no Ceará: o Beco da Poeira e a Feira da Sé. Abordou-se também outro território desse tipo de comércio no Centro, o “Esqueleto”, que vem se consolidando nos últimos anos. A partir de uma análise baseada na teoria dos circuitos da economia urbana, discorreu-se sobre o circuito inferior no centro de Fortaleza considerando os reflexos da relação entre os circuitos, bem como analisaram-se o perfil do trabalhador inserido no comércio de confecção e as estratégias adotadas nos dias de hoje. A dinâmica do comércio de confecção no Centro destaca-se pelo caráter polarizador desses territórios, os quais nos últimos anos vêm exercendo forte influência local e regional. Foram realizados, na pesquisa, revisão bibliográfica sobre temas pertinentes à pesquisa, como também trabalho de campo nos principais territórios estudados e levantamento de dados em órgãos públicos como Sine/IDT, PMF e SDE. Dessa forma, o trabalho colabora para o entendimento da espacialização e das implicações socioespaciais do comércio de confecções no centro de Fortaleza.

**Palavras-chave:** Centro. Comércio. Confecção. Território.

## ABSTRACT

The downtown of Fortaleza, during the XIX and mid XX century, was a place of elite fortalezens's recreation and housing, having up refuncionalizado thenceforth, going on to specialize particularly at popular commerce's place (highlighting the confecção) and the provision of services, especially in education and health. Was treated in this study, the trade in confecção, especially the two major symbols of this activity in Ceará: the Beco da Poeira and Feira da Sé. Was also addressed other territory this type of trade in the center, the "Esqueleto", which has been consolidating in recent years. As from an analysis based in circuit theory of the urban economy, spoke up about lower circuit in downtown Fortaleza considering the effects of the relationship between the circuits, as well as was analyzed the worker's profile inserted in trade of confecção and the strategies adopted by nowadays. The dynamics of trade of confecção in the center stands out by polarizer character these territories, which in recent years come exerting strong influence local and regional. Were performed in research, literature review about themes relevant to the research, as well as fieldwork in the main territories studied and data collection in public agencies as Sine/IDT, PMF e SDE. Thus, the work contribute for understanding of spatialization and implications socioespaciais of trade of confecção in the downtown Fortaleza.

**Keywords:** Center. Trade. Confecção. Territory.

---

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

---

Figura 1 -	Atual Beco da Poeira.	103
Figura 2 -	Antigo Beco da Poeira	103
Figura 3 -	Rua José Avelino (Feira da Sé).	107
Figura 4 -	Ônibus fretados por sacoleiras de outros estados.	107
Figuras 5 -	Estrutura interna do “Esqueleto”.	111
Figura 6 -	Estrutura externa do “Esqueleto”	111
Figura 7 -	Propagandas da Feira da Sé na internet.	133
Figura 8 -	Propaganda do Beco da Poeira na Internet.	134

---

## LISTA DE GRÁFICOS

---

Gráfico 1 -	Evolução dos indicadores de Ocupação Informal em Fortaleza.	92
-------------	---	----

---

## LISTA DE TABELAS

---

Tabela 1	-	Linhas metropolitanas com paradas finais no centro.	78
Tabela 2	-	Empregos Formais segundo as Secretárias Executivas Regionais.	84
Tabela 3	-	Empregados segundo atividade econômica	84
Tabela 4	-	Principais centralidades e estoque de empregos segundo os setores de atividade.	85
Tabela 5	-	Maiores arrecadadores de ICMS do Estado do Ceará.	85
Tabela 6	-	Principais produtos vendidos no comércio popular nas Praças da Lagoinha e José de Alencar.	96
Tabela 7	-	Perfil dos trabalhadores por gênero.	112
Tabela 8	-	Perfil dos trabalhadores por faixa etária.	114
Tabela 9	-	Perfil dos trabalhadores segundo o nível de escolaridade.	116
Tabela 10	-	Perfil dos trabalhadores segundo o estado civil.	118
Tabela 11	-	Perfil do trabalhador segundo o número de familiares.	119
Tabela 12	-	Perfil dos trabalhadores segundo a renda mensal.	121
Tabela 13	-	Perfil dos trabalhadores segundo o tempo de trabalho.	123
Tabela 14	-	Perfil do trabalhador segundo a produção da mercadoria.	125
Tabela 15	-	Tabela segundo o tipo de mercadoria produzida.	126
Tabela 16	-	Destino das vendas dos ambulantes da Feira da Sé.	137

---

## LISTA DE MAPAS

---

Mapa 1 -	Linhas da Região Metropolitana de Fortaleza com parada final no centro de Fortaleza.	79
Mapa 2 -	Corredor de Comércio Popular: Praça José de Alencar, Antigo Beco da Poeira e Praça da Lagoinha.	97
Mapa 3 -	Áreas de Concentração do Comércio Popular de Confeção.	99
Mapa 4 -	Procedência dos trabalhadores do Beco da Poeira	102
Mapa 5 -	Área 1 de Concentração do Comércio Popular de Confeção – Beco da Poeira.	104
Mapa 6 -.	Área 2 de Concentração do Comércio Popular de Confeção – Feira da Sé.	109
Mapa 7 -	Fluxo de Compradores Interestaduais para a Feira da Sé	136

---

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

---

**APROVACE** - Associação dos Profissionais do Comércio de Vendedores Ambulantes do Estado do Ceará.

**CIET** - Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho.

**FCPC** – Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura.

**IBGE**- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**IDT**- Instituto de Desenvolvimento do Trabalho.

**OIT**- Organização Internacional do Trabalho.

**PDS** - Pesquisa Desemprego e Subemprego.

**PEA** - População Economicamente Ativa.

**PREALC** - Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe.

**PMF** – Prefeitura Municipal de Fortaleza.

**RMF**- Região Metropolitana de Fortaleza.

**SINE** - Sistema Nacional de Emprego.

**SECEFOR**- Secretaria Regional Executiva do Centro de Fortaleza.

**SPED** - Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego.

---

## SUMÁRIO

---

<b>1</b>	<b>ASPECTOS INTRODUTÓRIOS</b>	13
<b>2</b>	<b>O COMÉRCIO DE CONFECÇÃO NO CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA</b>	25
	<b>2.1 As atuais configurações dos circuitos da economia urbana.</b>	34
	<b>2.2 Comércio de confecção no circuito inferior da economia do centro de Fortaleza.</b>	39
	<b>2.3 A precarização do trabalho e a flexibilização na Economia Urbana.</b>	42
	<b>2.4 Comércio de confecção e a apropriação dos espaços públicos.</b>	47
<b>3</b>	<b>DINÂMICAS URBANAS DO CENTRO DE FORTALEZA</b>	55
	<b>3.1 O Centro na formação urbana de Fortaleza.</b>	59
	<b>3.2 As reconfigurações urbanas do Centro de Fortaleza.</b>	69
	<b>3.3 Novas dinâmicas funcionais – O centro polarizador.</b>	75
	<i>3.3.1 E a RMF converge para o Centro de Fortaleza</i>	76
	<i>3.3.2 Comércio: uma força que dinamiza o centro.</i>	81
<b>4</b>	<b>CENTRO DE FORTALEZA COMO POLO REGIONAL DO COMÉRCIO DE CONFECÇÃO.</b>	88
	<b>4.1 O comércio do circuito inferior e sua estruturação no centro de Fortaleza.</b>	88
	<b>4.2 Os territórios do comércio de confecção no centro de Fortaleza.</b>	93
	<i>4.2.1 O Beco da Poeira.</i>	100
	<i>4.2.2 A Feira da Sé.</i>	105
	<i>4.2.3 “O Esqueleto” como novo “locus” do comércio de confecção.</i>	110
	<b>4.3 O perfil do trabalhador do comércio de confecção do centro de Fortaleza - Feira da Sé e Beco da Poeira.</b>	111
	<b>4.4 Atual configuração das relações entre os dois circuitos da economia no comércio de confecção do centro de Fortaleza.</b>	129
	<b>4.5 O comércio de confecção do centro de Fortaleza como polarizador regional.</b>	135
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.</b>	139
	<b>REFERÊNCIAS</b>	144
	<b>ANEXOS</b>	155

---

# 1

## ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

---

A cidade de Fortaleza encontra-se entre as maiores e mais importantes cidades do país. Com a quinta maior população do Brasil (IBGE/Censo, 2010), Fortaleza concentra 53,4% da população urbana do estado do Ceará. Possui considerável atividade comercial, turística e de oferta de serviços, atraindo expressivo número de pessoas da sua região metropolitana, do interior do estado bem como investidores e turistas de várias partes do Brasil, o que evidencia a importância da capital cearense no cenário regional e nacional, como também sua influência polarizadora em relação ao estado do Ceará.

Silva, ao abordar a supremacia da capital cearense dentro do cenário urbano estadual, aponta o fato de o estado do Ceará, no que concerne a sua rede de cidades, não apresentar um nível de complexidade e complementaridade como outros estados brasileiros. O autor complementa a análise sobre a hegemonia de Fortaleza, expondo que

Fortaleza destaca-se porque, ao mesmo tempo em que cresceu, inscreveu-se de forma incisiva na realidade urbana do país, alcançando uma posição que até agora só era ocupada por centros urbanos mais tradicionais. Essa inserção se expressa na presença constante de brasileiros de outras regiões, na instalação de empresas nacionais e estrangeiras que a procuram e nela encontram local adequado para seus investimentos (SILVA, 2007, p. 215).

A cidade, portanto, cresce e adquire feições de metrópole. Contudo, antes de tornar-se a “metrópole do semiárido” (SILVA, 2006), Fortaleza tinha seu núcleo urbano restrito ao espaço do atual Centro Tradicional, área de estudo da presente pesquisa. Dessa forma, é importante conhecer o processo de constituição urbana de Fortaleza no sentido de entender as especificidades da atual configuração socioespacial do centro no cenário da metrópole.

No século XVIII, Fortaleza era uma vila de pouca expressão socioeconômica na província do Ceará, pois não tinha a importância econômica de outras vilas como Icó, Sobral,

Aracati e Crato, as quais exerciam o principal papel de coletar e distribuir a produção nas regiões de sua influência.

Nesse período, a função da capital era essencialmente administrativa. Esse quadro muda no século seguinte, quando a cidade passa a se destacar como principal ponto de exportação de algodão para o exterior. Sobre isso, Silva comenta:

O desenvolvimento da lavoura algodoeira e a colocação desse produto no mercado internacional provocaram a projeção de Fortaleza como centro urbano. Pouco a pouco, a capital cearense foi adquirindo destaque entre as cidades do Estado e, posteriormente, entre as cidades brasileiras (SILVA, 2007, p. 229).

Aliados à produção do algodão, destacam-se os investimentos em infraestrutura, como a construção da Estrada de Ferro de Baturité, ligando a capital às regiões produtoras de algodão, e o melhoramento do porto, que permitiu o escoamento do algodão para a Europa, possibilitando uma maior interligação da capital com o interior, com outros estados e com o exterior, de modo a contribuir para a ascensão de Fortaleza. No século XX, a cidade se expande para além da área central, adquirindo nova configuração. E nesse processo de crescimento urbano, o centro paulatinamente se transforma, adquirindo novas dinâmicas.

Diante da lógica de urbanização capitalista, evidencia-se o processo de metropolização, no qual as relações metropolitanas se destacam, modelando um novo cenário de produção urbana em que os centros tradicionais se reconfiguram. Esses centros possuem uma dinâmica que conjuga fatores políticos, econômicos, sociais e espaciais, significativos no processo de produção das cidades desde sua estruturação até a contemporaneidade.

Carregados de valor simbólico, os centros urbanos possuem diversidade de relações socioespaciais, agregando importantes funcionalidades, e sempre tiveram grande importância na sociedade. A moradia, o trabalho e o lazer durante muito tempo estiveram concentrados nessas áreas, valorizadas pelas elites e desejadas pelas camadas mais pobres da sociedade. A diversidade de relações realizadas por esses segmentos da sociedade animam tais espaços, os quais, ao longo do tempo, se reconfiguram, mantendo sua importância. Vargas e Castilho apresentam um panorama da dinâmica dessas áreas centrais:

Os centros das cidades têm sido identificados como o lugar mais dinâmico da vida urbana, animado pelos fluxos de pessoas, veículos e mercadorias decorrentes da marcante presença das atividades terciárias, transformando-se no referencial

simbólico das cidades. Também historicamente eleitos para a localização de diversas instituições públicas e religiosas, os centros têm sua centralidade fortalecida pela somatória de todas essas atividades, e o seu significado, por vezes extrapola os limites da própria cidade (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 1).

Assim, as áreas centrais apresentam infraestrutura muitas vezes superior à maioria dos outros bairros, como, por exemplo, importantes equipamentos de lazer – praças, teatros, museus – e uma gama de atividades que atraem um fluxo constante de pessoas beneficiadas por uma acessibilidade que nenhum outro bairro oferece, reforçando o caráter da centralidade dessas áreas, agora dentro de lógica metropolitana.

Desse modo, ante essas constantes e significativas transformações, as cidades, antes monocêntricas, passam, principalmente em meados do século XX, por um processo de policentralidade, caracterizado pelo surgimento de novas centralidades, as quais estabeleceram uma competição com os centros tradicionais, ao oferecer serviços antes restritos a eles. Lopes assinala bem esse momento, quando afirma:

A fragmentação e a policentralidade são fenômenos que caracterizam as atuais metrópoles, formas resultantes da urbanização generalizada da sociedade, e de um espaço que se reproduz como valor de troca. A fragmentação está presente tanto num plano físico, com o parcelamento acelerado do solo, como no social, com o aumento da segregação (LOPES, 2006, p. 21).

Em Fortaleza, esse quadro se estrutura sobretudo a partir da década de setenta do século XX, beneficiado pela propagação dos meios de transporte, entre outros fatores. A elite da cidade seleciona espaços cada vez mais distantes do Centro, configurando uma cidade ainda mais segregada, onde fica visível que “[...] a fragmentação no plano físico territorial é fruto da fragmentação socioeconômica” (LOPES, 2006, p. 23).

Assim, a classe de maior poder aquisitivo afasta-se do Centro Tradicional, buscando moradia, lazer e consumo em outros bairros da cidade como, por exemplo, o bairro Aldeota. No Centro, ocorre o fortalecimento do comércio popular (DANTAS, 1995) bem como a expressiva presença de outro contingente populacional, o de menor poder aquisitivo. Tal mudança do tipo de usuário da área central é fator importante para o entendimento da sua atual configuração. Silva colabora para a compreensão do que foi exposto quando diz:

A população mais pobre e amplos setores da periferia descobriram e incorporaram em seu cotidiano a variedade de espaços públicos de animação e entretenimento disponíveis no centro da cidade. Apropriando-se de uma área superestruturada, esses grupos constituíram novos territórios descolando-os de antigas relações funcionais tornando-os autônomos e diferenciados. Mantendo a forma urbana, alguns equipamentos e um mobiliário urbano como herança de seu período áureo, esses novos territórios expressam, por seu uso e conteúdo, um amálgama de tempos múltiplos (SILVA, 2005, p. 37).

Diante de tão importantes mudanças, um novo cenário estrutura-se, marcado principalmente pela mudança dos frequentadores do Centro Tradicional, o qual terá suas funcionalidades modificadas, fator desencadeado pela migração de serviços e funções, em meados do século XX. Ao longo desse período, o bairro deixou de constituir um local de lazer e moradia das elites locais, especializando-se na função de comércio popular (DANTAS, 1995) e serviços. Silva apresenta importante análise desse contexto, descrevendo perfeitamente esse novo cenário em que

[...] o centro tradicional da cidade vai se convertendo em centro da periferia, visto que a população burguesa e amplos setores da classe média encontram subcentros alternativos que substituem as atividades que eram exercidas anteriormente pela zona central. Esta, por sua vez, cada vez mais se caracteriza como o verdadeiro centro da periferia; suas praças, antes voltadas à animação e ao lazer da burguesia em suas horas de ócio, hoje são convertidas em terminais de transporte coletivo [...] ou em mercados informais onde domina o comércio ambulante [...] na verdade todas estão convertidas em verdadeiros mercados que abastecem a população na periferia distante [...] (SILVA, 1992, p. 47).

Nesse sentido, ocorre uma mudança do público que procura o Centro para satisfazer suas necessidades; a influência do Centro ultrapassa os limites da cidade e abrange toda a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), tornando-se o centro comercial e de serviços da população dessa área.

Nesse novo contexto metropolitano, destacam-se os serviços de saúde e educação, bem como o comércio popular. O comércio é um importante fator que impulsiona uma dinâmica singular no Centro, dando ânimo a essa área. Silva expõe um importante pensamento acerca do comércio no centro de Fortaleza:

Aliás, o comércio é a vida do Centro. É claro que são muitos os serviços prestados naquele bairro, entretanto é o comércio que agita e faz do centro da cidade um lugar de lugares. O centro é o entreposto de Fortaleza por excelência. Vende tudo,

indiferente ao discurso de crise. Embrenhar-se por suas ruas, passagens, lojas, shoppings centro, lojas galerias, lojas passagens, becos é sentir uma emoção única. O centro é tudo isso. Trabalho, lazer, paquera, negócio. O centro é uma festa!(SILVA, 2005, p. 49).

Tais funcionalidades proporcionam uma significativa relação entre o centro de Fortaleza e sua região metropolitana, até mesmo ultrapassando seus limites, abrangendo cidades do interior do estado bem como cidades das regiões Norte e Nordeste do país.

Dessa forma, a presente pesquisa aborda a dinâmica socioespacial do comércio popular de confecção no centro de Fortaleza considerando as transformações ocorridas nesse bairro, bem como fazendo uma análise da atual configuração local, onde as relações se estabelecem em nível regional. Tais considerações são de extrema importância no entendimento da espacialização e consolidação dos territórios do comércio de confecção, que vêm ao longo do tempo modificando os espaços nos quais se inserem.

Dantas (2009) destaca a trajetória histórica do espaço do Centro, no sentido de entender o desenrolar da nova funcionalidade desse bairro – a inserção da atividade informal, mais especificamente o comércio ambulante. O autor afirma:

Só com a história do espaço, tem-se, conforme visto, condições de entender os motivos que levaram à inserção do comércio ambulante no centro da cidade de Fortaleza e o papel e a importância que vai adquirir a partir dos anos 1970 (DANTAS, 2009, p. 227).

Assim, fazendo uma leitura da espacialização de tal atividade, percebe-se que ela, ao longo dos anos, vem ganhando grandes proporções, modificando espaços, consolidando territórios, estruturando relações que ultrapassam os limites da área central. As atividades inseridas no circuito inferior da economia urbana, como os ambulantes, camelôs e feirantes do bairro, ganham destaque na mídia, sendo foco da atenção do poder público, de pesquisadores e da sociedade em geral. Dessa forma, a pesquisa enfoca especificamente a dinâmica socioespacial do comércio de confecção do centro da cidade de Fortaleza, numa análise feita à luz da ciência geográfica, que traz importantes contribuições no entendimento do fenômeno.

Nesse sentido, para compreender a materialização no espaço do fenômeno proposto para estudo, a análise numa lógica geográfica permite entender a lógica da espacialização do

fenômeno bem como os sentidos e valores que lhe são atribuídos. Gomes expõe bem esse pensamento quando afirma:

O raciocínio geográfico é, por conseguinte, aquele construído pela interrogação sobre as razões que explicam a disposição das coisas no espaço e, em seguida, sobre as significações e consequências de tal ordem espacial. Daí deriva que o arranjo físico das coisas e fenômenos constitui um agente ativo na realização e na qualificação de ações sociais e que essa ordem espacial deve ser percebida como uma condição para a produção dessas ações (GOMES, 2012, p. 21).

Destarte, a espacialização do fenômeno do comércio de confecção levou à busca do entendimento de suas razões e consequências. Para tanto, a presente pesquisa foi embasada na teoria dos dois circuitos da economia urbana elaborada por Milton Santos na década de 1970. Atentou-se também ao estudo de temas pertinentes à pesquisa, tais como: produção do espaço urbano e metropolização; centro e centralidade; processo de estruturação urbana de Fortaleza.

No centro da cidade de Fortaleza a presença dos circuitos da economia urbana – o circuito superior, o superior marginal<sup>1</sup> e o inferior – permite entender as atuais configurações desse espaço, que ao longo do tempo modificou-se, como já explanado, diante dos processos de modernização (SANTOS, 2008, p. 31): a inserção da cidade na divisão internacional do trabalho (proporcionada pela produção de algodão para exportação no século XIX); o advento das tecnologias de locomoção, como a construção da ferrovia que ligou o interior do estado à capital; a presença do porto, que ligou a cidade ao exterior, especialmente a Europa.

Produtos do atual processo de modernização no qual destacam-se a tecnologia e a informação, os circuitos da economia urbana não fazem parte de uma perspectiva de análise dualista, apesar de o tema da economia urbana ser herdeira desse tipo de análise (SANTOS, 2008; MONTENEGRO 2012). É necessário esclarecer que

[...] a teoria dos circuitos se propõe justamente a romper com o paradigma dicotômico da oposição entre moderno e tradicional, capitalista e não-capitalista,

---

<sup>1</sup> A atividade de fabricação do circuito superior divide-se em duas formas de organização. Uma é o circuito superior propriamente dito, a outra é o circuito superior marginal, constituído de formas de produção menos modernas do ponto de vista tecnológico e organizacional... pode ser o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas.

assim como da consideração exclusiva do aspecto da produção, que não leva em conta as esferas da distribuição, do consumo e do emprego (SANTOS, 2008, p. 39).

Nesse contexto, a teoria dos circuitos da economia urbana permite o entendimento da realidade urbana de forma a conceber a relação existente entre ambos, relação essa caracterizada por ser “[...] dialética e indissociável entre os circuitos inferior e superior” (MONTENEGRO, 2011, p. 14), ou seja, “[...] os circuitos não constituem sistemas fechados, mas subsistemas interdependentes entre os quais estabelecem-se relações de complementaridade e competição” (SANTOS, 2008, p. 39).

Considerando, portanto, o atual processo de modernização, Santos (2008, p. 35) chama a atenção para o fato de que “[...] pela primeira vez na história dos países subdesenvolvidos, duas variáveis elaboradas no centro do sistema encontram uma difusão generalizada nos países periféricos. Trata-se da informação e do consumo”. E a forma como essas variáveis se propagam e atuam tem implicações sobre a organização do espaço.

Ao focar a presente análise no centro histórico da capital cearense, identifica-se a intensa presença do circuito inferior, destacando-se a dinâmica do circuito de venda de confecção. Tal dinâmica modifica os espaços nos quais se insere, desenvolvendo estratégias no sentido de garantir sua permanência diante das constantes transformações.

Um fato que chama a atenção é a grande quantidade de pessoas que desenvolvem atividades no circuito inferior da economia. No caso de Fortaleza, registrou-se, na última década, um percentual de mais de 50% da população economicamente ativa inserida nesse tipo de atividade, segundo o Sistema Nacional de Empregos e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (Sine/IDT). Pesquisadores apontam as mudanças macroeconômicas e a reestruturação produtiva marcada por flexibilização nas formas de produção, com intensa presença de tecnologias que permitem a redução da mão de obra utilizada, que atinge principalmente a população pobre. Montenegro colabora no entendimento desse cenário, quando explica:

A partir de meados do século XX, a intensificação do processo de urbanização dos países subdesenvolvidos caracterizou-se, dentre outros fatores, pelas grandes limitações na capacidade empregatícia por parte de setores intensivos em capital e pela proliferação da pobreza e de uma gama de atividades urbanas de baixa produtividade que acolhiam grande parte da força de trabalho que se multiplicava nas cidades desses países (MONTENEGRO, 2012, p. 148).

Nesse sentido, numa perspectiva da economia urbana, Santos deixa claro que, quando se trata do circuito inferior da economia, o emprego raramente é permanente e as remunerações estão no “limite ou abaixo do mínimo vital”:

Esse circuito é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação. Tudo isso está ligado às condições tecnológicas e financeiras das atividades desse setor e as suas relações com o conjunto da economia urbana (SANTOS, 2008, p. 45).

Assim, o circuito inferior caracteriza-se como abrigo para os que não conseguem inserir-se em atividades do circuito moderno. No caso de Fortaleza, especificamente do seu centro, não é diferente: as atividades do circuito inferior destacam-se como grandes geradoras de emprego. Dessa forma, a partir do que foi apresentado e considerando o circuito inferior da economia urbana do centro de Fortaleza, destaca-se principalmente o comércio de confecções. Esse comércio é alimentado por uma articulação entre pequenas fábricas de confecções, ligadas ao circuito inferior, as quais se abastecem de matéria-prima no comércio estabelecido no próprio centro.

É interessante observar que muitas dessas confecções, caracterizadas pela baixa capitalização e organização, ocupam um cômodo da casa do trabalhador ou mesmo espaços nos quintais e possuem como força de trabalho a família, que se empenha na produção das peças e é também responsável pelo destino final da produção – a venda. Em Fortaleza, principalmente no Beco da Poeira e na Feira da Sé, os dois maiores símbolos desse tipo de comércio na cidade, é possível visualizar parte da materialização da dinâmica dessa atividade do circuito inferior da economia sobre o espaço.

### **Os caminhos para uma pesquisa**

O primeiro contato com o tema pesquisado ocorreu ainda na graduação, quando ingressamos no Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (Lapur) no qual passamos a participar como bolsista de iniciação científica do projeto Observatório das Metrópoles: território, coesão social e governança democrática. Através da iniciação científica (IC), demos os primeiros passos no entendimento dos estudos das temáticas urbanas, mais especificamente das questões sobre os centros urbanos, aprofundando o estudo sobre a espacialização e a

dinâmica do comércio popular de confecção e sobre os territórios estruturados por esse tipo de atividade no centro de Fortaleza.

Nesse período, destaca-se a construção de um banco de dados na plataforma Metrowiki, pelo grupo de pesquisadores do centro, do qual fazemos parte. Tal banco, que continua sendo alimentado, agrega inúmeras informações organizadas em uma hemeroteca onde são encontradas, entre outras, as seguintes informações: todas as notícias divulgadas na imprensa local acerca do centro e do comércio informal; textos relacionados à temática; dados coletados em órgãos públicos; publicações do grupo; fotos dos trabalhos de campo. Esse recurso colaborou significativamente no andamento da pesquisa.

No início da pesquisa sobre a temática, ainda na iniciação científica, diante dos imediatos acontecimentos, como os conflitos entre o poder público e trabalhadores inseridos na atividade, o empírico foi priorizado. Contudo, ao longo do trajeto da pesquisa, o embasamento teórico foi sendo construído, e a dinâmica apresentada pelos territórios do comércio de confecção instigou a busca por uma análise mais aprofundada da espacialização desse fenômeno, o que motivou a elaboração do projeto de pesquisa para o mestrado.

Nesse sentido, foi de extrema importância a convivência no Lapur, onde foi possível realizar discussões e compartilhar conhecimentos que auxiliaram no amadurecimento do projeto e na realização da pesquisa. Assim, destacam-se as discussões feitas pelo grupo de pesquisa sobre o Centro, orientado pelo Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva, bem como as realizadas no âmbito do Observatório das Metrôpoles – Núcleo Fortaleza, situado no referido laboratório.

Dessa forma, entendendo a atividade do comércio de confecção como geradora de dinâmica particular, que atrai para o Centro compradores e trabalhadores não apenas de Fortaleza, mas também dos municípios de sua região metropolitana bem como de outras regiões do país, ocasionando sérias implicações no espaço no qual se insere, parte-se do pressuposto que o Centro, na última década, vem se reorganizando dentro do cenário metropolitano, e levantam-se algumas hipóteses:

- A atividade do comércio de confecção é geradora de dinâmica singular, que dá vida ao centro, num mosaico de sons, cheiros e movimento de pessoas e mercadorias.

- A influência da atividade ultrapassa os limites da RMF, abrangendo as regiões Nordeste e Norte do país.
- Existe uma reorganização da atividade, na qual se desenvolvem estratégias próprias que agregam práticas de atividades formais.
- A atividade refuncionaliza espaços em desuso.
- As significativas mudanças políticas e econômicas, na última década, provocaram uma sutil mudança no perfil dos trabalhadores da atividade, refletindo na forma como eles se organizam no espaço.

Considerando o dinamismo da atividade em estudo, que conjuga, entre outros, fatores econômicos, sociais, culturais e espaciais, percebe-se a importância de uma análise sob o prisma da ciência geográfica, que possa ocasionar um melhor entendimento da dinâmica da atividade nos espaços nos quais se insere.

Nesse direcionamento, torna-se importante analisar a dinâmica socioespacial do comércio de confecção no centro de Fortaleza, com base na teoria dos circuitos da economia urbana, verificando como essa atividade vem se configurando na última década, bem como observando seus reflexos na RMF, ou seja, examinando como a atividade vem se reorganizando no cenário metropolitano, atentando para as especificidades e estratégias desenvolvidas. Analisa-se ainda o perfil socioeconômico dos trabalhadores que exercem essa atividade comercial, além de apreender como se dá a relação entre os circuitos da economia urbana no centro de Fortaleza, levando-se em consideração a dinâmica e as estratégias desenvolvidas.

Para tanto, o estudo fixa-se em temas pertinentes à pesquisa, tais como: produção do espaço urbano e metropolização; centro e centralidade; processo de estruturação urbana de Fortaleza; espaço público; teoria dos circuitos da economia urbana; economia informal.

Os autores Costa (1988, 2007, 2009), Souza (2006, 2009), Silva (1992, 2006, 2007, 2009) e Dantas (1995, 2005, 2008, 2009) auxiliaram nos estudos sobre a expansão urbana de Fortaleza e seu processo de metropolização.

No que concerne aos estudos da economia informal, foram cruciais os relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão responsável por significativas pesquisas acerca da economia informal, além do trabalho de renomados pesquisadores da temática,

como Cacciamali (1983, 2000, 2002); Dantas (1995, 2005, 2009); Druck e Oliveira (2011); Itikawa (2006); Montessoro (2006); Noronha (2003); Theodoro (1995, 2000, 2002); Tokman (2001).

O estudo, o aprofundamento e o conhecimento da renovação da teoria dos circuitos econômicos foram baseados nas obras de Santos (2008, 2011), Silveira (2004, 2009) e Montenegro (2006, 2009, 2011, 2012). No que se refere à temática espaço público, consultaram-se obras dos seguintes autores: Dantas (1995; 2005), que trabalhou a ocupação do espaço público do centro de Fortaleza por ambulantes; Gomes (2012), Carlos (2011) e Silva (2006). Outros autores, como Vargas e Castilho (2006), Hasbaert (2005, 2007) e Harvey (2011), também contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa.

Além do referencial teórico, os trabalhos de campo realizados principalmente no Beco da Poeira, no “Esqueleto” e na Feira da Sé foram muito importantes, pois possibilitaram entrevistas com agentes envolvidos na atividade analisada bem como aplicação de questionários e tiragem de fotos das áreas em estudo. Além disso, o levantamento documental relevante à pesquisa foi realizado na Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), na Secretaria Regional Executiva do Centro (Secefor), no Sine/CE e na Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza (SDE). As informações coletadas nesses órgãos permitiram conhecer o perfil socioeconômico dos atores envolvidos na atividade, bem como entender os reflexos dessa atividade no Centro e na RMF.

Além disso, essas informações passaram a fazer parte do banco de dados sobre pesquisas no centro de Fortaleza, na plataforma do Metrowiki, da rede de pesquisa Observatório das Metrôpoles (INCT/CNPq) – núcleo Fortaleza, constituindo uma importante ferramenta no andamento da pesquisa.

Dessa forma, no sentido de compreender a dinâmica do fenômeno sob investigação no espaço do centro de Fortaleza, a pesquisa foi desenvolvida em três capítulos, além dos aspectos introdutórios (primeiro capítulo) e das considerações finais (último capítulo): o capítulo 2, *O comércio de confecção no circuito inferior da economia urbana*; o capítulo 3, *Dinâmicas Urbanas do Centro de Fortaleza*; o capítulo 4, *O centro de Fortaleza como polo regional do comércio de confecção*.

No capítulo 2, abordaram-se os estudos sobre a Teoria dos Circuitos da Economia Urbana de Milton Santos, bem como aprofundou-se o estudo nos escritos sobre a renovação

da teoria diante das constantes transformações, decorrente do atual período de modernização. Buscou-se, assim, entender a relação entre o circuito superior e circuito inferior da economia e seus reflexos no espaço do centro de Fortaleza. Também está presente nesse capítulo a temática sobre a ocupação dos espaços públicos pelos agentes do circuito inferior, através do processo de reprodução gerando territórios, buscando entender a natureza de tais espaços e sua importância,

No capítulo 3, realizou-se uma discussão sobre o papel do centro no processo de estruturação urbana da cidade de Fortaleza, traçando um panorama desse espaço enquanto cidade no século XVIII até a atualidade, destacando a sua reconfiguração, principalmente no que concerne às novas dinâmicas funcionais, e abordando o fortalecimento do comércio e dos serviços voltados principalmente para uma camada menos abastada. Assim, foi traçada uma análise sobre o bairro Centro, buscando entender o cenário atual no qual o fenômeno do comércio de confecção se especializa com mais força no estado do Ceará.

No quarto capítulo adentrou-se nas especificidades do comércio de confecção do centro de Fortaleza, apontando os fatores que colaboraram para a estruturação da atividade nessa área. Apresentam-se e discutem-se os territórios estruturados por essa atividade, como os dois maiores símbolos desse comércio no Ceará – o Beco da Poeira e a Feira da Sé –, bem como se registra o surgimento, nos últimos anos, de mais um território, o conhecido “Esqueleto”, que vem se destacando como novo ponto de comércio popular de confecções. Assim, analisaram-se as transformações socioespaciais que ocorrem nesses e em outros espaços da área central.

Aqui também se expôs o perfil dos trabalhadores do comércio de confecção, com informações socioeconômicas sobre eles, as quais colaboram para o entendimento das relações que se organizam em torno da referida atividade. A relação entre os circuitos da economia urbana, seus reflexos sobre o Centro, bem como as estratégias adotadas pelos trabalhadores do comércio de confecção, também foram considerados nesse capítulo.

Assim, essa atividade cresce, modifica os espaços de forma significativa e consolida-se, na medida em que se legitima como espaço de inclusão e sociabilidade, por ser um dos poucos locais onde os segmentos sociais de baixa renda realizam seus desejos de consumo (DANTAS, 1995), ganhando expressão na economia urbana da cidade de Fortaleza.

---

## 2

### O COMÉRCIO DE CONFEÇÃO NO CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA

---

Nas últimas décadas, a questão das atividades inseridas no dito setor informal atraiu a atenção do Estado, bem como ganhou destaque nas discussões de pesquisadores como economistas, geógrafos, entre outros, interessados na temática e nas implicações econômicas, sociais e espaciais que tais atividades promovem.

A partir da segunda metade do século XX, propagaram-se análises nas quais expressões como “informalidade”, “setor informal”, “economia informal” foram amplamente utilizadas, principalmente pelos pesquisadores da Economia. Muitas das conjecturas surgidas na tentativa de explicar as facetas da economia pobre esboçam caráter dualista. Sobre o surgimento das teorias dualistas, Montenegro assevera que

[...] dentre as propostas de análise da economia urbana dos países subdesenvolvidos, aquela que encontrou maior destaque, maior visibilidade e uma ampla adesão no plano internacional foi incontestavelmente a abordagem do setor informal. A noção de setor informal emergiu desta tradição dos modelos dualistas de análises das estruturas das economias do Terceiro Mundo, desenvolvida por autores como Boeke (1953) e Lewis (1954) (MONTENEGRO, 2012, p. 152).

Diante desse contexto, torna-se necessária uma breve apresentação dessa forma de pensamento que norteia os órgãos governamentais responsáveis pelo desenvolvimento de estudos sobre a temática no Brasil. Ressalta-se que a intenção do trabalho não é ampliar ou aprofundar tal discussão, mas apenas cientificar como essa temática é concebida pelo governo brasileiro.

Entre os pesquisadores que contribuem de forma significativa no entendimento do fenômeno da informalidade numa perspectiva econômica estão Cacciamali, Theodoro, Noronha e Tokman, os quais apresentam discussões que abordam desde a origem do conceito

de informalidade – forjado no seio da OIT na década de 1970 – até as atuais configurações do fenômeno.

Assim sendo, diante da problemática do “subdesenvolvimento”, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), das Nações Unidas, foi o principal núcleo do pensamento keynesiano<sup>2</sup>. As ocupações de baixa produtividade eram vistas pela Cepal como fenômenos transitórios de um setor tradicional para um moderno, portanto temporários. Noronha (2003, p. 115) aponta convenientemente que “[...] predominava a suposição de que a ‘informalidade’ (ou o subemprego) era um legado de uma economia semi-industrializada, cujo fim era uma questão de tempo e desenvolvimento”.

Na década de sessenta, surge a Teoria da Dependência, que irá direcionar outro foco para as discussões acerca do subemprego, o qual, diferentemente da teoria cepalina, não é visto como fenômeno efêmero, mas sim como “[...] produto mais imediato e perene do processo de modernização via industrialização” (THEODORO, 2002, p. 9). Ou seja, o subemprego estaria diretamente relacionado ao processo de industrialização.

As bases para o uso e a propagação do conceito de informalidade surgem no cerne dos trabalhos realizados pela OIT, com o lançamento do Programa Mundial de Emprego. Marco importante é o relatório elaborado por essa instituição, em 1972, sobre emprego e renda no Kenya.

Tal relatório influenciou as pesquisas realizadas pela OIT, cujos resultados tornaram-se referência e padrão para os trabalhos realizados em continentes como África, Ásia e América Latina. Destacam-se os trabalhos do Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (Prealc), cuja notoriedade se deu em vista do preciso detalhamento das condições que caracterizariam as atividades e os trabalhadores informais. A partir desse contexto, desenvolveram-se várias teorias que buscaram delimitar a natureza do setor informal.

Desde o início das discussões acerca das questões sobre trabalho informal existem dificuldades em conceituar, caracterizar e delimitar a natureza das atividades enquadradas como informais. Nos últimos anos, os estudiosos da temática apontam para uma questão

---

<sup>2</sup> No pós-segunda guerra mundial o keynesianismo-fordista foi consolidado como principal pensamento econômico, o qual caracteriza-se por uma maior presença do Estado na organização e na administração do sistema econômico. Tal pensamento econômico norteou a reconstrução europeia bem como a consolidação dos Estados Unidos. (Theodoro, 2002).

importante: a de que o fenômeno não pode mais ser considerado como transitório, que desaparece futuramente com o desenvolvimento econômico. De acordo com Feijó; Silva e Souza,

[...] dada a importância da economia informal na geração de empregos em economias em desenvolvimento, a informalidade no mercado de trabalho e na estrutura produtiva não pode ser mais encarado como um fenômeno passageiro e residual. Vale observar ainda que a informalidade tem sido constatada também em países industrializados (ou desenvolvidos) e de forma cada vez mais intensa (FEIJÓ; SILVA; SOUZA, 2011, p. 7).

Diante de tamanha complexidade, houve, ao longo dos anos, mudanças na concepção de informalidade por um dos mais importantes órgãos internacionais responsável por inúmeras pesquisas acerca da economia informal, a já mencionada OIT. Durante muito tempo, nas discussões sobre o fenômeno, foi utilizado o termo “setor informal”, normalmente utilizado para definir um grupo de indústrias específicas ou uma atividade econômica. Contudo, segundo os autores citados acima, a referida organização, ante o caráter dinâmico, heterogêneo e complexo do fenômeno da informalidade, muda a concepção de “setor informal” por achar que ele não corresponderia à realidade do fenômeno. Assim, “[...] para que toda a diversidade da informalidade possa ser abrangida pela sua denominação, a OIT ressalta que o termo “economia informal” no lugar de ‘setor informal’ é mais apropriado [...]” (FEIJÓ; SILVA; SOUZA, 2011).

No documento sobre o Panorama do Trabalho na América Latina e Caribe, elaborado pela da OIT em 2011, é possível entender como a informalidade vem sendo apreendida pela organização, em cujo âmbito consagra-se a apreensão da informalidade a partir das unidades econômicas de produção, e a questão jurídica, ao longo dos anos, também vem ganhando destaque.

A 15ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho (Ciet), realizada em Genebra, em 1993, reforçou tal pensamento, que será reconhecido e ratificado pela OIT em 1997. Nessa conferência, foi estabelecida a noção de apreender o setor informal a partir das características dos estabelecimentos ou unidades de produção. Em documento elaborado, consta que tais unidades de produção caracterizar-se-iam pelo baixo nível de organização, por pouca ou nenhuma divisão entre trabalho e capital e pelo trabalho em pequena escala.

Essa noção sobre informalidade apresentada na 15ª Ciet, onde as questões legais passam a ser consideradas, é diferente da primeira noção que foi propagada pelo Prealc nas décadas de setenta e noventa, pois “*El PREALC aludía a un criterio de racionalidad productiva para identificar al sector informal, a diferencia de la 15ª CIET, que enfatiza en la condición jurídica de la empresa*” (OIT). Em 2003, na 17ª Ciet ocorrida em Genebra, a OIT passa a considerar também a informalidade inserida no mercado formal de trabalho:

Para la 17ª Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo, la noción de **empleo informal** se basa en las características del *empleo, trabajo o puesto* de la persona y considera que las personas con un empleo informal son aquellas que en su relación laboral no están cubiertas por las normas de protección establecidas en la legislación laboral o social, sea por razones de hecho o de derecho. Esta condición de empleo informal se observa tanto entre las personas ocupadas en el sector formal, informal como en el servicio doméstico de los hogares (OIT, 2011, p. 68).

Nesse relatório, a análise aborda o posicionamento da pessoa inserida na informalidade bem como reforça a importância da questão jurídica, ou seja, aborda o trabalhador inserido em atividades consideradas informais, que estão à margem da legislação trabalhista, sem nenhuma seguridade. Essa atual visão da OIT com abordagem para além das unidades de produção, onde o indivíduo passa a ser mencionado, fica bem mais clara em documento publicado no ano de 2006:

Embora não exista nenhuma descrição ou definição universalmente aceita ou considerada como exata da "economia informal", em geral entende-se que a expressão abrange uma diversidade considerável de trabalhadores, empresas e empresários, todos eles dotados de características identificáveis, que enfrentam desvantagens e problemas cuja intensidade varia consoante o contexto, nacional, urbano ou rural [...] refere-se a todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais (OIT, 2006, p. 6).

No Brasil, a concepção utilizada pelos órgãos públicos que realizam pesquisas sobre o trabalho informal no país como, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é justamente a concepção da OIT para definir a economia informal no país. Segundo a OIT (2010, p. 24), “[...] no Brasil, o emprego informal abrange os trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores autônomos (que não contribuem para a previdência social)”,

Contudo, fica claro que não existe um acordo sobre o conceito de informalidade, o qual tenta englobar uma gama de atividades com relações socioeconômicas, organizacionais e

espaciais extremamente complexas, fazendo com que surjam diversas delimitações do conceito com os mais variados critérios para defini-lo. Além da referida complexidade de relações, Theodoro aponta, com base no pensamento de Lautier (1994), um elemento importante para tantas controvérsias – a forma como surge o conceito:

As particularidades da noção de setor informal começam na própria forma como se deu sua concepção. Segundo Lautier (1994), trata-se de um caso único: um conceito forjado no interior de uma instituição executiva e que a seguir invade os meios acadêmicos. Isso explicaria em parte sua fragilidade teórica, expressa notadamente na dificuldade em se encontrar uma definição universalmente aceita [...] (THEODORO, 2000, p. 8).

Apesar de não existir um consenso sobre o conceito, há reiteradas discussões sobre ele, desde seu surgimento, há quase quarenta anos (início da década de setenta), tanto por parte da comunidade acadêmica como das instituições internacionais, o que demonstra a importância das atividades inseridas na economia informal no espaço socioeconômico não apenas nos países com processo de industrialização tardio, mas também num contexto bem mais amplo, no qual pensar políticas públicas para o setor tornou-se preponderante. Nesse sentido, o pensamento de Theodoro é relevante no entendimento do desenrolar desse contexto, quando o autor destaca:

O surgimento da ideia de setor informal constitui um marco importante, muito menos pela sua capacidade explicativa *vis-à-vis* a realidade do Terceiro Mundo, mas principalmente por justificar e avalizar uma nova postura institucional face ao problema do subemprego. É a ideia de setor informal que vai servir de base para a ação institucional em termos de políticas de apoio. A abordagem em termos do setor informal é essencialmente uma perspectiva de intervenção institucional, abrindo um novo campo de ação do Estado (THEODORO, 2000, p. 8).

Dessa forma, entende-se que os esforços das discussões acima apresentadas foram importantes no sentido de colocar a problemática em pauta, impulsionando o pensar políticas públicas para a economia informal. Contudo, como Theodoro salienta, essas discussões não conseguem explicar essa realidade, apontar quais são seus efeitos sobre o espaço, impossibilitando, assim, uma análise da dinâmica socioespacial ligada a uma economia de baixa produtividade, como é o caso do comércio de confecção do centro de Fortaleza, foco do presente trabalho, pois essas teorias não dão conta de explicar a materialização de tal fenômeno sobre o espaço.

Sendo assim, corrobora-se com o pensamento de Montenegro, quando ela afirma que o enfoque da informalidade tende a não conferir historicidade à pobreza (MONTENEGRO, 2006, p. 45), além de que o modelo dualista se ausenta de uma análise das próprias causas das desigualdades (MONTENEGRO, 2012, p. 153). A autora ainda acrescenta:

Dentre os problemas de método apresentados pelas análises dualistas, cujo representante basilar é a ideia de “setor informal”, destaca-se, sobretudo, o fato desta estabelecer dois universos teóricos para analisar o mesmo universo social (Slater, 1982). A teoria dos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos (Santos, 1973 e 1975), ao considerar as relações de complementaridade e de concorrência entre os circuitos, representa assim um avanço em relação à análise dualista que, muitas vezes, trata separadamente cada um dos setores da economia urbana (MONTENEGRO, 2006, p. 44).

Desse modo, embasar-se-á esta análise considerando a teoria da economia urbana de Milton Santos, desenvolvida na década de setenta, na qual o autor aborda os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos – o circuito superior e circuito inferior –, os quais são “[...] responsáveis não apenas pelo processo econômico urbano, mas também pelo processo de organização espacial” (SANTOS, 2011, p. 126). Assim, o autor entende que

[...] esse novo tema de estudo não é apenas útil para se compreender o funcionamento da cidade como uma máquina viva, mas também para explicar, sob uma nova luz, as relações externas da cidade, seja com sua região de influência, seja com outras cidades (SANTOS, 2008, p. 38).

Nesse sentido, a dinâmica dos dois circuitos econômicos no espaço é revelada pelo seu comportamento, que compreende ao mesmo tempo relações de complementaridade, concorrência e subordinação (MONTENEGRO, 2011). A dependência advém do circuito inferior em relação ao circuito superior (SANTOS, 2008). A definição dos dois circuitos da economia urbana se dá pelo “[...] conjunto de atividades realizadas em certos contextos e pelo setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo” (SANTOS, 2008, p. 42), ou seja, cada circuito apresenta uma gama de atividades própria a sua dinâmica, que abrange determinadas parcelas da população. Como bem reafirma Montenegro,

As atividades urbanas e a população a elas associadas são distinguidas, assim, em função dos diversos graus de tecnologia, capital e organização que utilizam. Quando

estes são altos, trata-se do circuito superior, incluindo sua porção marginal; quando são baixos, trata-se do circuito inferior (MONTENEGRO, 2012, p. 154).

Contudo, Santos (2008, p. 42) deixa claro que essa definição não é rígida, tendo em vista que “[...] todas as camadas da população podem consumir fora do circuito a que pertencem”, podendo ser um consumo parcial ou ocasional. Além disso, pessoas mais diretamente ligadas ao circuito inferior “[...] vendem temporariamente ou ocasionalmente sua força de trabalho no circuito superior”.

Nesse sentido, Santos (2008) expõe os elementos que caracterizam cada circuito, como, por exemplo, a tecnologia, a organização, o preço, a relação com a clientela, os quais permitem identificar a distinção entre os dois circuitos.

Assim, o circuito superior utiliza-se de tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia de “capital intensivo”, de organização burocrática, em que os preços em geral são fixo e a relação com a clientela é impessoal. Esse circuito é constituído por bancos, comércio de exportação e importação, indústria urbana, comércio e serviços modernos, bem como comércio atacadista e transportes.

Por outro lado, no circuito inferior, a tecnologia é de “trabalho intensivo”, frequentemente local ou localmente adaptada ou recriada, em que os preços são submetidos à discussão e a relação com o consumidor é direta e personalizada. Nesse circuito trabalha-se com pequena quantidade de mercadorias tanto no comércio quanto na fabricação. O autor esclarece também que nessa caracterização não se podem considerar variáveis isoladas, antes:

[...] é necessário considerar o conjunto dessas atividades. Mas pode-se dizer, desde já, que a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e circuito superior está baseada na diferença de tecnologia e de organização (SANTOS, 2008, p. 43).

Destaca-se, também, que a formação dos circuitos da economia urbana é ponto crucial para o entendimento deles. Nesse sentido, Santos (2008) desenvolve discussão reconhecendo a importância das modernizações no processo de formação dos sistemas econômicos. Desse modo, cada período da história “[...] caracteriza-se por um conjunto coerente de elementos de ordem econômica social política e moral”, representando assim uma modernização, “[...] a generalização de uma inovação vinda do período anterior ou da fase imediatamente precedente”. Assim sendo, as hodiernas modernizações são

[...] criações do sistema tecnológico, são comandadas pela força da grande indústria, representadas essencialmente pelas firmas multinacionais e seu suportes, tais como as formas modernas de difusão de informação. O peso da tecnologia é esmagador [...] (SANTOS, 2008, p. 35).

Destarte, produtos do atual processo de modernização, definido por Santos como período técnico-científico-informacional, ambos os circuitos estão profundamente vinculados ao atual período de modernização, contudo de forma diferente, como esclarece o autor:

Um dos circuitos é resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas (SANTOS, 2008, p. 38).

As modernizações tecnológicas geram “disparidades sociais e econômicas crescentes” tendo em vista a maior parte de investimentos públicos beneficiar as classes de maior poder aquisitivo, de tal modo que “[...] a carga mais pesada da modernização é suportada pelos pobres”, que são a parcela da população integrante do circuito inferior da economia urbana. Dessa forma, “se, por um lado, há o crescimento da produtividade e da acumulação de riqueza no circuito superior com a globalização, por outro, acelera-se a produção de pobreza” (MONTENEGRO, 2011, p. 29). Tal fato suscitará importantes consequências sobre o espaço, como a multiplicação de atividades de baixa produtividade e capitalização, característica do circuito inferior.

Nesse sentido, considerando a teoria da economia urbana, a dinâmica do comércio de confecção no centro de Fortaleza insere-se na concepção de circuito inferior da economia. No entanto destaca-se que uma análise baseada em referida teoria perpassa necessariamente pelo entendimento tanto do circuito inferior como do circuito superior da economia urbana, tendo em vista a existência da relação de complementaridade e concorrência entre os dois circuitos.

Santos reforça esse entendimento ao abordar os dois circuitos da economia urbana, considerando como aspecto importante na análise a dependência do circuito inferior em relação ao superior, discorrendo assim sobre essa relação:

Os dois circuitos não são dois sistemas isolados e impermeáveis entre si, mas, ao contrário, estão em interação permanente. De um lado, a própria existência de uma classe média impede de se falar em circuitos fechados. Seu consumo dirige-se a um ou outro circuito com frequências variáveis. De outro lado, o funcionamento de cada circuito compreende uma articulação interna ou horizontal, com diferentes graus de integração e uma articulação vertical que se realiza pela comunicação entre atividades dos dois circuitos (SANTOS, 2008, p. 261).

Acerca da relação entre os circuitos, Montenegro (2012, p. 155) lembra que Santos adverte que as complementaridades entre os circuitos “[...] não eliminam a concorrência e as hierarquias, sobretudo do circuito inferior que, em realidade, é dependente do circuito superior”. Dessa forma, reforça-se a importância de um posicionamento no qual a análise considere a relação entre os dois circuitos da economia urbana.

Nesse contexto, analisando o comércio de confecção praticado no centro de Fortaleza, especificamente nos principais pontos reconhecidos regionalmente (o Beco da Poeira, a Feira da Sé e o Esqueleto, esse último conhecido nos últimos dois anos como um novo símbolo desse comércio), os quais serão tratados no capítulo 4, percebe-se que as pessoas envolvidas nessa atividade integrada ao circuito inferior da economia – sejam vendedores ou consumidores – são em sua maioria pobres, os quais encontram nesse circuito da economia uma forma de sobrevivência bem como de consumo.

Como bem afirma Santos (2008, p. 46), a principal preocupação dos que estão inseridos nas atividades do circuito inferior, antes de tudo, é a “[...] de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares a vida moderna”.

No que diz respeito aos trabalhadores do circuito espacial de produção e venda de confecção do centro de Fortaleza, a realidade não é diferente da exposta por Santos, tendo em vista que é esse comércio que garante a sobrevivência de muitas famílias, cujos membros participam da atividade, desde a fabricação dos produtos, realizada em pequenas facções de “fundo de quintal” até a comercialização deles no centro da cidade. Já os consumidores encontram nesse tipo de comércio a oportunidade de adquirir produtos a preços baixos. Desses consumidores, boa parte são também vendedores de confecção, sacoleiras procedentes principalmente de outros estados (esse assunto será tratado com mais detalhe no capítulo 4), que encontram no centro de Fortaleza oportunidades de bons negócios.

Nesse contexto, ao trabalhar com a teoria da economia urbana, é interessante atentar para a questão do consumo. Santos (2008) aponta a difusão do consumo e da informação como dados importantes nas explicações geográficas, variáveis que se difundem de maneira generalizada nos países periféricos, de forma a gerar efeitos sobre a organização espacial. A informação está a serviço do consumo e a generalização da informação e consumo “[...] constitui fator fundamental de transformação da economia, da sociedade e da organização do espaço” (SANTOS, 2008). O autor esclarece a afirmativa acima quando diz:

A difusão da informação tornou-se mais fácil que antes, graças à autonomia que ela adquire frente a outros meios de comunicação, dotando-se de veículos próprios. Sua ação se faz sentir em todos os níveis e constitui o principal sustentáculo da difusão de novos modelos de consumo inspirados nos países mais ricos (SANTOS 2008, p. 36).

Diante das colocações de Santos, torna-se imprescindível nesta pesquisa entender os efeitos dessas variáveis sobre o objeto de estudo, levantando a seguinte questão: Como o circuito inferior no centro de Fortaleza, mais especificamente o circuito da venda de confecção, vem lidando com o advento da informação e quais os reflexos desse fato na venda e consumo de confecção? Para tanto, considera-se importante entender a atual configuração dos circuitos da economia urbana, até porque “[...] a recomposição e renovação da economia popular no período da globalização assumem feições particulares em cada cidade” (MONTENEGRO, 2011, p. 30).

## **2.1 As atuais configurações dos circuitos da economia urbana**

Entende-se que os circuitos da economia urbana, ao longo dos anos, se reconfiguraram e se adaptaram às mudanças que ocorreram na economia, na cultura ou na sociedade. Compreender as novas facetas e estratégias dos circuitos da economia urbana torna-se essencial na análise da realidade que se propôs discutir – a dinâmica socioespacial do comércio de confecção do centro da cidade Fortaleza.

Destarte, diante do caráter de reformulação e do “potencial analítico da teoria”, alguns autores vêm nos últimos anos renovando as discussões sobre a economia urbana, de tal forma

que “[...] ao mesmo passo em que retomam a teoria, esses autores vêm buscando atualizá-la, repensá-la, ‘ajustá-la’ face aos novos processos que permeiam tanto o circuito superior como o circuito inferior” (MONTENEGRO, 2012, p. 158). Nesse sentido, destacam-se os trabalhos desenvolvidos pelas autoras Silveira (2004; 2009) e Montenegro (2006; 2009; 2011; 2012), tendo essa última realizado importante pesquisa sobre a reconfiguração do circuito inferior da economia urbana em importantes cidades brasileiras como Belém, São Paulo, Brasília e Fortaleza, considerando o atual período de globalização.

Silveira (2009), ao abordar a financeirização na economia urbana da cidade de São Paulo, aponta como dado novo a resposta do circuito superior às demandas da população pobre, através, por exemplo, da facilitação de acesso ao crédito pessoal (antes obtido pela figura do agiota “um crédito pessoal não-institucional, caro, fácil e direto”), por meio de instituições financeiras bancárias e não bancárias. Dessa forma, segundo a autora:

Podemos dizer que, hoje, o circuito superior reconhece a importância de desburocratizar o crédito, para estender suas oportunidades de lucro e, assim, os requisitos exigidos são mínimos. Todavia o custo desse crédito é extremamente alto, com taxas de juros que oscilam entre 5% e 13% ao mês. Constituído por baixo capital fixo, o circuito inferior é amiúde impingido a aumentar seu capital de giro, por meio de um crédito dessa natureza, ainda mais porque muitos desses atores trabalham como pessoa física e não como pessoa jurídica (SILVEIRA, 2009, p. 69).

Percebe-se pelas colocações da autora que vem ocorrendo uma aproximação das empresas financeiras em relação à população pobre; “[...] essa racionalidade imposta ao circuito inferior” (SILVEIRA, 2009, p. 73) é também discutida por Montenegro (2011). Ao tratar as novas facetas do circuito inferior, Montenegro aponta tal processo como estando “[...] relacionado, por sua vez, com a consolidação das finanças enquanto variável chave do período atual” (MONTENEGRO, 2011, p.35), entendendo essas estratégias como uma forma de o circuito superior apropriar-se do mercado que tradicionalmente pertence ao circuito inferior.

Outro fator interessante acerca das novas configurações do circuito inferior, e que foi abordado por Montenegro, em pesquisa realizada em importantes cidades brasileiras, diz respeito ao fato de que esse circuito vem incorporando técnicas relativamente modernas, pois, segundo a autora:

No período atual, aparelhos de telecomunicações como telefones celulares, os equipamentos de fotocópia, vídeo, música e fotografia, assim como os computadores, tornaram-se mais acessíveis aos agentes do circuito inferior e passaram a permear seu cotidiano tanto na esfera do consumo, como do trabalho (MONTENEGRO, 2011, p. 28).

No entanto, a autora evidencia que, mesmo com a incorporação de algumas tecnologias, “[...] a modernização sempre renovada da técnica e o grau de organização embutido nas novas tecnologias impedem o circuito inferior de acompanhar o compasso da modernização tecnológica”, contexto que irá revelar na realidade “[...] um aumento da distância entre os circuitos” (MONTENEGRO, 2011, p. 250).

O caso do comércio de confecção no centro de Fortaleza não é diferente do que é exposto pelas autoras. O aparelho celular é peça chave na comunicação com a clientela, com números presentes nos cartões de visitas que os trabalhadores oferecem aos clientes, principalmente os que fazem compras em grande quantidade, como as sacoleiras.

Outro fator interessante ligado à tecnologia é a presença de caixas eletrônicos 24 horas nos centros comerciais da área da Feira da Sé, o que demonstra não só a incorporação de técnicas, mas também a presença de tecnologias usadas em estabelecimentos do circuito superior, como os *shopping centers*. Assim, a presença dessas máquinas facilitam a realização de transações como, por exemplo, saques em contas de diferentes agências bancárias (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú, entre outras) para os frequentadores desses estabelecimentos, ou seja, a população típica do circuito inferior da economia. Já no Beco da Poeira a presença de uma agência da casa lotérica demonstra o que acima foi discutido.

Tais fatos evidenciam a relação entre os dois circuitos da economia, onde o dinheiro é adquirido em caixa eletrônico para ser gasto no comércio do circuito inferior, mais especificamente no comércio de confecção, sendo óbvia a relação de complementaridade e subordinação do circuito inferior em relação ao superior.

O uso do cartão de crédito vem nos últimos anos se expandindo de forma significativa no país. Montenegro (2011) revela em sua pesquisa que o aumento do número de cartões de crédito teve um crescimento de 520%, sendo uma expansão que atinge principalmente a população de baixa renda. Segundo a autora, em 2004 o percentual da população com renda

individual mensal entre R\$ 200 e R\$ 500 que possuía algum cartão de crédito já era de 25% no país.

Reflexo desse fato pode ser percebido, por exemplo, no Beco da Poeira, tendo alguns boxes desse comércio popular de confecção já aderido à venda com cartões de crédito. É evidente que a venda em dinheiro continua sendo a principal forma de negociação entre os vendedores e consumidores nesse local, mas considera-se importante atentar para o fato de que não há uma total falta de tecnologias. Nesse sentido, Montenegro afirma que

[...] por meio da incorporação de certos objetos técnicos modernos, de usos extremamente criativos e de uma adaptação crescente, que não deixa de ser subordinada às variáveis da globalização, o circuito inferior vem ampliando a gama de instrumentos com os quais trabalha e o leque de serviços e produtos oferecidos (MONTENEGRO, 2011, p. 35).

Dessa forma, Montenegro (2011, p. 28) reconhece que existe uma necessidade de redefinir “[...] o circuito inferior hoje como atividades pouco capitalizadas que apresentam um menor grau de tecnologia, mas não sua ausência completa”. Além disso, a autora chama a atenção para o fato de o circuito superior estar cada vez mais interessado na parcela de mercado tradicionalmente pertencente ao circuito inferior da economia, de tal forma que “[...] para que a população de baixa renda se insira no mercado consumidor das grandes redes, conforma-se um processo de creditização dessa parcela da população realizado pelo próprio circuito superior” (MONTENEGRO, 2011, p. 35). Nesse sentido, a autora complementa esse pensamento expondo:

Na medida em que os circuitos da economia urbana se definem tanto pelas atividades realizadas quanto pelos estratos da população que se ligam a eles pela realização da atividade e pelo consumo (SANTOS, 1978), multiplicam-se hoje, face a esses processos, as relações entre eles. Estabelecem-se, no período atual, novas articulações entre o circuito inferior, enquanto a população que consome e trabalha predominantemente nesse circuito, e os grandes agentes do circuito superior, como os bancos e suas instituições de crédito pessoal, as grandes redes de varejo, dentre outros (MONTENEGRO, 2011, p. 37).

Essa realidade detectada pela autora, na qual o circuito superior avança sobre a população tradicionalmente pertencente ao circuito inferior (Montenegro, 2011), pode ser visualizada, por exemplo, na Praça do Ferreira, no centro de Fortaleza, onde grupos de

peessoas que trabalham para empresas financeiras como o banco Ibi oferecem facilidade e agilidade na adesão a vários cartões de crédito das mais variadas bandeiras (Visa, MasterCard, entre outras), bem como facilidade de empréstimos.

Esse quadro tem importantes consequências principalmente para a população menos abastada como, por exemplo, o agravamento da “situação de pobreza”, pois “[...] o aumento da oferta de crédito exerce um papel central nesse processo, mas vem igualmente acompanhado do avanço do endividamento e da inadimplência, implicando, por conseguinte, a reprodução da pobreza em novos termos” (MONTENEGRO, 2011, p. 246).

Assim, a autora traz em suas pesquisas um dado extremamente relevante, sobre as metrópoles brasileiras:

Os dinamismos da economia pobre nas metrópoles brasileiras se tornam, hoje, crescentemente complexos, haja vista a conformação deste cenário paradoxal em que a expansão do consumo entre as camadas de baixa renda se combina ao aumento da pobreza (MONTENEGRO, 2011, p. 246).

Assim, apesar do aumento do consumo da população pobre bem como do maior acesso a tecnologias e informações, constata-se que não há um recuo, mas sim um aumento no abismo que separa as parcelas pobres da população das mais abastadas, já que “[...] a ampliação do acesso a certos objetos técnicos não elimina a situação de pobreza nas grandes cidades” (MONTENEGRO, 2011). Tal quadro se agrava principalmente nas metrópoles brasileiras, nas quais o circuito da economia que se consolida como o maior absorvedor de mão de obra é o circuito inferior da economia, o qual

[...] encontra-se cada vez mais permeado por processos como a diversificação das práticas de consumo, a financeirização da pobreza, a incorporação de novas tecnologias, a difusão da informação e o alargamento de suas escalas; os quais vêm implicando, por sua vez, o aprofundamento da subordinação do circuito inferior face ao circuito superior em novos patamares (MONTENEGRO, 2011, p. 251).

No centro de Fortaleza, as atividades ligadas ao circuito inferior da economia se expandem e se consolidam cada vez mais. A quantidade de ambulantes nas ruas do centro impressiona; ruas inteiras são tomadas pelo comércio de confecção, que atinge proporções que ultrapassam os limites da própria RMF, alcançando capitais de outros estados.

## 2.2 O comércio de confecção no circuito inferior da economia do centro de Fortaleza

As atividades comerciais possuem um grau de importância na estruturação urbana e na economia urbana e geram intensas relações socioespaciais. Nesse contexto, onde as cidades tornam-se o principal palco da produção e reprodução social e do capital, deve-se atentar para os usos dos espaços dos centros urbanos pelo comércio popular, destacando-se a cidade resultado das complexas relações que essa atividade promove.

Nas últimas décadas, a presença cada vez mais significativa do comércio popular com forte presença de camelôs e ambulantes, principalmente em espaços públicos, vem modificando e até mesmo refuncionalizando determinados espaços urbanos. Santos, ao versar sobre o comércio típico do circuito inferior, salienta o fato de o comércio abrigar significativa parcela da população inserida nesse circuito.

O comércio ocupa um número considerável de pessoas. Em parte pode se explicar isso pelo fato de que, para entrar nessa atividade, só se tem necessidade de pequena soma de dinheiro e pode-se apelar para o crédito (pessoal), concedido em dinheiro ou em mercadorias; não é necessário ter experiências e é fácil escapar ao pagamento de impostos (SANTOS, 2008, p. 209).

Nota-se que no circuito inferior, o qual abraça um grande número de trabalhadores, o comércio destaca-se pela facilidade com que as pessoas conseguem nele inserir-se. Dessa forma, muitos que perderam seus empregos, ou migrantes que chegam às grandes cidades e não conseguem inserir-se no mercado formal de trabalho, encontram em atividades comerciais do circuito inferior um refúgio, tornando-se subempregados, camelôs ou ambulantes. Dantas, ao debater sobre o comércio ambulante na cidade de Fortaleza, apresenta relevante posicionamento:

Pode-se afirmar, inicialmente, que o comércio ambulante é um resultado do processo desigual de reprodução do capital, capital que vai incorporar esta atividade ao processo de acumulação, devido à mesma viabilizar a realização da mercadoria, ao criar condições para a inserção de dado segmento da sociedade, a sociedade de consumo e prestar-se como fator de estabilização social [...] (DANTAS, 2005, p. 8).

Assim, fruto do processo de reprodução do capital e entendido como fenômeno não passageiro, que se reconfigura diante de importantes transformações socioeconômicas, o comércio torna-se o meio pelo qual considerável parcela da população garante a inclusão na sociedade do consumo. Esse pensamento vai ao encontro do posicionamento da OIT (2005, p. 10), quando a organização expõe que a economia informal “[...] permite também satisfazer as necessidades dos consumidores pobres, oferecendo bens e serviços acessíveis a preços baixos”, além de proporcionar aos trabalhadores nela inseridos a garantia de sua reprodução.

Dantas ainda proporciona a visualização da importância dessa atividade quando ressalta a necessidade de apreender seu significado e papel:

Criar uma demanda solvável, quando fornece produtos por menores preços e, por conseguinte, tornando-os acessíveis a uma camada maior de consumidores – com maior intensidade os consumidores das classes menos abastadas e que não teriam condições de consumir esses produtos no comércio estabelecido – e insere aqueles que desenvolvem a atividade do comércio ambulante na sociedade de consumo [...]. Funciona como fator de estabilização social, quando a inserção na atividade do comércio ambulante é reforçada pela ideologia da ascensão social pelo consumo e pela ideologia de ascensão social pelo trabalho autônomo (DANTAS, 2005, p. 6).

Assim, o autor aponta dois fatores importantes que levariam trabalhadores a inserir-se nessa atividade: a procura de estabilidade social pelos trabalhadores autônomos e a não oportunidade de parcela da população economicamente ativa de inserir-se no mercado formal de trabalho diante de caráter modernizador (no qual há uma redução da mão de obra utilizada) adotado nos países considerados não desenvolvidos.

Além disso, essa atividade informal é responsável por atender aos anseios de pessoas de menor poder aquisitivo. Santos (2008, p. 37) assegura que a “[...] participação num consumo ‘moderno’ tem a tendência de atingir mais e mais indivíduos mesmo se essa participação é parcial ou ocasional nas camadas menos favorecidas”, camadas essas que desejam cada vez mais consumir e que encontram no comércio do circuito inferior uma variedade de produtos, muitas vezes cópias das grandes grifes ou produtos (principalmente na linha de vestuário e acessórios) que imitam as tendências ditadas pelas telenovelas (fato que demonstra como a variável informação está a serviço do consumo), como Santos (2008) indica, a preços bem acessíveis.

No contexto do comércio ambulante do centro de Fortaleza, Dantas aborda

[...] o comércio ambulante como viabilizador da realização da mercadoria, por garantir a possibilidade de consumo de determinados produtos, principalmente às classes de menor poder aquisitivo, e inserir aqueles que trabalham nessa atividade na sociedade de consumo, criando, conseqüentemente, uma demanda solvável. O poder realizar-se enquanto consumidor, comumente pode levar a uma situação aparente de satisfação, e é justamente a partir desse dado que pode ser apreendido o fator de estabilização social. O realizar-se enquanto consumidor fez com que o ideal de realização do ser humano deixasse de se ligar ao trabalho e se voltasse para o ato de consumir (DANTAS, 2005, p. 7).

Diante de tal contexto, de uma sociedade que privilegia o ato de consumir, entender o espaço urbano a partir das formas comerciais (criadas para satisfazer as necessidades do consumo, atender os anseios humanos) como acena Dantas (2005) e sugere Montessoro (2006), torna-se estratégia relevante para a apreensão das implicações socioespaciais do comércio popular nas áreas centrais, mais especificamente o comércio de confecção no centro da cidade de Fortaleza.

Os centros urbanos são locais preferenciais para a estruturação do comércio popular, segundo Montessoro (2006, p. 118), visto que essas áreas são importantes para o estabelecimento de novas formas comerciais e espaciais, com destaque para a “[...] (re)afirmação da centralidade urbana decorrente dos usos do espaço pelas ações do setor terciário de um modo geral, englobando formais e informais [...]”.

Ponto que chamam a atenção na discussão da autora é o entendimento que ela tem sobre a reafirmação dos centros como importantes espaços no atual contexto urbano, destacando-se o que a autora chamou de novas formas comerciais e espaciais, esclarecidas como

[...] o “novo” se dá pelos novos hábitos e práticas do consumo, enquanto a referência que fazemos ao “velho” é do ponto de vista do início dessa função de modo geral. O que buscamos entender são as estratégias lançadas por esses trabalhadores para garantir a sobrevivência, como também o uso de um espaço que contempla todas as formas e funções presentes. O centro está repleto de atividades que criam um ambiente de situações diferenciadas umas das outras, com singularidades que caracterizam a dinâmica dos espaços intraurbanos, pois temos o encontro, as formas e o conteúdo, que por sua vez também caracterizam as atitudes das pessoas que ali permanecem para realizar qualquer atividade, principalmente as que concernem ao consumo, já que a cidade e o centro propriamente dito são os lugares das possibilidades (MONTESSORO, 2006, p. 174).

Dessa maneira, apresentam-se os trabalhadores inseridos nessa atividade beneficiando-se dos intensos fluxos que as áreas centrais possuem, selecionando pontos estratégicos – os melhores lugares para eles exercerem sua atividade. Já os frequentadores dos centros são potenciais consumidores dos produtos oferecidos no comércio popular de rua, instalado principalmente nas proximidades das paradas de ônibus, praças e ruas ou até mesmo junto às portas das lojas. Por todos esses locais há intensa circulação de pessoas que, a caminho de casa/trabalho, da escola/casa, entre outros trajetos, podem parar para consumir variados produtos a preços acessíveis.

### **2.3 A precarização do trabalho e a flexibilização na economia urbana**

As mudanças macroeconômicas que assinalaram a sociedade contemporânea, principalmente na segunda metade do século XX, são fatores relevantes ao entendimento da recente configuração da economia urbana, na qual o circuito inferior ganha força.

Os anos pós-guerra foram marcados por um modelo econômico de acumulação e dominação conhecido como fordista-keynesiano, fundamentado em um “[...] conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico” (HARVEY, 2011). A atuação do Estado (keynesiano) aliada ao capital corporativo e ao trabalho organizado foi fundamental na firmação do modelo fordista.

Em meados do século XX, o fordismo apresentava sinais de crise que levaria à sua substituição por novo modelo produtivo. A crise do petróleo e a profunda recessão que ocorreram no início da década de 1970 impulsionaram um conjunto de processos que solaparam o fordismo, de tal modo que nas décadas de 1970 e 1980 configuraram-se como “[...] conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político”.

Tal processo de reestruturação produtiva em que acontece a substituição do fordismo/taylorismo pelo novo modo de acumulação foi chamado por Harvey de “acumulação flexível” e teve início, mais especificamente, na década de 1970, ocorrendo, segundo o autor, pela rigidez do fordismo diante das contradições inerentes ao capitalismo.

Dessa forma, a acumulação flexível apresentada pelo autor entraria em confronto direto com a rigidez do fordismo, apoiando-se na “[...] flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”, caracterizando-se

[...] pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional envolve rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores (por exemplo, o crescimento do emprego no chamado setor de “serviços”) como entre regiões geográficas (o surgimento de conjuntos industriais completamente novos na “Terceira Itália”, no Flandres, e nos vários vales e gargantas do silício, na Califórnia, e a vasta profusão de atividades em países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privadas e públicas se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado” (HARVEY, 2011, p. 140).

Acerca do consumo, o citado autor chama a atenção para a valorização das “[...] modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica”, ou seja, valoriza-se uma estética instável, efêmera, destacando o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais que influenciaram expressivamente na maneira de consumir da sociedade.

Diante de uma economia de mão de obra, ocorre uma precarização do trabalho, com subcontratações e terceirização dos trabalhadores, atrelada à evolução das tecnologias, que possibilitou a substituição de mão de obra por máquinas extremamente modernas, provocando, dessa forma, uma onda de desemprego, quando os trabalhadores desempregados foram absorvidos principalmente pelo circuito inferior da economia. Montenegro (2011), baseada no pensamento de Silveira (2007), reforça o que acima foi exposto:

Neste contexto de rearranjo da divisão do trabalho intraurbana, nossa premissa é que grande parte da população das metrópoles brasileiras venha encontrando, cada vez mais, suas oportunidades de trabalho e de geração de renda no circuito inferior, onde “(...) um baixo grau de capital se imobiliza para criar, a partir de relações técnicas e de organização pouco sofisticadas, um número significativo de postos de trabalho” (MONTENEGRO, 2011, p. 20).

Dantas (1995, p. 37) corrobora com tal pensamento ao apontar o processo de modernização do secundário nos países subdesenvolvidos, poupador de mão de obra, como

gerador de subemprego e desemprego, bem como ao mencionar a tendência de ampliação do emprego no setor terciário da economia. O autor evidencia que Fortaleza é uma cidade terciária.

Acerca dessas transformações na estrutura do mercado de trabalho no novo contexto macroeconômico, Harvey expõe o seguinte pensamento:

A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição ao “friccional”), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. O mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação [...]. Mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 2011, p. 141).

Desse modo, o resultado de todas essas transformações trazidas pela acumulação flexível seria uma estrutura de mercado de trabalho precário, onde se destaca a presença dos trabalhadores inseridos na economia pobre, mais especificamente em atividades ligadas ao circuito inferior da economia.

Santos (2008) ao discutir, numa perspectiva da economia urbana, esse contexto, no qual é considerável o número de pessoas pobres inseridas em atividades de baixa produtividade e capitalização, explica que as “[...] modernizações atuais nos países de terceiro mundo só criam um número limitado de emprego, visto que as indústrias instaladas são de alto coeficiente de capital”. Além disso, a modernização tecnológica atinge o campo diminuindo seu efetivo, sendo, segundo o autor, uma das explicações para o êxodo rural bem como para a urbanização terciária nas cidades dos países ditos subdesenvolvidos. Assim, “[...] o mercado de trabalho deteriora-se e uma porcentagem elevada de pessoas não tem atividades ou rendas permanentes” (SANTOS, 2008, p. 37).

Esse grupo, composto por pessoas pobres, tem seu processo de produção e reprodução na sociedade de forma extremamente precária. Nesse sentido, o autor complementa o pensamento acima exposto:

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas

necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas de consumo (SANTOS, 2008, p. 37).

Destarte, os efeitos dessa divisão, entre os que podem e os que não podem ter suas necessidades atendidas, ocasionam sérias implicações espaciais. Além disso, “[...] essas divisões são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços”, mais especificamente o circuito superior e o circuito inferior da economia, ambos produtos do atual processo de modernização.

Montenegro (2012, p. 149), ao discutir o contexto de surgimento da teoria dos circuitos da economia urbana, também colabora com o entendimento do aumento da população inserida em atividades do circuito inferior da economia. A autora discute importantes processos ocorridos nas áreas urbanas dos países de terceiro mundo, como a “[...] chegada da indústria e a consequente modernização de determinadas parcelas de sua atividade econômica”, afirmando que a evolução da urbanização e a suas modernizações não foram acompanhadas da geração de postos de trabalho:

As populações urbanas em ascensão dos países periféricos deparavam-se então com grandes limitações na capacidade de absorção da força de trabalho por parte de setores intensivos em capital, como a grande indústria no caso dos países em que esta se fazia presente. Este cenário provocou, por sua vez, por um lado, uma forte ‘crise do emprego’ e, por outro, a proliferação de uma gama de atividades urbanas de baixa produtividade que acolhiam grande parte da força de trabalho (McGee, 1977) (MONTENEGRO, 2012, p. 149).

A autora ainda destaca a introdução da tecnologia intensiva em capital nos referidos países, que contribuiu muito mais para o alargamento do desemprego e subempregos urbanos do que para o aumento de postos de trabalho.

No contexto de novo processo de reestruturação produtiva, que ocasionou importantes mudanças na estrutura do mercado de trabalho, desenhou-se novo quadro caracterizado pela busca de aumento da produtividade com menores custos, racionalizando e flexibilizando a produção, adequando-a às necessidades momentâneas do mercado (Lira, 2008).

Diante de tal conjuntura, com reflexos econômicos, sociais e espaciais, destacam-se as consequentes formas de trabalho flexíveis marcadas pela terceirização e pela subcontratação,

e os vários tipos de trabalho, autônomos e “informais”, que delineiam a precarização das condições de trabalho e a desregulamentação dos direitos trabalhistas.

Alves (2007, p. 115), em trabalho que aborda as dimensões da reestruturação produtiva, apresenta a precarização como síntese concreta das ligações de forças políticas entre capital e trabalho, possuindo ainda o sentido de perda de direitos acumulados. Desse modo, “[...] a *precarização* é um processo social de conteúdo histórico-político concreto, de natureza complexa, desigual e combinada, que atinge o mundo do trabalho, principalmente setores mais organizados da classe do proletariado”.

Os reflexos de tais mudanças no mercado de trabalho brasileiro tornaram-se mais aparentes, principalmente na década de 1990, não somente por processos em nível internacional, mas também nacional, que implicaram no adensamento do cenário de considerável parcela da População Economicamente Ativa (PEA) inserida em atividades com baixos níveis de produtividade e capitalização.

Desse modo, o impulso do toyotismo, baseado na produção flexível, fluida e difusa, atingiu, com mais vigor, “[...] o empreendimento capitalista no Brasil, no bojo do complexo de reestruturação capitalista e do ajuste neoliberal propiciado pelos governos Collor e Cardoso” (ALVES, 2007).

Noronha colabora para um maior esclarecimento dessas mudanças no contexto nacional, principalmente durante a década de 1990 e início da década seguinte, abordando o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso:

Até as recentes mudanças introduzidas no governo FHC, o contrato por tempo indeterminado previsto na CLT era praticamente a única opção disponível para as empresas do setor privado. O “formal”, no Brasil, tinha apenas uma forma, ao contrário de outros países, cuja legislação prevê (e de fato são praticados) contratos em tempo parcial, contratos específicos para pequenas empresas, contratos temporários etc. No Brasil, as mudanças legais recém-criadas tiveram impactos limitados, seja por serem bastante inspiradas no padrão CLT, seja por sua aplicação ainda reduzida. De todo modo, os padrões contratuais da “informalidade” são muito mais diversos, e, apesar disso, pouco discutidos [...] (NORONHA, 2003, p. 112).

A adoção mais intensa do neoliberalismo no período do governo de Fernando Henrique Cardoso, algo que já vinha ocorrendo no governo anterior<sup>3</sup> (de Fernando Collor de Mello) trará, de acordo com o que Noronha expõe, uma fragilidade nas leis que protegem os trabalhadores, surgindo assim novas formas de contratação que afetarão significativamente o mercado de trabalho brasileiro, com reflexos visíveis no espaço das metrópoles brasileiras.

Novas formas de pagamento e remuneração flexível, terceirizações capazes de construir uma rede de subcontratações intensificando a expansão de trabalhadores autônomos, dos quais muitos tiveram como local preferencial de trabalho (como é o caso dos camelôs e ambulantes) os grandes centros urbanos.

Assim, a intensificação da presença de grande contingente de pessoas exercendo atividades de baixa produtividade e capitalização tem, como pano de fundo, importantes transformações na estrutura produtiva brasileira dentro de um cenário macroeconômico, como globalização do capital, abertura comercial, internacionalização e integração macrorregional dos mercados, inovações tecnológicas além de práticas neoliberais (MELO e VASCONCELOS, 2008).

Assim, o circuito inferior diante desse cenário adapta-se às mudanças no processo de acumulação de capital, assumindo novas e múltiplas dimensões, de tal forma que sua materialização no espaço permite ler e buscar entender uma das mais significativas questões urbanas da atualidade: o comércio informal.

## **2.4 O comércio de confecção e a apropriação dos espaços públicos**

*Um formigueiro humano. Foi assim que voltou a ficar a Praça José de Alencar, no Centro de Fortaleza, com a invasão de ambulantes. Na manhã deste sábado, quem tentou passar pelo logradouro teve dificuldades pela quantidade de vendedores ambulantes que disputavam cada centímetro da praça. As calçadas do entorno, em frente à Igreja do Patrocínio, Teatro José de Alencar e Centro de Especialidades Médicas (CEMJA), também ficaram tomadas (DIÁRIO DO NORDESTE, 12/2/2012).*

---

<sup>3</sup> O Plano Brasil Novo, lançado no Governo de Fernando Collor de Mello, foi o marco para a nova economia neoliberal no Brasil.

No processo de espacialização, o comércio dito informal ocupa preferencialmente locais de maior circulação de pessoas; ruas e praças muitas vezes ficam tomadas pelos trabalhadores ambulantes ou camelôs. Tal fato chama a atenção da imprensa, da sociedade e do poder público, o qual tenta regulamentar, controlar e disciplinar a ocupação dos espaços públicos, visando garantir sua funcionalidade de fruição e/ou fluidez.

Nesse sentido, remete-se à discussão sobre os espaços públicos considerando as abordagens feitas por Gomes (2012), Carlos (2011), Silva (2006) e Dantas (1995; 2005), as quais auxiliarão na compreensão da temática no que concerne à ocupação desses espaços pelo comércio de confecção, mais especificamente nas áreas do Centro Tradicional da cidade de Fortaleza.

Gomes (2012), em discussão sobre essa questão, aponta algumas considerações a serem revistas. De início, o autor expõe que esse tipo de espaço não pode ser concebido simplesmente em oposição ao espaço privado: é público aquilo que não é privado. Isso seria uma análise simplista, que não considera outras condições desse tipo de espaço como, por exemplo, o coletivo ou comum.

Outro ponto importante a ser avaliado é a questão jurídica. Por lei, os espaços são considerados públicos quando de fato a existência deles precede a lei que os reconhece, ou seja, “[...] esses espaços públicos correspondem talvez a necessidades que podem se manifestar segundo modalidades concretas que não se origina no discurso jurídico, o qual apenas os reconhece e o regula” (GOMES, 2012, p. 22).

O autor ainda acrescenta que a natureza desse espaço é normativa, considerando o contrato social (o qual corresponde à relação simultânea de pertencimento a uma comunidade política e a um território) que o estrutura (assegurando sua validade e viabilidade) e que tem seus termos garantidos por regras e leis. Nesse sentido, a única identidade que se deve primar nesse espaço é a cidadania, ou seja, a que corresponde ao ordenamento espacial do pacto que funda a democracia (GOMES, 2012, p. 31).

Essa questão ainda perpassa os espaços que, apesar de não serem rigorosa e juridicamente públicos, são locais de atividades públicas. Exemplos clássicos e pertinentes de visibilidade pública, apresentados pelo autor, são os cafés parisienses e os *pubs*<sup>4</sup> ingleses no

---

<sup>4</sup> Segundo Gomes (2012), o nome *pub* origina-se da expressão *public houses*. Silva (2006) acrescenta que “[...] foram os ingleses que empregaram pela primeira vez a palavra público significando o bem comum na sociedade”.

século XIX, locais de encontro, de discussões. Esses exemplos são também utilizados por Silva (2006, p. 30), tendo em vista que os cafés, ao propiciarem o encontro das pessoas comuns, configuraram-se como uma das primeiras noções de público. A autora complementa que “[...] as discussões, antes restritas ao círculo da nobreza, começavam a se tornar ‘gerais’, no sentido de que todos deviam e podiam participar, ainda que essa participação fosse limitada a certos grupos que tinham acesso à leitura e à cultura urbana que começava a se fomentar”.

O atributo de livre acesso é para Gomes (2012, p.23) outro ponto a ser tratado na temática, embora tal atributo, assim como os pontos apresentados anteriormente, não seja suficiente para caracterizar o espaço público. Aliás, nem todo espaço público possui livre acesso, como é o caso de hospitais e escolas. Gomes ainda acrescenta que “[...] os locais públicos são sempre objeto de uma explícita legislação que dispõe sobre as condições de acesso, o qual é desse modo normatizado e nunca indiscriminado”. Assim, não é o atributo do livre acesso que delimitaria o público do privado.

Desse modo, apresentados os problemas em relação à definição dos espaços públicos, Gomes expõe que os

[...] espaços públicos correspondem à dimensão espacial da política em sociedades democráticas ou republicanas [...] esses espaços têm relação direta com a vida pública. Logo, trata-se da organização da vida em comum de homens que se definem como indivíduos, diferenciados e racionais, que almejam coexistir e tirar proveito de uma vida em comum sem que para isso tenham de renunciar à liberdade; são homens públicos (GOMES, 2012, p. 24).

Nesse sentido, civilidade é a maneira de ser nesse espaço, o que permitiria essa vida em comum; o respeito às diferenças individuais e aos conflitos que aparecem com essa convivência seria justamente a política (CASTRO, 2005 apud GOMES, 2012). Essas manifestações sociais nos espaços públicos são o que une a dimensão física à abstrata (da ação política), razão por que os espaços podem ser vislumbrados simultaneamente como um lugar material e imaterial.

Considerando o caráter material, físico, o espaço público pode ser qualquer um “[...] onde não haja obstáculos, senão normas gerais e lógicas para o acesso e participação”. Nesta análise, os espaços públicos foram considerados locais preferenciais – praças e ruas – para a instalação do comércio informal. Esses locais são palco das mais diversas manifestações do

cotidiano da vida social, sendo possível perceber, ao longo dos anos, as mudanças ocorridas nas mais diferentes esferas da reprodução do homem (social, política, econômica, cultural, entre outras) através dos diferentes usos dos lugares, onde muitas vezes se encontram práticas coletivas passadas e presentes.

As ruas, espaços públicos sempre cogitados pelos trabalhadores do comércio informal, atraídos pelo constante fluxo de pedestres, são vistas por Gomes (2012, p. 28) como um lugar multifuncional, unidade fundamental e mínima do homem público, bem como “[...] um sistema de signos e de linguagem orientando os deslocamentos e fluxos, sinalizando possibilidades, restringindo alguns usos sugerindo outros, ou seja, é um universo de disposições espaciais de coisas e comportamentos”. É, portanto, um lugar de diálogo permanente e renovado.

Silva (2006, p. 26), ao discutir espaços públicos e territorialidades a partir de análise das praças do centro de Fortaleza, resgata a concepção de espaço público desde seu surgimento, com a ágora, praça principal e espaço público na Grécia antiga – sem desenho específico, era local destinado ao encontro coletivo onde se desenvolvia em seu entorno a rotina da vida social – até a contemporaneidade, quando a praça vem perdendo sua função primordial.

Ao longo dos séculos, tais espaços públicos tiveram diferentes usos, tendo sido locais de prática política, de demonstrações de poder, de comércio, de feiras livres, de festas e procissões. Nesse contexto, Silva (2006, p. 26) faz uma análise das praças no modernismo, considerando que “[...] o modernismo, com o objetivo de refuncionalizar o espaço, para que este se tornasse mais controlável pelo Estado, transformou a praça em local de passagem, dificultando assim as concentrações e manifestações populares subversivas ao Estado”.

No caso de Fortaleza, ao longo dos anos, alguns espaços públicos sofreram igualmente diferentes usos. No século XIX e no início do século XX, as principais praças públicas, como por exemplo, a praça central José de Alencar, mencionada na citação no início do tópico, eram locais preferenciais de encontro, de lazer, de discussões políticas, entre outras atividades. Com as mudanças ocorridas tanto no contexto urbano (a cidade passa de monocêntrica à policêntrica, migrações) como no econômico (reestruturação produtiva), o centro se reconfigura. O comércio, principalmente o ligado ao circuito inferior (ambulantes, camelôs) se destaca e enxergará nas praças e ruas o seu local de fixação.

Silva evidencia esse processo de transformação das praças do centro de Fortaleza:

O Centro perdeu uma de suas principais funções e suas praças já não eram o local dos encontros e lazer de seus moradores e afins e sim, local para encontro e vivência de pessoas que vinham de outros bairros, trabalhar, estudar, consultar os médicos ou adquirir qualquer produto ou serviço com um preço mais acessível, com maior variedade e melhor qualidade. Suas praças, como as dos grandes centros do País, passaram de espaços de lazer, encontros informais e discussões políticas, literárias e filosóficas para espaços de convergência de uma população que ia e vinha, tendo-a como um apoio, para antigas e novas necessidades, características de uma cidade em crescimento rápido e de forma desordenada [...] (SILVA, 2006, p. 34).

Desse modo, com o passar do tempo, as praças tornam-se muitas vezes apenas local de passagem para alguns, local de trabalho para outros. No centro de Fortaleza, ações do poder público, como a instalação de terminais de ônibus nas praças, contribuíram para que esses espaços fossem vislumbrados para outros usos. A função de lazer (do sentar e descansar um pouco, ver o movimento das pessoas) é prejudicada pelos terminais instalados por um projeto na década de 1970, que trouxe também modificações em algumas ruas, ao transformá-las em calçadas que valorizavam o pedestre.

Dantas, na década de noventa, já discutia o problema da ocupação dos espaços públicos no centro de Fortaleza pelo comércio ambulante, relatando a notoriedade dos “novos usos” desses espaços a partir do debate sobre as ações do poder público:

Ao apropriar-se dos significantes existentes no centro, o comércio ambulante impõe um novo espaço e um novo uso, esboçando fundamentalmente numa forma de apropriação privada do espaço público, que conforme Carlos, expressa o processo de normatização do cotidiano [...] (DANTAS, 1995, p. 96).

Tal apropriação dos espaços públicos por esse tipo de atividade do circuito inferior ocorre em função da lógica de “subordinação ao mundo da mercadoria”. Assim, “[...] o ficar em meio ao fluxo intenso acontece mediatizado pela troca e não como a possibilidade de encontro, daí sua inserção [do comércio ambulante] à lógica da sociedade do consumo” (DANTAS, 1995, p. 97).

As implicações sobre o espaço é visível pela expansão do comércio popular em praças, calçadas e ruas do centro da cidade. Os vendedores, sejam fixos ou itinerantes, selecionam os espaços de maior fluxo para a realização da sua atividade e a privatização converte as funções

originais desses espaços, como esclarece Dantas, reforçando inclusive a questão do mundo da mercadoria:

A consolidação do mundo da mercadoria leva a diminuição das formas de uso voltadas para o encontro e a festa, ocorrendo o fortalecimento de um tipo de uso que objetiva a apropriação do espaço público para a troca [...] Em suma, o outrora público torna-se privado, daí falar-se de apropriação privada do espaço público. Apropriação privada que vai expressar a derrocada da rua e a possibilidade de sua invasão pela casa, pelo mercado (DANTAS, 1995, p. 106).

Como se pode perceber pelo que foi apresentado, os conflitos são inevitáveis, tendo em vista que, por um lado, os trabalhadores do comércio ambulante “[...] têm sua reprodução atrelada à possibilidade de apropriação privada do espaço público como condição para sua reprodução e da atividade” (DANTAS, 1995, p. 11), e, por outro lado, os empresários e comerciantes formais se sentem prejudicados com a presença dos ambulantes. Nesse meio termo está o Estado e seu papel regulador, que, no caso do centro de Fortaleza, foi preponderante na atual configuração do comércio informal. Com base no trabalho de Dantas (1995), esse assunto será melhor abordado no capítulo 4.

Como já foi dito, os espaços públicos possuem grande fluxo de pessoas, atraindo o comércio ambulante, que modifica a forma de uso desses espaços, apropriando-se deles e estruturando territórios onde os conflitos são constantes, o que nos remete ao pensamento de Gomes quando trata de espaços públicos num sentido político:

Os espaços públicos são, nesse sentido, lugares onde os problemas são assinalados e significados, um terreno onde se exprimem tensões, o conflito se transforma em debate, e a problematização da vida social é posta em cena. Ele constituiu, por isso, uma arena de debates, mas também um terreno de reconhecimento e de inscrição dos conflitos sociais. Por essa razão, esses espaços são marcadores fundamentais da transformação social (GOMES, 2012, p. 24).

Nesses espaços, pois, a sociedade vivencia constantemente as contradições, os conflitos, ou seja, inúmeras relações, entre elas a de uso do espaço, através da apropriação dos espaços pelos camelôs e ambulantes, destacando-se as relações de troca, de compra e venda de mercadoria.

Montessoro (2006, p. 200), com base no pensamento de Carlos (2001), entende tais espaços como “espaços-mercadoria”, “[...] uma vez que é a partir da mercadoria que as relações se concretizam no espaço, delimitando ações superficiais, mas que não impedem o contato entre os indivíduos”, o que caracteriza uma variação no uso do solo, disputado por vários segmentos da sociedade, como os trabalhadores do comércio informal, que modificam o uso dos espaços para garantir sua reprodução. Carlos ilustra assim tal discussão:

[...] contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada marca e delimita a vida cotidiana, isto porque numa sociedade fundada sobre a troca, a apropriação do espaço, ele próprio produzido, enquanto mercadoria, liga-se cada vez mais à forma mercadoria (CARLOS, 2004, p. 26).

Dessa maneira, as mudanças/readaptações de usos e funções dos lugares atenderiam as necessidades da acumulação. No que concerne à apropriação do espaço, Gomes (2006, p. 174) levanta uma discussão sobre o “recoo da cidadania”, o que ocorre nos primeiros anos da modernidade, onde “[...] novos arranjos físicos resultam em novas formas de se construir a vida coletiva”. Trata-se do “[...] recoo do projeto social e espacial que está em processo de ‘encolhimento’”. Segundo o autor, essas mudanças no estatuto das práticas sociais e espaciais ocorrem devido a uma redefinição nos quadros da vida social coletiva na contemporaneidade.

Assim, o recoo da cidadania corresponderia paralelamente a um recoo dos espaços públicos, e a apropriação privada desses espaços seria um dos processos que caracterizaria esse recoo. Tal processo é complexo, muito amplo, com manifestações e feições variadas, de tal forma que

[...] sua magnitude pode compreender desde uma simples ocupação da calçada até o fechamento de ruas ou de bairros inteiros. Sua manifestação pode ocorrer por meio de estruturas físicas fixas, mas também pode ser uma ocupação veiculada por instrumentos bem mais sutis e simbólicos (GOMES, 2004, p. 176).

A presente pesquisa, no contexto da discussão sobre a apropriação dos espaços públicos pelo comércio de confecção, entende tais espaços como meio para a reprodução dos comerciantes dessa atividade. O circuito inferior, representado aqui por camelôs e ambulantes, é para Gomes um elemento fundamental nessa dinâmica:

Praças transformam-se assim em grandes mercados, e as principais ruas das cidades tornam-se estreitas, pois restam apenas pequenas passagens para os transeuntes. Os lugares da vida pública, da deambulação, do passeio, do espetáculo da coabitação, da ideia da vida urbana, que construíram em grandes projetos urbanísticos do final do século XIX e começo do XX, desaparecem dando lugar a um emaranhado de balcões de mercadorias. A dimensão do homem público se estreita, restringindo-se à de um mero passante ou no máximo se limitando a um eventual consumidor (GOMES, 2004, p. 177-178).

Tal dinâmica de apropriação dos espaços públicos pelo comércio de rua é muito evidente nas metrópoles brasileiras. A todo tempo é possível vislumbrar a materialização desse comércio no espaço como também a modificação dos usos desses espaços, estruturando territórios. No capítulo 4 serão discutidos os principais territórios do comércio de confecção que se desenvolve nas praças de Fortaleza e tomam ruas inteiras, como é o caso da Rua José Avelino, onde se expande a Feira da Sé. No próximo capítulo nos deteremos no entendimento dos processos socioespaciais que levaram a atual configuração do centro de Fortaleza, palco do fenômeno que investigamos.

---

### 3

#### DINÂMICAS URBANAS DO CENTRO DE FORTALEZA

---

No processo de formação urbana, que ocorreu por volta dos séculos XVII e XVIII, Fortaleza inseriu-se em uma lógica militar de garantia da posse territorial e defesa do litoral adotada pelos colonizadores europeus. A ocupação da cidade esteve, pois, associada exclusivamente à racionalidade militar e defensiva (Silva e Dantas, 2009) o que contribuiu significativamente para o seu posicionamento na estruturação e hierarquia urbana do Ceará. O entendimento da constituição da cidade passa pelo conhecimento da organização do próprio estado.

Diferentemente das atuais grandes cidades brasileiras que tiveram sua origem no período colonial, Fortaleza não nasceu hegemônica (LINHARES, 1992) e teve no período colonial um crescimento bastante lento.

O estado do Ceará não apresentava características naturais e econômicas que interessasse aos portugueses como, por exemplo, a aptidão ao cultivo da cana-de-açúcar, o fato de não se voltar para um mercado externo e a condição climática da semiaridez. Esses foram os fatores que influenciaram a diferenciada estruturação urbana em relação ao quadro de formação urbana característica do país.

O quadro da estrutura urbana do estado nesse período fica mais claro na exposição de Silva e Dantas:

Não dispunha [o estado do Ceará] de uma cidade principal, mas de um conjunto de cidades interioranas articuladas e especializadas na produção e comercialização da carne seca, ficando sua capital litorânea isolada na zona costeira, sem estabelecer vínculos com outros centros urbanos coloniais (SILVA; DANTAS, 2009, p. 3).

É importante salientar, diante do que Silva e Dantas apresentam, que a ocupação do Ceará iniciou-se a partir do sertão, com a consolidação das grandes fazendas de criação de gado próximas a importantes rios que deram origem às principais cidades que se destacaram como importantes centros socioeconômicos desse período.

Dessa forma, no contexto do século XVIII, a capital cearense exercia papel preponderantemente administrativo, tendo pouca expressão socioeconômica dentro do cenário estadual, encontrando-se desarticulada das principais cidades estaduais da época, como Aracati, Sobral, Crato e Icó.

Icó destacava-se no papel de coletora da produção e distribuidora de bens para a região do vale do Jaguaribe, sendo a cidade de Aracati responsável pelo escoamento dessa produção através de seu porto, distribuindo também produtos importados que chegavam do porto de Recife.

Crato exerceu importante papel na região do Cariri de distribuidor, coletor e beneficiador da produção regional. Já Sobral, importante centro distribuidor de mercadorias, tinha forte influência na região norte do estado, mantendo relações com os portos de Acaraú e Camocim.

Observa-se que nesse período, na hierarquia urbana do estado, destacavam-se cidades interioranas articuladas entre si, que se desenvolveram diferentemente das cidades litorâneas. Essas cidades interioranas constituíram-se pela expansão de grandes fazendas de gado no sertão enquanto as cidades litorâneas foram constituídas em uma lógica de defesa militar adotada por nossos colonizadores portugueses. Essa conjuntura urbana do estado permaneceu nos mesmos moldes durante todo o século XVIII.

No século XIX, esse quadro da estrutura urbana cearense se modificou, segundo Dantas (2008, p. 16), em função de alguns fatores, entre os quais destacam-se a independência do Ceará (em relação a Pernambuco<sup>5</sup>, em 1799), que ganhou autonomia administrativa podendo comercializar diretamente com a metrópole, e a abertura dos portos às nações amigas (1808), possibilitando a intensificação das relações do estado com outros países europeus. Diante desse contexto nacional, Fortaleza também passou a usufruir da sua condição de capital, exercendo uma política de domínio, tendo em vista que nesse período houve um maior investimento nas capitais da colônia, consolidado em seguida com uma política centralizadora ao longo do período monárquico (1822-1889).

---

<sup>5</sup> Com a expulsão dos holandeses do litoral nordestino, na segunda metade do século XVII, o Ceará ficara sob a jurisdição de Pernambuco, conseguindo sua emancipação apenas em 1799. Durante a submissão do Ceará a Pernambuco, o escoamento da produção cearense se dava pelo porto de Recife, e, com a emancipação, Fortaleza passa a utilizar seu incipiente porto.

No decorrer desse processo, com a independência do Brasil em 1822, em uma perspectiva econômica, percebe-se que as cidades-capitais começaram a ter a oportunidade de dinamizar as relações de troca, uma vez que a intermediação metropolitana torna-se inexistente.

Esses fatores, associados a outros externos, especificamente a guerra de secessão ocorrida na segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos da América, que impossibilitou o país de produzir algodão para o abastecimento da crescente industrialização na Europa, inseriram o Ceará, e conseqüentemente Fortaleza, na divisão internacional do trabalho.

Dessa forma, a cultura do algodão foi outro importante fator para ascensão de Fortaleza tendo em vista que “[...] a lavoura algodoeira, à proporção que se expandia provocava a projeção de Fortaleza como centro urbano” (SILVA, 2009, p. 88), fortalecendo conseqüentemente a área urbana e a economia da cidade. Fortaleza, portanto, tornou-se, no século XIX, o maior centro exportador e importador da província.

A expansão da cultura do algodão conduziu à estruturação de um sistema ferroviário o qual permitiu que a capital passasse a se articular com o restante do estado. Sobre isso, Silva complementa:

A construção da ferrovia para o interior através do Sertão Central representou a fase de acentuado crescimento demográfico de Fortaleza. A cidade já nesse tempo possuía suas dificuldades, principalmente aquelas ligadas à construção do seu porto – fator fundamental para a atividade exportadora (SILVA, 2009, p. 88).

Nota-se que Silva amplia a discussão apontando para dois outros fatores importantes, além da ferrovia: o crescimento demográfico e a construção do porto. Até as primeiras décadas do século XIX, Fortaleza irá enfrentar dificuldades com seu porto, e somente em meados do mesmo século é que a situação muda. De acordo com Souza,

O progresso de Fortaleza foi acentuado a partir de 1866, com o estabelecimento de uma linha de navios diretamente para a capital, ao mesmo tempo em que ocorriam melhorias das vias de comunicação com o interior cearense (SOUZA, 2009, p. 69).

Nesse processo de melhoramento do porto de Fortaleza, chama a atenção o importante papel do Estado no sentido de dinamizar as relações portuárias da província, tendo em vista que “[...] nos anos de 1858, 1860 e 1865, contratos realizados pelo governo provincial com três companhias de navegação costeira<sup>6</sup> viriam privilegiar o porto da capital” (LEMENHE, 1991, p. 118).

Fortaleza, então, começa a beneficiar-se com uma área de mercado bem mais ampla, abrangendo inclusive outras regiões do país. Dessa forma, o porto<sup>7</sup> passa a desempenhar uma dinâmica significativa, pois a cidade começa a drenar as mercadorias produzidas no estado, além de ser porta de entrada para os produtos vindos de fora, principalmente da Europa.

A junção da via férrea, que ligou a capital às cidades produtoras de algodão, com a presença do porto, que escoou a mercadoria, possibilitou o início de um crescente desenvolvimento de outras funções para além da administrativa como, por exemplo, a função comercial e a de serviços públicos gerais e urbanos.

Nesse período, a dinâmica populacional também passa por significativas alterações. Muitas pessoas são atraídas pelo desenvolvimento e dinamismo da capital, mas também um grande contingente populacional evadido das secas vai buscar na capital amparo do estado e melhores condições de vida.

Observa-se, portanto, que, no processo de urbanização, a cidade se moderniza, rompendo gradativamente com o estereótipo de cidade inexpressiva no cenário estadual, passando a ter uma dinâmica que envolve processos de urbanização, econômicos, de migração, entre outros, e se fortalecendo, na medida em que acompanha o desenvolvimento do Brasil.

O comércio, voltado tanto para a exportação como para a importação de mercadorias, se fortaleceu, promovendo o surgimento de várias casas comerciais, muitas com investimentos de capital estrangeiro. Nesse processo de produção e de modernização da cidade, algumas necessidades imprescindíveis foram supridas com a instalação de infraestruturas como, por exemplo, rede de iluminação pública, abastecimento de água e transporte (bonde de tração animal).

---

<sup>6</sup> Companhia de Pernambuco, Companhia do Maranhão e Companhia Brasileira. Fonte: LEMENHE, 1991.

<sup>7</sup> Nesse período, o porto de Fortaleza era o Poço da Draga.

Vinculam-se a esse processo de produção e modernização da cidade as relações sociais, que deixaram marcas no espaço urbano da capital cearense, restrito, à época, a um pequeno núcleo urbano: o atual Centro Tradicional.

### **3.1 O Centro na formação urbana de Fortaleza**

O cenário de todas essas transformações na capital do estado era preponderantemente seu atual Centro Tradicional, bairro que, na verdade, era a cidade de Fortaleza, caracterizado, no século XVIII, pela pobreza e pouca expressão socioeconômica no cenário estadual.

Entretanto, na segunda metade do século XIX, devido a uma série de transformações já mencionadas, a cidade passou a ocupar o topo da hierarquia urbana do estado, desbancando as principais cidades<sup>8</sup> que se sobressaíram no século anterior.

Vale destacar que nesse período o engenheiro pernambucano Adolfo Herbster projetou (1875) a planta topográfica de Fortaleza com traçado xadrez e um conjunto de largas avenidas (*boulevards*) que compreendiam as três atuais avenidas Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel, que limitavam o núcleo urbano da cidade. O traçado de Adolfo Herbster foi extremamente importante na delimitação do que até então era a capital do estado, tendo em vista que durante muito tempo os limites da cidade de Fortaleza estiveram demarcados por esse traçado.

A cidade, então, adquiriu como principais funções, além da função administrativa, a de habitação, de comércio e de lazer, principalmente da população abastada. Em termos econômicos, percebe-se que a capital consolidou-se a partir de quadro específico de desenvolvimento econômico do Brasil na segunda metade do século XIX (período imperial), presenciando um crescimento e uma diversificação na economia.

Destaca-se, nesse período, a comercialização do algodão produzido no Ceará, principalmente nas serras próximas, Baturité e Uruburetama, que tinham no porto (Poço da Draga) da capital a ligação comercial com o exterior.

---

<sup>8</sup> Aracati, Icó, Crato e Sobral.

A importância de tal atividade teve implicações e reflexos significativos na economia, na acumulação de capital, no espaço urbano e no modo de vida da sociedade. Segundo Menezes,

[...] foi possível o levantamento de uma crescente infraestrutura urbana, que atraía as mais diversas pessoas e mudava os costumes da população. Essa orientação econômica do processo de transformação concentrou excedente financeiro na cidade e aprofundou as relações capitalistas de produção, de vida e de consumo. A elite fortalezense e a população de um modo geral ficam atentas ao frenético movimento de coisas e seres, que anunciam mudanças e novos tempos (MENEZES, 2006, p. 27).

Souza, ao discutir a estrutura urbana cearense, aponta a ascensão da cultura do algodão como fator preponderante para uma mudança na sua hierarquia, na qual Fortaleza passa a destacar-se. Dessa forma, a autora expõe:

O comércio de exportação do algodão explica o desenvolvimento da capital e a extensão de sua área de influência. Com efeito, organizando-se em Fortaleza o comércio exportador de algodão, o raio de projeção da cidade ampliou-se para além das zonas produtoras de Uruburetama e Baturité estendendo-se para o sertão, acompanhando a própria extensão da cultura algodoeira (SOUZA, 2007, p. 22).

É relevante incluir nessa discussão a associação da produção do algodão à instalação de infraestrutura de comunicação, especificamente o sistema ferroviário, que ligou a capital às áreas produtoras de algodão com maior eficácia, contribuindo também para a ascensão de Fortaleza. O comércio da cidade, antes extremamente limitado, passa a possuir uma dinâmica expressiva, tornando-se a mola propulsora que dará ânimo econômico, político e social à cidade, destacando-se nesse período o comércio com o exterior, principalmente a Europa.

Em decorrência disso, a capital começa a receber investimentos de empresários estrangeiros, principalmente franceses, ingleses e portugueses, que fortaleceram relações mercantis com os comerciantes locais, instalando os primeiros estabelecimentos comerciais, voltados para a cotonicultura. Acerca desse momento relevante para a economia da cidade Girão assevera:

Em 1811 funda-se o primeiro estabelecimento de negócios estrangeiros, com o objetivo de manter intercâmbio direto com o velho mundo; quem o dirige é o irlandês William Wara e este é o que inicia uma fase de manifesta influência inglesa no desenvolvimento socioeconômico da cidade. O melhor que esta usa, come e veste

vem agora das Ilhas Britânicas. Lojas e armazéns importantes ostentam os nomes nas tabuletas e fachadas gravadas na língua inglesa (GIRÃO, 1997, p. 102).

Pelas palavras de Girão é possível perceber o nível de influência que esse momento de modernização teve sobre a sociedade fortalezense, moldando comportamentos e alterando costumes. Na mesma obra, o autor apresenta um apanhado das importantes empresas e investidores que passaram a atuar no cenário urbano e econômico da capital.

Além de Wara, um dos estrangeiros pioneiros, são nomes importantes: Robert Singlehurst, fundador da empresa inglesa R. Singlehurst, a conhecida Casa Inglesa; John William Studart, que também se dedicou ao comércio; o inglês Henry Ellery, que desenvolveu atividade de importação e exportação na Rua da Alfândega<sup>9</sup>, além de atividade industrial, possuindo uma oficina/charqueada na Rua da Palma (atual Major Facundo); Richard P. Hugges, presidente da primeira associação comercial do Ceará, criada em 1868; o português José Smith de Vasconcelos, importante comerciante de produtos europeus (fazendas, objetos de luxo, artigos de armarinho, porcelanas, cristais), e também dono de padaria.

Nesse período, Fortaleza já contava com um número significativo de estabelecimentos comerciais. Existiam por volta de 353 casas comerciais das quais 84 eram de propriedade de estrangeiros (COSTA, 2007, p. 62). É criada, em 1905, a Associação dos Comerciantes, a Fênix Caixerai, e, em 1908, é inaugurada a Associação Comercial, projetada em Paris.

A presença desses comerciantes estrangeiros foi de extrema importância para o desenvolvimento da capital, já que eles foram responsáveis, junto com os comerciantes locais, pelo contato de muitos fortalezenses com a cultura europeia, que marcou e influenciou o modo de vida e a cultura da cidade, deixando inclusive vestígios em sua arquitetura.

O nome de muitos estabelecimentos comerciais da época, como bares e lojas, mesmo pertencentes a brasileiros, tinham em seu nome a marca da influência estrangeira, sobretudo a inglesa, tais como Casa Manchester, Túné de Londres, Ship Chandler e Casa Reeckell.

Nesse período, a Praça Pedro II<sup>10</sup>, ponto importante da cidade, concentrava em seu entorno e em suas proximidades importantes estabelecimentos comerciais como a farmácia do Boticário Ferreira, a livraria Oliveira, o restaurante de Éfrem Gondim, a loja de modas

---

<sup>9</sup> Atual Rua Dragão do Mar, em frente à igreja da Prainha.

<sup>10</sup> Atual Praça do Ferreira, nome dado em homenagem ao Boticário Ferreira, figura importante da sociedade nesse período.

Amadeu, além da conhecida “feira nova”, com a vitalidade de feirantes e fregueses nos seus afazeres diários. Esses estabelecimentos, além de pontos onde se mantinham relações de trocas, eram também os lugares de conversa, de debates e palestras de intelectuais e estudantes que ali costumavam se encontrar.

Fato interessante foi registrado por Dantas, que aborda, a partir das obras de Adolfo Caminha e João Nogueira, a presença do comércio ambulante na cidade:

As negras com seus tabuleiros, o comerciante ambulante com sua casinha de madeira e os vendedores de caju, com os frutos suspensos sobre os ombros a percorrer as ruas da cidade, lembram os equipamentos e características de parcela do comércio ambulante hodierno [...]. Através destes breves relatos tem-se o registro da presença do comércio ambulante em Fortaleza, fazendo parte e construindo o drama cotidiano desta cidade com suas cores, cheiros e sons característicos (DANTAS, 2005, p. 3).

Além da presença dos ambulantes, as feiras, já nesse período, tinham papel importante no abastecimento da cidade. Essas atividades, claro, passaram, ao longo do tempo, por mudanças significativas. Dantas aponta o aumento dos vendedores ambulantes, fato que será abordado no próximo capítulo.

É relevante salientar ainda que a comercialização do café produzido nas serras próximas (Baturité e Maranguape) também foi importante para Fortaleza, notoriamente obtendo menos importância que o algodão, mas com preços bem maiores que os dessa cultura, obtendo, juntamente com a pecuária, lucros consideráveis aos comerciantes e aos cofres da província.

Já é perceptível, nesse momento, uma significativa mudança funcional na cidade. “Ganha precisão de contornos a nova função da cidade – *a função comercial*, fundamentada em tão indisfarçável prosperidade” (GIRÃO, 1997, p. 104).

Toda a discussão realizada até agora acerca das transformações que o comércio pode exercer sobre uma cidade e sua sociedade remetem ao pensamento de Salgueiro e Cachinho:

O comércio faz cidade ao atrair clientes e mercadorias, ao vivificar determinadas áreas e precipitar o declínio de outras, mas a sua evolução do ponto de vista econômico e espacial é também influenciada pelas mudanças da sociedade, a transformação dos valores e estilo de vida, a evolução dos aglomerados e as metamorfoses da estrutura urbana (SALGUEIRO e CACHINHO 2009, p. 10).

A crescente prosperidade econômica ocasionada principalmente pelo comércio atraiu um maior contingente populacional, com a presença expressiva de uma classe abastada, atuante nas decisões políticas e econômicas da cidade, e que aspirava por uma cidade moderna, com espaços de sociabilidade, exigia intervenções por parte do poder público no sentido de aprimorar o espaço urbano da capital.

As intervenções abrangeram as mais diversas necessidades, desde planos de ordenamento urbano (como os de Silva Paulet e Adolfo Herbster) até a implantação de vários serviços públicos como: pavimentação das primeiras ruas (1857); abastecimento de água sob a responsabilidade da empresa inglesa Ceará Walter Co. Ltda. (1863); instalação do serviço de iluminação pública (a gás carbônico), prestado pela companhia inglesa The Ceará Gas Company Ltda. (1866).

Para a melhoria do fluxo dentro da cidade, foi inaugurado, no ano de 1880, o bonde de tração animal, substituído pelo bonde elétrico em 1913, o qual, juntamente com o automóvel, introduzido em 1910, proporcionou maior flexibilidade e velocidade no deslocamento intraurbano.

A comunicação também teve suas melhorias com a instalação do telégrafo, no ano de 1881. Após uma década, já existia uma ampla utilização do serviço de telefonia nas residências. Na última década do século XIX, teve início a instalação de energia elétrica nas casas, permitindo uma independência da sociedade fortalezense em relação ao tempo natural. As transformações que adentraram o século seguinte (século XX) também abrangeram os desejos da elite política e da intelectual – essa última inspirada na cultura europeia, principalmente a francesa<sup>11</sup>, que escolhera a cidade para moradia e lazer.

O poder público investiu na construção e modernização de espaços de sociabilidade como praças, teatros e cinemas. A iniciativa privada também contribuiu com a instalação de cafés e pontos de encontro nos quais se discutia a política da cidade, espaços esses que tiveram expressiva influência da arquitetura europeia.

Entre as principais praças que surgiram e foram foco de reformas modernistas está a Praça do Ferreira, considerada um dos principais logradouros do período (e da atualidade) e

---

<sup>11</sup> Esse período de inspiração na cultura francesa, ocorrido da segunda metade do século XIX até o início do século XX, conhecido como *Belle Époque*, teve influência desde os planos de ordenamento urbano da cidade, deixando marcas na arquitetura, até o modo de vida da alta sociedade fortalezense.

que, segundo Silva (2006, p. 91) “[...] passou a vivenciar os movimentos culturais mais significativos da cidade, fossem de ordem intelectual ou popular, acompanhando e sofrendo em si mesma, na medida em que se expandia a cidade as transformações de Fortaleza”.

Entre essas transformações está a incorporação de ideal cultural Francês, como a já mencionada presença dos elegantes cafés estilo parisiense, ponto de encontro de políticos, intelectuais e boêmios que se reuniam para discutir os mais variados assuntos. No entorno da praça, encontravam-se os principais estabelecimentos comerciais, repartições públicas e o ponto de partida e chegada dos bondes (PONTES, 2005, p. 179).

Os teatros também foram ponto de encontro da elite fortalezense, destacando-se o pequeno teatro Concórdia, conhecido como Casa da Ópera, que no ano de 1830 localizava-se nas proximidades da capela do Rosário, entre as atuais ruas Guilherme Rocha e General Bizerril. Esse teatro muda de nome e localização no ano de 1842, passando a se chamar Teatro Taliense, localizado na atual Rua Barão do Rio Branco, no quarteirão entre as Ruas Liberato Barroso e Guilherme Rocha. Sobre o Teatro Taliense, Girão (1997, p. 139) expõe: “Animadíssimo cenário de festas artísticas e cívicas foi o Taliense, e as suas reuniões constituíam destacados fatos sociais para a vida da cidade”. Segundo o autor, esse Teatro resistiu até o ano de 1872.

Com o fim das atividades do Taliense, o poder público à época esforçou-se no sentido de implantar outro teatro, tendo inaugurado, por volta de 1876, o Teatro São José, na Rua Senador Pompeu, entre as Ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso. O Teatro das Variedades foi inaugurado no ano de 1877, localizado nas atuais Ruas Barão do Rio Branco com Dr. João Moreira, cujas reuniões ocorriam ao ar livre. Esse teatro cedeu lugar ao Teatro São Luís, que funcionou de 1880 a 1896. Apenas em 1910 foi inaugurado o Teatro José de Alencar, próximo à Praça José de Alencar, que teve parte de sua estrutura importada da Europa e possui estilo neoclássico que encanta pela beleza, tendo se tornando até hoje um importante equipamento de lazer da capital.

Reforçando o papel da capital como local de lazer da alta sociedade, torna-se relevante registrar o surgimento, ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX, de outros espaços de sociabilidade, como os cinemas Cine Di Maio (1908); Pathé (1907); Polytheama (1911); Cine Teatro Majestic (1917); Moderno (1920); Diogo (1940) e, no início da segunda metade do século XX, o Cine São Luiz (1952).

Torna-se importante ressaltar que o entretenimento do fortalezense estendia-se para além dos teatros, cinemas, clubes e cafés, alcançando também as calçadas e ruas da cidade. Girão (1997, p. 105) registra essa relação cotidiana da população com os espaços fora da residência: “Aos domingos e dias de festa, todas as sacadas se enchem de alegres *toilettes* e grupos masculinos enchem as calçadas conversando e fumando”. Dantas (2008, p. 22) complementa o referido registro de Girão quando expõe: “Nesta perspectiva, no que tange a Fortaleza de outrora, não só os clubes, as praças, e as calçadas das ruas eram locais das festas e dos encontros. A rua propriamente dita e as dunas do entorno da cidade colocavam-se como tal”.

Os espaços de lazer acima mencionados foram demandados por uma elite de fazendeiros e comerciantes que, atraídos pelo desenvolvimento econômico, se fixaram na capital da província, exercendo sua interferência no espaço urbano. Ao investir na produção desse espaço, instalando casas comerciais e edificando elegantes sobrados, juntamente com outros segmentos sociais, foram modificando a paisagem e adensando a capital.

É importante ressaltar que nos anos de seca, entre 1877 e 1879, verificou-se uma intensificação da migração da população que vivia no interior para Fortaleza e os proprietários rurais passaram a diversificar seus investimentos em outras atividades, menos dependentes das questões naturais, climáticas.

Girão comenta as mudanças ocorridas na paisagem da cidade:

As casas baixas, proletárias de beira e bica, paredes de taipa e também as mais presunçosas, de beira e sub-beira, portas lisas e sem bandeirolas nem persianas, aos poucos eram substituídas por outras mais elegantes e burguesas, de cimalthas e cornijas, com fachadas artísticas, de frontões orgivais, varandas ou balcões de ferro, quais as sacadas onde se postavam as moçoilas que Agassiz viu em elegantes tualetes (GIRÃO, 1997, p. 106).

Costa (2007, p. 61) também oferece contribuição no entendimento acerca da relação expansão populacional e das intervenções no espaço urbano e no cotidiano da sociedade, ao afirmar que “[...] a expansão da cidade e de sua população exigiu do poder público maior controle urbano, com a atualização da legislação urbana e decretação do Código de Posturas, em 1865”.

Em relação à quantidade de residências edificadas nesse período bem como ao número populacional da capital, a citada autora, embasada nos estudos de pesquisadores, como Ribeiro (1955) e Brasil (1863), apresenta um quadro das primeiras evoluções demográfica e habitacional da cidade, o qual registra que, em 1848, Fortaleza possuía uma população de 8.900 habitantes que ocupavam 1.418 casas, das quais 571 de tijolos. No ano de 1863, a cidade contava com uma população em torno de 16.000 habitantes e 8.160 casas, apenas 960 de tijolos, entre elas os sobrados, sendo o restante casas de palha.

O poder público nesse período era representado pelo conjunto de órgãos públicos responsáveis pela administração da capital e da província. Em 1802, a Câmara Municipal localizava-se nas proximidades da Igreja do Rosário e da Praça General Tibúrcio (Praça dos Leões). Em 1809, o prédio passou a abrigar o poder provincial, o Palácio do Governo (conhecido Palácio da Luz). Em 1833, o poder municipal passou a localizar-se nas proximidades da Praça do Ferreira e a Câmara Municipal ocupou então o primeiro sobrado construído na cidade.

A Santa Casa de Misericórdia, importante equipamento de saúde até os dias atuais, e a Cadeia Pública foram edificadas, respectivamente, nos anos de 1857 e 1866, na Rua Dr. João Moreira, próximo a um importante equipamento de lazer, o Passeio Público, que veio suprir a necessidade da sociedade da época de ter esses espaços de sociabilidade. Construído em três compartimentos direcionados às diferentes camadas sociais, o equipamento era um local que todos podiam frequentar, mas de forma segregadora (SILVA, 2009).

A indústria, considerada atividade propulsora de desenvolvimento, teve os primeiros estabelecimentos implementados em Fortaleza na segunda metade do século XIX, mas o setor industrial não teve na cidade a mesma expressão alcançada pela atividade comercial. Esse momento de surgimento das primeiras indústrias caracteriza-se como o primeiro de três períodos de implantação industrial do Ceará (AMORA, 2007, p. 371), o qual influenciou no quadro econômico agrário exportador do estado, principalmente a produção do algodão.

Destaca-se, dessa forma, a indústria têxtil, com beneficiamento do algodão para a produção de tecidos, além das indústrias de óleos vegetais, extraídos principalmente de caroços de algodão, mamona e oiticica, e as indústrias de beneficiamento de couro e peles. Costa (2005, p. 3766), ao discutir a estrutura urbana de Fortaleza no século XIX, apresenta o cenário no qual as primeiras indústrias da cidade surgem:

A atividade industrial era inexpressiva, portanto sem grande significado econômico para a província. A partir dos anos oitenta, com a normalização da produção americana de algodão, após a guerra civil, surgem pequenos estabelecimentos, indústrias de beneficiamento de algodão, fábricas de tecidos grosseiros para a população pobre e para o ensacamento de matérias primas (PORTO, 1993). Em 1895, duas fábricas de fiação e tecido (fundadas em 1883 e 1889), uma de meia e tecidos de malha (1894) e um curtume (1894) destacavam-se por seus mecanismos e motores a vapor (BEZERRA DE MENEZES, 1992). (COSTA, 2005, p. 3766).

Nesse inexpressivo cenário industrial da cidade do século XIX, surgiram, no perímetro urbano da então Fortaleza, algumas fábricas, entre elas a Fábrica de Tecidos Progresso, inaugurada por Tomás Pompeu e Nogueira Accioly (figuras de destaque na sociedade fortalezense) em 1884, na atual Avenida do Imperador, atualmente refuncionalizada pelo comércio popular de confecção. Além dessa fábrica, outras fábricas foram instaladas no perímetro urbano da cidade, a saber: a Fábrica Vitória, inaugurada no início do século XX, na Rua Senador Alencar; a Fábrica de Sabão Proença, inaugurada em 1900, na esquina das Ruas General Sampaio com Costa e Silva, próximo à Praça da Estação; a fábrica de cigarros Araken, em 1829, localizada na Rua Tereza Christina, entre as ruas Pedro I e Duque de Caxias.

Em termos de localização, essas indústrias se instalaram predominantemente no Centro e em suas áreas de expansão, estrategicamente nos trechos próximos aos trilhos da ferrovia, mais especificamente no Bairro Jacarecanga, principalmente nas proximidades da Av. Francisco Sá, continuidade da Rua Guilherme Rocha, no Centro.

Diante do quadro de estruturação urbana de Fortaleza, convém atentar para a importância do papel exercido pelos agentes produtores do espaço. No caso de Fortaleza, os grandes investidores comerciais detentores do capital, mediadores de negócios na cidade; o Estado, viabilizador da ação sobre a cidade; outros grupos sociais.

Corrêa, ao discutir o espaço e seus agentes produtores deixa claro o papel do Estado nesse processo de estruturação:

A atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações (CORRÊA, 1995, p. 26).

O Estado, em conjunto com os outros agentes, atua no sentido de dotar o espaço de infraestrutura básica e regulamentar o uso do solo através de leis e normas, de planos urbanísticos, possibilitando a efetivação da produção e reprodução do espaço, de forma intencional e parcial.

Nesse sentido, corrobora-se com o pensamento de Carlos (2011, p. 70), que oferece importante contribuição para o entendimento de tal processo, deixando claro o papel da sociedade como sujeito de ação consciente na produção do espaço, destacando o Estado, o capital e os sujeitos sociais.

Essa produção está imbuída de contradições que, segundo a autora “[...] desdobra-se na contradição entre a produção de um espaço orientada pelas necessidades econômicas e políticas (em suas alianças possíveis), e a reprodução do espaço enquanto condição, meio e produto da reprodução da vida social” (CARLOS, 2011, p. 72).

Dessa forma, a partir da ação e das relações intencionais dos diferentes agentes produtores do espaço, a cidade paulatinamente ganha moldes diferentes da inexpressiva cidade do século XVIII.

Considera-se também relevante registrar que os processos espaciais discutidos neste trabalho são entendidos como sendo de natureza social, cunhados, portanto, na própria sociedade, sendo dessa forma responsáveis pelas transformações do espaço em foco: o centro da cidade de Fortaleza.

Castells, ao discutir a questão dos centros urbanos, segue ao encontro de um entendimento sobre eles, como resultado de um processo social de organização do espaço urbano, exprimindo, assim, as forças sociais em ação e a estrutura de sua dinâmica interna. O autor ainda aborda a importância de uma análise que considere

[...] o centro simbólico enquanto resultado do processo pelo qual uma sociedade se organiza com relação aos valores expressos no espaço; o centro-de-trocas, enquanto expressão do processo de expansão urbana durante a fase de industrialização, de divisão social do trabalho, de especificação funcional e de ocupação do solo, conforme a lei do mercado; o centro lúdico, enquanto expressão do processo de formação de uma sociedade valorizando, de maneira crescente, o consumo, com diferenciação espacial dos lazeres segundo a dicotomia cidade/natureza, correspondendo a uma separação definitiva do *habitat* e do trabalho, e a uma organização horizontal da cultura, ao mesmo tempo de massa e fortemente privada. (CASTELLS, 2000, p. 314).

Diante dessa discussão, entende-se que a reprodução social deixa marcas no espaço, na cidade, local privilegiado da produção e reprodução capitalista. Observa-se quanto esses processos socioespaciais são complexos. Os diferentes agentes sociais, no sentido de garantir sua reprodução, são responsáveis por uma dinâmica que fragmenta o espaço, tornando-o complexo e excludente.

Nesse contexto, a cidade expande-se, e o que antes figurava como a cidade de Fortaleza torna-se bairro, o Centro Tradicional.

### **3.2 As reconfigurações urbanas do centro de Fortaleza**

Fortaleza, no século XIX, teve seus limites demarcados pela planta de Adolfo Herbster, engenheiro contratado pelo então presidente da câmara, Antônio Rodrigues Ferreira (o Boticário Ferreira), para ordenar o espaço da cidade.

Em 1875, Herbster apresenta a Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios<sup>12</sup>, com plano de traçado expansionista no qual ampliava o sistema xadrez, direcionando a cidade ao leste, oeste e sul, para além da área construída, deixando marcas na demarcação até hoje na área inicial de ocupação de Fortaleza, que, no processo de expansão, deixa de ser cidade e torna-se o Centro Tradicional da capital cearense.

No século XX, a cidade se expande para além dos *boulevards* de Adolfo Herbster, de início em direção principalmente ao sul e oeste, surgindo bairros voltados para a habitação e o lazer. A leste da cidade, um obstáculo natural, o Riacho Pajeú, dificultou o crescimento nessa direção, o que foi superado posteriormente.

Torna-se relevante registrar, na ampliação urbana da cidade, dois pontos importantes para o entendimento desse processo: o primeiro é o papel exercido pela infraestrutura de locomoção, pois a instalação e o aumento das linhas de bonde, que passaram a atender as áreas de expansão da cidade, possibilitaram a população a optar por outros lugares que não apenas o núcleo central da cidade. Segundo Costa,

---

<sup>12</sup> Herbster teve forte influência do urbanismo e das reformas realizadas em Paris pelo Barão Hussmann, na segunda metade do século XIX.

[...] a modernização do sistema de transporte, a melhoria da infraestrutura viária da cidade, com a abertura de artérias, interligando bairros, e a implantação de serviços urbanos, são elementos que influenciaram na expansão da cidade (COSTA, 2007, p. 70).

Esse processo de ampliação urbana acompanhou as antigas estradas de Jacarecanga, Soure, Arronches e Aquiraz, e ao longo delas, em meados do século XIX, começaram a se estruturar os primeiros bairros da capital. Ao longo da estrada da Jacarecanga, surgiu o bairro que levou o mesmo nome, local preferencial para a habitação da elite comercial e agrária, que construiu suas luxuosas casas.

Outro bairro que surge como local de habitação e lazer da elite é o bairro Benfica (no caminho da estrada do Arronches, Parangaba), cujos habitantes foram atraídos pela paisagem natural (bastante arborizada e com fontes naturais de água) e infraestrutura instalada (praças e clubes), tornando-se o bairro mais elegante da cidade, destacando-se a arquitetura dos bangalôs, sobrados e chácaras.

Ao longo da estrada do Soure (Caucaia), nasce o bairro Otávio Bonfim (atual Farias Brito), onde foram edificadas a estação de trem do Otávio Bonfim, o convento dos frades franciscanos, e ainda equipamentos de lazer, como cinema. Na extensão da estrada do Aquiraz, estrutura-se o bairro Joaquim Távora.

O segundo fator importante no entendimento desse processo de ampliação urbana são os efeitos do crescimento demográfico sobre o processo de crescimento urbano da cidade. Dantas (2011, p. 27) exprime de forma pertinente esses efeitos quando apresenta que “[...] é a evolução demográfica a matriz de transformações de ordem quantitativa (crescimento econômico e ampliação da área ocupada pela cidade) e qualitativa (construção de um quadro de vida urbana)”.

Destaca-se também, nesse período, a expansão urbana em função das migrações de considerável contingente populacional advindo do interior para a capital. Esses migrantes “[...] participaram ativamente do processo de ordenamento espacial de Fortaleza notadamente aqueles que compuseram a elite local” (DANTAS, 2011, p. 27).

Esse aumento populacional esteve também diretamente ligado ao surgimento das primeiras favelas na capital, tendo em vista que a infraestrutura existente não conseguiu atender a demanda crescente, principalmente a partir da década de 1930. A maioria dos

moradores era composta de migrantes em busca de melhores condições de vida, que entraram em contato com um modo de vida diferente do seu, encontrando dificuldades de integração à vida urbana.

Esse contingente populacional cuja grande maioria migrou devido às grandes secas e às condições fundiárias desiguais, ocuparam áreas próximas ao centro, ao longo da faixa litorânea, que até então não despertava interesse da classe abastada, e ao longo das vias férreas, principalmente nas proximidades da Avenida Francisco Sá, no bairro Jacarecanga, onde se consolidava o setor industrial da capital, que oferecia alternativas de trabalho.

Na década de 1930, estando a capital mais uma vez no processo de expansão urbana, houve um deslocamento da classe abastada da cidade. Essa classe, que no final do século XIX e início do século XX deslocou-se para locais nas proximidades do centro, novamente desloca-se, dessa vez para o leste da cidade, mais especificamente para o bairro Aldeota, escolhido como nova área para a habitação.

A poluição das indústrias, a presença indesejável da camada pobre e a proximidade das favelas impulsionaram esse deslocamento. Contudo, Dantas (1995, p. 75) chama a atenção para o fato de que esses motivos, embora importantes, não podem ser considerados os únicos no entendimento desse processo de deslocamento.

A urbanização centralizadora, que caracteriza a cidade como monocêntrica, ou seja, concentradora de atividades econômicas, bem como de fluxos urbanos na área central, transformou o ritmo do Centro, modificado pela intensificação do comércio e dos serviços, incomodando, juntamente com a presença da classe de menor poder aquisitivo, a elite social da cidade. Dantas deixa bem claro a relevância desses fatores quando diz:

Torna-se necessário considerar o processo de transformação do centro em área prioritariamente comercial, prestadora de serviços e concentradora do poder. Esta especialização funcional, que tem peso no mercado de terras vai delinear a especulação imobiliária como motriz do processo de transferência residencial e da não entrada das classes de menor poder aquisitivo no perímetro central (DANTAS, 1995, p. 75).

Dessa forma, diante do processo de crescimento urbano, o Centro paulatinamente se transforma, adquire novas dinâmicas, refuncionaliza-se, e o comércio e os serviços vão ganhando força dentro desse novo cenário que se estrutura. Na década de setenta, novos

processos urbanos foram importantes nessa reconfiguração pela qual o Centro passou, principalmente desde meados do século XIX.

Percebe-se, pelo que foi discutido até agora, que, no processo de desenvolvimento urbano, a capital cearense, principalmente a partir de meados do século XIX, intensificou, no sentido de produção, a articulação dela com o restante do estado como também dentro do seu próprio espaço, o que permitiu, como já mencionado, à sociedade vislumbrar outros espaços para produção e reprodução. A cidade incorporou, no seu processo de crescimento, uma lógica segregadora, lógica essa intrínseca às cidades capitalistas e refletida no espaço a partir do processo de produção e reprodução das diferentes camadas sociais.

Destaca-se ainda o avanço dos interesses de valorização fundiária e imobiliária em novas áreas no entorno das cidades, garantindo a reprodução e a acumulação de capital.

Na década de 1970, evidencia-se a lógica diferenciada na estruturação urbana da cidade – o processo de consolidação de outras centralidades, como os bairros Aldeota e Montese, numa competição com o Centro Tradicional que se reconfigura, ocorrendo uma mudança no perfil dos seus principais usuários. De início, a Aldeota e o Montese foram escolhidos como novos locais de moradia na cidade, sucedendo paulatinamente a estruturação e consolidação de infraestrutura de comércio e serviços, antes só encontrados no Centro Tradicional.

Na Aldeota, onde se concentra uma população de alto poder aquisitivo, surge um comércio de luxo para atender as necessidades de um público exigente. A instalação do *shopping* Center Um, equipamento moderno que oferece de forma concentrada e variada serviços e comércio, fortaleceu o setor comercial do bairro.

Montese, Parangaba e Messejana também ganham destaque na malha urbana da cidade como novas centralidades que oferecem – além de localização estratégica – serviços, comércio e equipamentos que consolidaram sua estruturação no cenário da capital.

Dessa forma, esses bairros caracterizaram-se como novas centralidades, capazes de atender as necessidades de seus moradores, evitando, assim, o deslocamento deles ao Centro Tradicional. Tal processo incidiu nas grandes cidades principalmente a partir da segunda metade do século XX, entrando em pauta nas discussões dos pesquisadores das questões urbanas.

Cabe registrar o papel que o *shopping center* exerce por ser um empreendimento atrelado ao grande capital, localizado de forma estratégica na malha urbana e que tem significativa relação com os fenômeno de surgimento de novas centralidades. Gonçalves reforça tal evidência quando afirma que

[...] ao se tentar compreender as novas centralidades em Fortaleza não podemos deixar de ressaltar sua relação intrínseca com shopping centers. No que concerne à presença de shopping centers na malha urbana, incentivaram transformações urbanas ao serem incorporadas a essas novas áreas. Assim, destacamos os shoppings na configuração urbana de Fortaleza (GONÇALVES, 2009, p. 53).

Oliveira Junior (2008, p. 26) também oferece contribuição importante no entendimento do papel dos *shopping centers* na configuração urbana, pois eles “[...] apresentam-se enquanto novas expressões de centralidade que não se instituem pelo crescimento do tecido urbano, mas ao contrário, para direcionar esse crescimento e a valorização da terra urbana”.

A presença desse equipamento moderno será importante, contudo não será condicional na estruturação de todas as centralidades, como as do Montese e de Messejana.

Corrêa (1995, p. 46), ao discutir a descentralização, indica que esse processo está associado ao crescimento demográfico e espacial das cidades, fator já discutido no processo de crescimento urbano de Fortaleza. Esse processo de descentralização seria viabilizado, como enfatiza o citado autor, pelo advento de transportes mais flexíveis “[...] como ônibus, caminhão e automóveis, não presos a trilhos”.

O autor ainda aponta para a importância dos interesses dos agentes produtores do espaço, como os proprietários fundiários e os promotores imobiliários. Nesse sentido, não se pode deixar de mencionar o Estado que, no caso de Fortaleza, pode-se citar como exemplo a saída de alguns órgãos públicos do centro da cidade, bem como a criação inclusive de uma área de concentração desses órgãos, o Cambéba.

O processo de “degradação” dos centros tradicionais das cidades é ponto de preocupação desde meados do século XX. Entre os motivos que desencadearam tal processo está o surgimento de outras centralidades que competem com o centro histórico, o qual, para alguns pesquisadores, entra em processo de “decadência”. Acerca dessa discussão, Vargas e Castilho acrescentam:

Esse processo de deterioração/degradação intensifica-se após os anos de 1950, causado, fundamentalmente, pelo crescimento e expansão do espaço urbano. Ao mesmo tempo em que os centros congestionam-se pela intensidade de suas atividades, amplia-se a concorrência de outros locais mais interessantes para morar e viver (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 2).

Essa desconcentração que passa a ocorrer seria o padrão de reestruturação do espaço característico do capitalismo tardio, procedente da reestruturação produtiva com base na descentralização em escala mundial (FERNADES, 2004, p. 75). Ou seja, “[...] a forma fenomenal de espaço correlata do capitalismo tardio é a metrópole desconcentrada” (GOTTIDIENER, 1997, p. 81).

Silva e Lopes (2006, p. 163) complementam essa análise ao afirmar que esse processo foi ocasionado por transformações no regime de acumulação capitalista, permitindo, dessa forma, o “[...] surgimento de uma nova forma urbana mais dispersa, descentralizada e desconcentrada”.

A cidade passa, pois, a caracterizar-se como policêntrica. Gonçalves, referindo-se a tal fenômeno na capital cearense, expõe:

Fortaleza caracterizar-se-á a partir da década de 1970 pela expansão do seu tecido urbano de forma intensa, mas descontínua, seus espaços se redefinem. Ao invés de aglomerações urbanas que designam contiguidade e adensamento populacional de infraestrutura e equipamentos, produzem-se largas tramas urbanas que se definem por uma estruturação polinucleada, ou seja, formação de novas áreas comerciais [...] (GONÇALVES, 2009, p. 39).

Nesse contexto, a fragmentação, “[...] conceito referente à complexa divisão do trabalho no interior da metrópole quando ela se reestrutura e se refuncionaliza”, ocorre quando o centro tradicional, que ao longo de sua estruturação se caracterizou como monocêntrico, ou seja, concentrador de funções, não conseguiu mais atender as demandas urbanas que surgiram (SILVA, 2008).

É importante salientar a importância do advento do automóvel nesse processo, pois esse transporte permitiu os deslocamentos para outras áreas da cidade.

Acerca da policentralidade, Dantas (2009, p. 215) diz ser “[...] uma tendência posta à cidade moderna, o que implicará numa nova centralidade, a partir do momento em que o

centro irá manter relações diferenciadas com os novos centros e o restante da estrutura urbana”.

Nessa conjuntura, o centro de Fortaleza tem sua funcionalidade modificada, ocorrendo o fortalecimento de “[...] atividades comerciais e de serviços voltados para o atendimento da demanda das classes de menor poder aquisitivo” (DANTAS, 1995, p. 93). Tal fator foi desencadeado a partir da migração de serviço e funções, iniciada em meados do século XX, e, ao longo desse período, o bairro deixou de constituir-se em local de lazer e moradia das elites locais, especializando-se na função de comércio (principalmente o popular) e de serviços. Essa redefinição do Centro em relação à estruturação urbana da cidade (DANTAS, 1995) foi denominada por Silva (1992) como a conversão do Centro Tradicional em centro da periferia.

O Centro Tradicional, embora imerso em uma cidade policêntrica, ainda possui importante significado, principalmente no que diz respeito ao comércio voltado principalmente para uma população menos abastada (DANTAS, 1995). Assim, há uma intensa produção do espaço urbano ligada a uma dinâmica da economia urbana mais especificamente aos circuitos superior e inferior da economia (SANTOS, 2008) os quais permitem entender a organização espacial do Centro na atualidade.

Diante de tais mudanças, o Centro se reconfigura ganhando paulatinamente novas vertentes de destaque, tornando-se polo de atração de parcela da população metropolitana que encontra no local o atendimento dos seus anseios. Dessa forma, a importância do Centro se faz sentir na educação, na saúde, no comércio, nos serviços, e, nos últimos anos, o lazer e a habitação voltaram a crescer no bairro.

### **3.3 Novas dinâmicas funcionais – O Centro polarizador**

Neste momento, torna-se necessário entender que a análise das transformações ocorridas no centro da cidade de Fortaleza foi desenvolvida considerando a abordagem em escala intraurbana. Villaça, ao discutir o espaço intraurbano, considera que ele

[...] é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho –, seja enquanto consumidor – reprodução da força de

trabalho, deslocamento casa-compras, casas-lazer, escola, etc. Exatamente daí vem, por exemplo, o enorme poder estruturador intraurbano das áreas comerciais e de serviços, a começar pelo próprio centro urbano (VILLAÇA, 2001, p. 20).

O autor destaca os deslocamentos do ser humano e, diante do contexto diferenciado de uma perspectiva metropolitana, considera imprescindível uma abordagem a partir da rede urbana que permita entender para além da cidade, abrangendo também sua região metropolitana. Spósito auxilia ao abordar tais escalas de análise.

A centralidade urbana pode ser abordada em duas escalas territoriais: a intraurbana e a da rede urbana. No primeiro nível é possível focar as diferentes formas de expressão dessa centralidade tomando como referência o território da cidade ou da aglomeração urbana, a partir de seu centro ou centros. No segundo nível a análise toma como referência a cidade ou aglomeração urbana principal em relação ao conjunto de cidades de uma rede, essa por sua vez podendo ser vista em diferentes escalas e formas de articulação e configuração, de maneira que se possam compreender os papéis da cidade central (SPÓSITO, 1998, p. 27).

Spósito alerta para a relevância de tal análise, para as dinâmicas que marcam as transformações em curso, deixando claro que, como foi discutido ao longo do trabalho, a redefinição da centralidade urbana não é processo novo, mas ao longo do tempo ganha novas dimensões diante das transformações atuais. Dessa forma, uma breve apresentação da configuração atual do centro de Fortaleza torna-se relevante para este trabalho.

A análise neste momento é direcionada dentro de uma perspectiva metropolitana; para tanto, apresentar-se-á breve relato da estruturação da RMF.

### ***3.3.1 E a RMF converge para o centro de Fortaleza***

A RMF foi criada em 1973 de forma compulsória, antes mesmo de sua estruturação socioespacial, da concretização do processo de metropolização. De início, era composta por apenas cinco municípios: Aquiraz, Caucaia, Fortaleza, Maranguape e Pacatuba. Ao longo dos

anos, a partir de processos de desmembramento<sup>13</sup> ou inserção, outros municípios passaram a integrá-la.

Atualmente A RMF é composta por quinze municípios, além dos cinco já mencionados. No ano de 1986, o Distrito Industrial de Maracanaú (criado em 1964) passa a fazer parte da RMF. Em 1991, são integrados os municípios de Eusébio e Guaiúba. Em 1999, são agregados os municípios de Chorozinho, Pacajus, Horizonte, São Gonçalo do Amarante e Itaitinga. Cascavel e Pindoretama, inseridos no ano de 2010, completam o conjunto das quinze cidades que atualmente fazem parte da RMF.

Ao longo dos anos, o processo de metropolização vem se fortalecendo, destacando-se uma maior integração entre os municípios que fazem parte da RMF. Esse processo torna-se mais evidente a partir da descentralização de algumas funções como, por exemplo, a industrialização, na qual irá destacar-se o Distrito Industrial de Maracanaú e o corredor industrial Horizonte-Pacajus.

Dantas e Silva (2009, p. 18) expressam bem tal afirmativa e apontam outros fatores importantes quando discorrem que “[...] a aparente perda de funções de Fortaleza não é mais do que reforço de sua capacidade de comando. A desconcentração verificada comprova a acelerada expansão de sua área de influência, uma seletividade socioespacial”.

Dessa forma, Fortaleza permanece desempenhando intensa centralização sobre a região metropolitana e sobre a população metropolitana que converge diariamente em direção à capital em busca dos mais variados serviços como educação, saúde e comércio variado.

Tal centralidade, fortalecida pelo fluxo em direção à capital, é facilitada pelo sistema de ligação da cidade, seu sistema viário original com característica radiocêntrica, permitindo um afunilamento dos fluxos em direção ao centro, tendo papel importante no entendimento da ligação entre Fortaleza e os outros municípios da região metropolitana.

Dantas e Silva colaboram para maior entendimento dessa temática quando expõem a seguinte ideia:

A radiocentralidade de seu sistema viário original mantém forte influência na distribuição da população e dos principais núcleos de prestação de serviços. A intensidade desse processo provocou a duplicação das rodovias que partem da

---

<sup>13</sup> Os distritos emancipados e seus respectivos municípios de origem são: Maracanaú-Maranguape; Eusébio-Aquiraz; Guaiúba e Itaitinga-Pacatuba.

cidade em relação ao interior. São visíveis os sintomas de melhoria da qualidade de circulação ao longo desses corredores de atividade e de adensamento. Eles ampliam a ação do município polo e reforçam a centralidade (DANTAS e SILVA, 2009, p. 28).

Dessa forma, considerando a importância desse sistema radiocêntrico (e seu reflexo na atualidade) em uma análise sob uma perspectiva metropolitana, as principais vias de ligação entre a metrópole e a capital são a BR-116 e a CE-065 ao sul, a CE-040 a leste, e a BR-222, a BR-020 e a CE-085 a oeste. No ano de 2012, foi inaugurada a linha sul do metrô de Fortaleza, que liga municípios metropolitanos ao centro de Fortaleza. Através de tais vias de acesso, a população metropolitana conta com boa oferta de serviço de transporte urbano metropolitano. Seis empresas fazem essa ligação entre a capital e as outras cidades da RMF, e para melhor visualização de tal oferta segue abaixo a Tabela 1, com o nome das empresas e as cidades atendidas.

**Tabela 1-** Linhas metropolitanas com paradas finais no centro

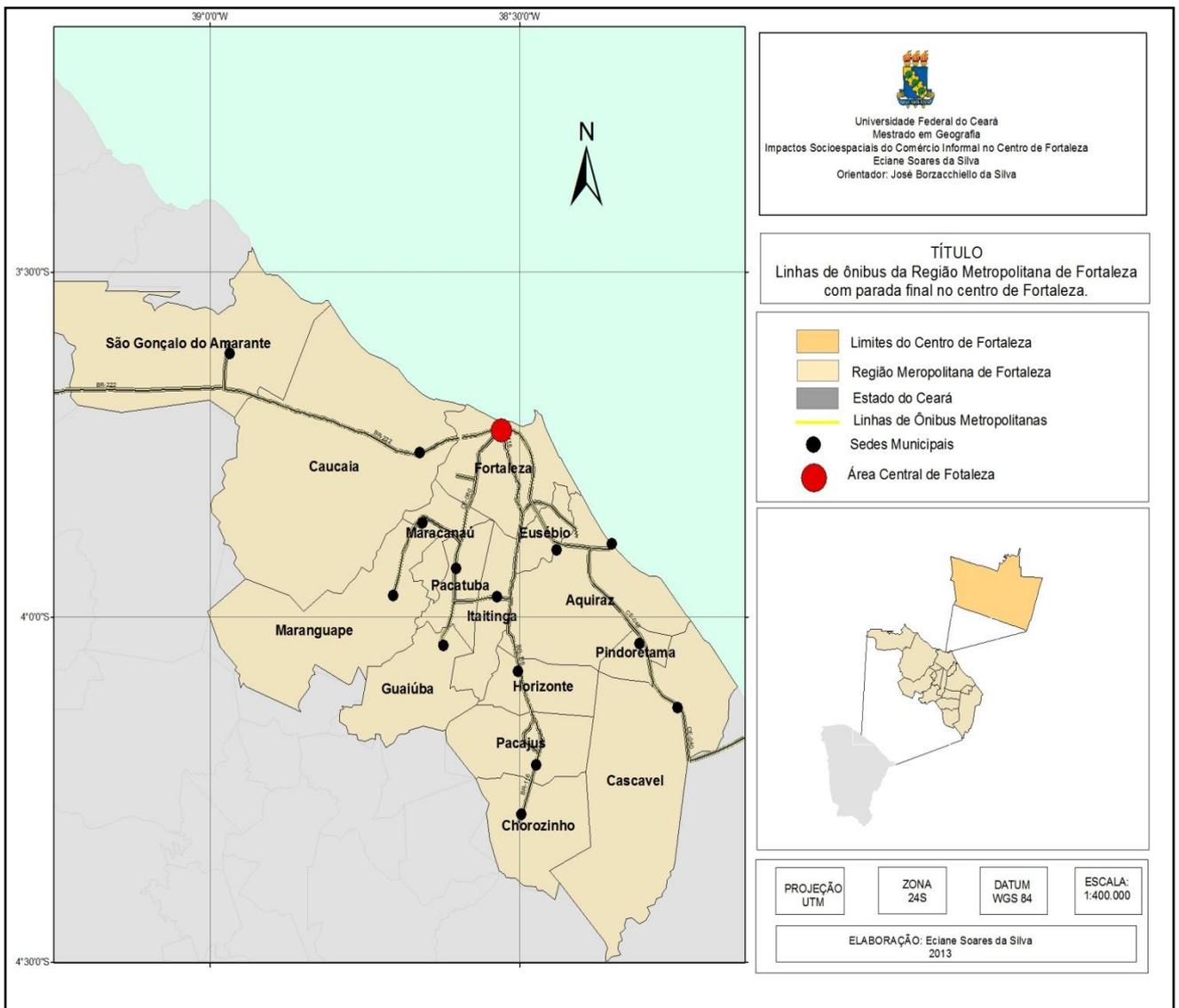
<b>LINHAS METROPOLITAS</b>	
<b>Empresas</b>	<b>Cidades (RMF)</b>
São Benedito	Cascavel
	Pindoretama
	Aquiraz
	Eusébio
	Chorozinho
	Pacajus
	Horizonte
	Itaitinga
Vitória	Caucaia
Fretcar	São Gonçalo
	Guaiúba
	Pacatuba
Penha	Maranguape
São Paulo	Maranguape
Via Metro	Maracanaú.

Fonte: SINDIÔNIBUS/ 2012.

Ressalta-se que todas as linhas acima apresentadas que fazem essa interação convergem para o centro de Fortaleza, local da parada final de todas elas e recorte geográfico do presente trabalho.

A organização do espaço urbano de Fortaleza acompanhou uma estrutura radioconcêntrica. Tal esquema parte do centro da cidade, fato importante para que o local seja ponto de convergência de tráfego urbano, exercendo forte papel polarizador. Dessa forma, o Centro é local de chegada, passagem e saída para vários bairros e municípios da RMF. O Mapa 1, abaixo, ilustra a integração dos municípios metropolitanos com o centro de Fortaleza.

**Mapa 1-** Linhas da Região Metropolitana de Fortaleza com para final no centro de Fortaleza



Esse fluxo de transeuntes busca nessa área atender suas necessidades, movido pela ampla oferta de serviços e comércio e pela facilidade de locomoção tanto para a população de Fortaleza como de sua região metropolitana.

Além das linhas metropolitanas, todas convergindo para o Centro, o número de linhas intraurbanas é bastante significativo, num total de setenta e seis linhas<sup>14</sup>, que passam ou possuem parada final no centro da cidade. Dessa forma, as outras centralidades da cidade possuem considerável articulação com o Centro Tradicional através das várias linhas de ônibus ofertadas.

A partir do que foi exposto, destaca-se, dentro do cenário metropolitano, o Centro Tradicional da cidade de Fortaleza que, ao longo dos anos, passou por várias transformações e se refuncionalizou, mas manteve-se como ponto polarizador, centralizador na RMF.

Fortaleza, principal município da RMF, tem seus 116 bairros agrupados em divisão administrativa composta por seis Secretarias Executivas Regionais (SERs), e o centro da cidade, desde 2007, possui uma regional exclusiva – a Secretaria Executiva Regional do Centro de Fortaleza (Secefor) –, o que demonstra a importância do bairro. O Centro possui importância histórica e econômica para a capital, destacando-se pela oferta de um variado comércio seja ele formal ou informal e também pela oferta de serviços nas áreas da saúde e da educação, os quais vêm atendendo a população intraurbana e metropolitana, apresentando uma dinâmica significativa e singular.

Considera-se relevante registrar também que o centro da cidade, além do destaque no comércio, na educação e na saúde, possui importantes pontos de lazer e cultura, evidenciando-se um conjunto composto por vinte e quatro praças<sup>15</sup>; oito teatros, entre eles o singular Teatro José de Alencar e o Centro Cultural Dragão do Mar de Arte e Cultura; galeria de arte; bares; boates.

Observa-se que esses equipamentos são relevantes para os frequentadores e moradores dessa área, esses últimos, segundo o censo de 2010 do IBGE, somando 28.538, registrando um crescimento de 15,18% entre os anos de 2001 (quando havia 24.775 habitantes) e 2010.

---

<sup>14</sup> Segundo pesquisa realizada no site da Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza (Etufor), órgão responsável pelo transporte intraurbano da cidade.

<sup>15</sup> É o bairro com o maior número de praças da cidade de Fortaleza.

Em matéria veiculada pelo jornal local Diário do Nordeste (2012)<sup>16</sup>, acerca dos referidos dados, é apresentada a opinião do professor e pesquisador do centro de Fortaleza, José Borzacchiello da Silva<sup>17</sup>, o qual afirma que “[...] são muitos os que procuram o Centro buscando tirar proveito de suas vantagens locais. Livram-se, na maioria das vezes, dos encargos com transporte e ainda ganham o tempo, antes utilizado pelos deslocamentos”.

Ademais, de acordo com a reportagem, o processo de verticalização na área está cada vez mais acentuado, o que demonstra a constância da dinâmica do bairro em todos os setores. Em decorrência disso, ao longo dos anos, há no Centro o fortalecimento de uma gama de funções que abrangem vários setores, fazendo-se necessária uma breve apresentação desse atual cenário do centro da cidade para que seja possível o entendimento da presente configuração, destacando-se para tal discussão o papel da saúde, da educação e do comércio.

### ***3.3.2 O comércio: uma força que dinamiza o Centro***

A importância do comércio no desenvolvimento das cidades é fato analisado por vários pesquisadores. Huberman (1986, p. 26) aponta como efeito do aumento comercial o crescimento das cidades. Outros autores também contribuem no entendimento da importante relação entre comércio e cidade:

As relações entre comércio e cidade perdem-se no tempo. Se nem todas as cidades são “filhas do comércio”, como propôs o historiador Henri Pirenne, em nenhuma civilização a vida urbana floresceu sem a presença das trocas. O comércio faz parte da razão de ser da cidade. Viabiliza sua existência, explica a sua organização e justifica muito do movimento e animação que nesta acontece. Por meio do comércio e dos lugares onde este se exerce, as pessoas satisfazem necessidades, realizam desejos, vinculam-se informações, difundem-se inovações, criam-se laços de sociabilidade (SALGUEIRO e CACHINHO, 2009, p. 9-10).

O comércio torna-se, dessa forma, uma das principais forças que anima a dinâmica urbana. Nessa perspectiva, os centros urbanos são locais privilegiados para a fixação da atividade comercial, bem como de outras funcionalidades como lazer, moradia e serviços.

---

<sup>16</sup> Matéria publicada no dia 24.6.2012 .

<sup>17</sup> Professor do Departamento de Geografia UFC, pesquisador do Observatório das Metrópoles – Núcleo Fortaleza.

Peter vislumbra a ligação do Centro com o comércio, evidenciando, a partir do pensamento de Balsas:

O que distingue o centro das cidades das zonas periféricas é a sua multifuncionalidade e a sua mistura orgânica de funções (Champion e Daves, 1983, Robertson 1995, Moss, 1997), podendo encontrar-se mercados públicos, centros de negócios, escolas e universidades, instituições de saúde e salões de beleza, locais para reuniões, galerias de arte, cultura e lazer; locais para visitar, transportes e áreas residenciais. No entanto, o seu principal papel é a venda a retalho. Um centro de cidade é mais que um centro comercial. No entanto, se perder a sua atratividade como centro de comércio, dificilmente pode sobreviver como um centro em sentido lato (BALSAS, 1999 apud PETER, 2010, p. 47).

Cleps (2004, p. 128), em seus estudos a respeito da relação entre cidade e comércio, salienta que “[...] a urbanização foi importante instrumento para ampliar a capacidade do comércio, pois, à medida que a cidade se expandia, criavam-se novos tipos de estabelecimentos comerciais, ou seja, novas centralidades”.

Tais colocações demonstram a dinâmica da citada relação cidade-comércio, que ocasiona significativas transformações no espaço urbano. A descentralização comercial mencionada por Cleps adquire, no caso do Centro Tradicional de Fortaleza, moldes singulares. Tendo em vista que mesmo com a descentralização comercial, ou seja, com o surgimento de novas centralidades de importância econômica para a cidade, o comércio do Centro mantém-se preponderante dentro do cenário da capital.

Nesse sentido, o centro da cidade evidencia-se como local onde o comércio se fez preponderante tanto no passado da estruturação urbana como no presente, fortalecendo a vivacidade do Centro Tradicional e possibilitando um mosaico de relações sociais, expressando bem as palavras de Huberman (1986, p. 28) quando diz que “[...] o comércio por sua própria natureza é dinâmico, mutável e resistente às barreiras”.

A dinâmica socioespacial do comércio fortalezense é marcante pela variedade, área de influência e energia das relações que se realizam em torno dele. O entendimento dos reflexos dessa dinâmica comercial no espaço do Centro pode ser apreendido levando em consideração a economia urbana da cidade, a partir dos circuitos superior e inferior da economia, ambos fruto do atual processo de modernização. Dessa forma, é possível identificar, no centro de Fortaleza, a existência e articulação dos dois circuitos da economia urbana no espaço,

evidenciando-se a forte presença de atividades de baixa produtividade ligadas ao circuito inferior da economia, das quais terá destaque na presente pesquisa a atividade do comércio de confecção.

Para entender as dinâmicas da área de estudo, no caso o centro da cidade de Fortaleza, torna-se necessário conhecer a atual configuração desse espaço sob uma perspectiva da relação entre os circuitos da economia urbana. Assim, não é objetivo aqui aprofundar a análise sobre o circuito superior no centro, mas apenas registrar seus efeitos no comércio e sua relação com o comércio de confecção, foco da pesquisa.

No centro de Fortaleza esse comércio moderno, representado pelas grandes redes de loja, é significativo. Essa atividade, juntamente com os serviços e o comércio de pequeno porte, característico do circuito inferior, bem como com os órgãos públicos, contribui para destacar o Centro como o maior gerador de empregos formais na cidade.

Ao considerarmos o comércio, tanto o característico do circuito superior quanto o do inferior, especificamente o comércio legalmente estabelecido, percebe-se que sua significação dentro do contexto econômico da capital é indiscutível. Dados<sup>18</sup> da SDE de Fortaleza fornecem um panorama do papel do comércio presente no centro da cidade.

Analisaram-se informações da pesquisa *Fortaleza e o Emprego Formal*, realizada pela PMF através da SDE, que abordam a distribuição espacial do emprego formal (no que se refere ao número de postos de trabalho) da cidade por subsetor de atividade econômica, levando em consideração a localização de acordo com a distribuição dos bairros nas seis SERs. A partir dessa análise é possível conhecer a dimensão do setor formal da economia da cidade e conseqüentemente de seu Centro Tradicional. Esse é um ponto relevante desta pesquisa, por se tratar especificamente da área de estudo. Dessa forma, pode-se traçar um comparativo entre o Centro e as outras centralidades, buscando demonstrar a importância de seu papel na economia da capital.

Segundo a pesquisa, levando em consideração as SERs, a Regional II destaca-se em reprodução de empregos formais, com representação de 38,74% do total de empregos, conforme Tabela 2, abaixo.

---

<sup>18</sup> Os dados coletados junto à SDE são fruto da última pesquisa realizada pela PMF em 2005, não existindo, segundo essa secretaria, dados mais recentes.

**Tabela 2** - Empregos Formais segundo as Secretárias Executivas Regionais

REGIONAIS	EMPREGOS 2005 (%)	REGIONAIS	EMPREGOS 2005 (%)
Regional I	9,23	Regional IV	16,04
Regional II	38,74	Regional V	2,79
Regional III	3,75	Regional VI	8,91
Ignorada <sup>1</sup>	20,54	Total	100

<sup>1</sup>Quando o conteúdo de algum campo é preenchido com valor fora do domínio previsto, é traduzido para o valor “Ignorado”. Desta forma, apenas os domínios previstos estão disponíveis no acervo. Todos os demais valores não previstos estão agrupados em “Ignorado”. (Nota Técnica MTE 089/2012 (18/09/2012).Base de Dados RAIS/2011) .  
Fonte: SDE de Fortaleza.(MTE/RAIS)/ 2005

A Regional II é composta por importantes centralidades como os bairros Aldeota e Meireles, além do Centro Tradicional. Ressalta-se que no período em que a pesquisa foi realizada a Secefor ainda não havia sido criada, o que ocorreu apenas no ano de 2007, de modo que o bairro ainda fazia parte da Regional II. Na Tabela 3, a seguir, tem-se uma visão da geração de emprego formal por setor de atividade econômica na Regional II.

**Tabela 3** – Empregados de acordo com a atividade econômica – Regional II

SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA /REGIONAL II (2005)	VALORES RELATIVOS
Comércio	22,74
Serviços	53,64
Administração pública	11,02
Indústria de transformação	6,46
Construção civil	5,56
Extrativa mineral	0,01
Serviços industriais de atividade pública	0,22
Agropecuária, extr.vegetal, caça e pesca.	0,34
Total	100

Fonte: Adaptado SDE de Fortaleza (MTE/ RAIS, 2005).

Pela análise da Tabela 3, evidenciam-se como setores dominantes na representação de empregos da Regional II o setor de serviços com 53,64 e em seguida o comércio com 22,74.

A força comercial do centro da cidade torna-se evidente na Tabela 4, quando se analisa a reprodução de empregos formais nas principais centralidades da cidade. O Centro concentra 68.490 (do total de 496. 545 de empregos formais gerados na cidade de Fortaleza no ano de 2005), seguido pelos bairros Meireles e Aldeota que representam 33.836 e 24.487 respectivamente.

**Tabela 4** – Principais centralidades e estoque de empregos de acordo com os setores de atividades

BAIRRO	SUBSETORES DE ATIVIDADE						TOTAL
	Comércio	Serviços	Adm. Publ.	C.Civil	Ind.	Agrop.	
Aldeota	3.605	15.405	1.535	2.357	1.442	143	24.487
Centro	22.228	29.805	10.537	1.272	4.280	368	68,490
Cocó	4.935	7.232	4.573	648	899	09	18.296
Meireles	4.244	21.329	4.117	2.819	1.253	74	33.836
Messejana	5040	6.299	–	1.059	4.655	561	17.614
Parangaba	2.540	6.034	5.954	250	2.954	12	17.744
Fonte: Adaptado dados SDE de Fortaleza (MTE/RAIS)/2005							

Destacam-se nos três bairros os setores de comércio e de serviço, contudo o que chama a atenção é a preponderância do Centro em relação aos outros bairros, demonstrando que, apesar das transformações urbanas ocorridas ao longo do tempo, o Centro não perdeu sua primazia comercial.

Outro dado que aponta a superioridade econômica (no que concerne ao comércio e aos serviços) do Centro dentro dos cenários municipal e estadual é quando se considera a arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), pois o Centro é o segundo maior arrecadador do estado do Ceará, ficando atrás apenas do Distrito Industrial de Maracanaú. A Tabela 5, abaixo, apresenta os dados dos maiores arrecadadores do estado.

**Tabela 5** – Maiores arrecadadores de ICMS do estado do Ceará

ICMS do Centro e Cidades do Ceará	
Maracanaú	347,2 milhões

Centro de Fortaleza	216,6 milhões
Caucaia	211,9 milhões
Sobral	145,3 milhões
Juazeiro do Norte	87,7 milhões
Fonte: Diário do Nordeste. Blog do Egídio Serpa publicado em 27.09. 2011.	

O comércio caracteriza-se pela venda a varejo, no circuito superior da economia, destacam-se lojas de eletrodomésticos, como as Casas Bahia, a Insinuante, a Rabelo, o Magazine Luíza, algumas possuindo sede em toda a região Nordeste ou em todo o país, e com sedes no centro da cidade de Fortaleza. Grandes lojas de vestuário, como Marisa, C&A, Riachuelo, também estão presentes no Centro, assim como conhecidas lojas especializadas em informática, como a Ibyte.

Para se ter uma ideia da abrangência de algumas dessas redes de lojas, as Casas Bahia, por exemplo, possui 500 filiais distribuídas em 13 estados brasileiros mais o Distrito Federal. No estado do Ceará já são seis filiais, das quais três se encontram no centro de Fortaleza. Já a Ibyte está presente em cinco estados da região Nordeste (Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará), com quinze filiais, das quais nove estão em Fortaleza, duas delas situadas no centro da cidade.

É perceptível como essas redes de lojas, nos últimos anos, vêm adotando estratégias que vão desde a abertura de várias sedes no centro da cidade até a utilização de cartões próprios de financiamento de compras. A rede de lojas C&A, por exemplo, é ligada ao Banco Ibi, que oferece empréstimos e seguros, além de cartões de crédito de várias bandeiras, demonstrando importante articulação. De acordo com Silveira,

De modo geral, tanto as empresas comerciais como as financeiras instalam-se nas áreas de diversidade da metrópole (Silveira, 2004), isto é, em lugares de importante circulação, nos quais os circuitos de diversos ramos se entrecruzam e criam um mercado segmentado (SILVEIRA, 2009, p. 69).

A autora acrescenta que

[...] não são apenas as áreas modernas do tecido urbano ou aquelas a serem modernizadas que interessam aos agentes do circuito superior, mas também crescentemente as áreas que concentram um consumo popular sempre renovado ao sabor da propaganda e do crédito (SILVEIRA, 2011, p. 17).

É importante ressaltar que juntamente com o comércio discutido acima encontram-se dados de comércio e de serviços de baixa capitalização como, por exemplo, pequenas lojas de venda de roupas, lanchonetes, entre outros estabelecimentos. A propósito, Montenegro aponta:

Apesar do processo de reestruturação pelo qual vem passando o comércio varejista brasileiro nos últimos anos, com a entrada de grandes grupos internacionais e da expansão das grandes redes já instaladas, verifica-se que o número de pequenos estabelecimentos de varejo tradicional não tem diminuído (MONTENEGRO, 2006, p. 34).

Assim sendo, o quadro acima apresentado reflete e reforça o destaque que tem o comércio na economia urbana do centro de Fortaleza, com dinâmica que integra o Centro com a região metropolitana, ampliando relações para além desse limite.

Nota-se que mesmo com a concentração de atividades na área central da cidade não é identificada uma homogeneização desse espaço; pelo contrário, o centro de Fortaleza é heterogêneo, com dinâmicas singulares que configuram um mosaico de relações socioespaciais complexas. Como afirma Montessoro, destaca-se

[...] o centro como elemento importante para o estabelecimento de novas formas comerciais e espaciais, com destaque para a (re)afirmação da centralidade urbana decorrente dos usos do espaço pelas ações do setor terciário de um modo geral, englobando formais e informais [...] (MONTESSORO, 2006, p. 118).

E nesse contexto da área central, de sua estruturação urbana e atual perfil, destaca-se, para aprofundamento da análise desta pesquisa, o comércio popular de confecção que, ao longo dos anos, se fortalece, tirando proveito do grande fluxo de transeuntes, corroborando o pensamento de Montessoro (2006, p. 118), quando a autora apresenta que “[...] o centro das cidades cria e é condição de um ambiente que permite a constituição de novos espaços de consumo atrelados aos camelôs e ambulantes”.

---

## 4

### O CENTRO DE FORTALEZA COMO POLO REGIONAL DO COMÉRCIO DE CONFECÇÃO.

---

#### 4.1 O comércio do circuito inferior e sua estruturação no centro de Fortaleza

O centro da cidade de Fortaleza, ao longo dos anos, tornou-se o principal lócus do comércio popular de baixa produtividade e capitalização no estado do Ceará. Não há em nenhuma parte do estado outro local com a concentração e importância desse comércio do circuito inferior, mais especificamente o comércio de confecção e o comércio ambulante.

A presença e consolidação de tal atividade nessa área guardam relações estreitas com mudanças que abrangem desde as transformações macroeconômicas e os processos migratórios até as transformações urbanas pelas quais a cidade passa.

Num contexto mais amplo, tal fenômeno comercial está intensamente ligado à conjuntura política econômica mundial do final do século XX, marcada por uma flexibilização das formas de produção e trabalho. Harvey define essa nova forma de produção e trabalho como acumulação flexível, segundo o autor:

[...] Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneira de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2011, p. 140).

Esse processo de acumulação flexível discutido por Harvey trouxe profundas implicações na estruturação do trabalho, sendo um dos reflexos as altas taxas de desemprego e consequentemente o aumento da população economicamente ativa no mercado informal de trabalho. Em Fortaleza, essa população concentrou-se principalmente no centro da cidade.

Para o entendimento básico da consolidação do comércio típico do circuito inferior no centro, a partir das transformações urbanas de Fortaleza, tem-se a contribuição de Dantas (1995), que constrói uma análise a partir da história da cidade, do processo de constituição da cidade moderna, considerando a reunião de condições espaciais propícias à sustentação do comércio ambulante no centro fortalezense.

Fortaleza passou por um processo de urbanização centralizador, onde a monocentralidade, reforçada por um sistema viário radiocêntrico o qual norteou seu processo de consolidação como área hegemônica (DANTAS, 1995), levou a um constante fluxo de pessoas em direção ao centro da cidade.

É nesse contexto de urbanização centralizadora que Dantas (1995, p. 53) atenta para uma mudança preponderante para o entendimento do desenrolar do processo aqui analisado, “[...] a transformação do ‘locus’ do encontro e da festa em ‘locus’ do consumo”, acrescentando que “[...] esta centralidade deixa de vincular-se à percepção prático-sensível (relacionada às exigências éticas e estéticas dos moradores do centro) dos indivíduos e passa a ligar-se à especialização funcional’. Ou seja, um novo cenário urbano vem paulatinamente se estruturando, onde terá destaque a função comercial em detrimento de outras que preponderavam no Centro (como lazer e habitação), mudando inclusive o ritmo do bairro.

Silva (1992, p. 46), no início da década de noventa, em importante trabalho sobre o processo de urbanização de Fortaleza, apresenta a redefinição do Centro como a transformação do Centro Tradicional em centro da periferia.

De tal modo, que intensifica-se a presença da população de menor poder aquisitivo no centro, ampliando o fluxo de “transeuntes e consumidores” em busca do consumo que muitas vezes só será possível através do comércio do circuito inferior, de tal forma que a população menos abastada será viabilizadora do “comércio de rua”, constituindo seu “público base” (DANTAS, 1995).

A intensificação desse tipo de comércio nas ruas e logradouros do Centro levou o Estado a intervir no uso do espaço público pelos trabalhadores ditos informais. O poder público municipal disciplinou esse uso somente na década de trinta, através de decreto. Acerca das ações do poder público nesse período, Dantas (1995, p. 84) assim se posiciona: “Este tratamento e perseguição ocorrem de maneira violenta, com a destruição e/ou apreensão

da mercadoria vendida pelo comerciante ambulante, seguida em alguns casos de agressão física e/ou moral”.

Na atualidade, a forma de controlar esse comércio popular não é diferente, o que resulta em constantes conflitos entre trabalhadores desse comércio e o poder público municipal. Nos últimos anos, na busca por “regulamentar, disciplinar e organizar a atividade do comércio ambulante no Centro”, vários conflitos ocorreram, destacando-se a luta dos feirantes da Feira da Sé para permanecerem na área do Centro, em 2008, e a dos permissionários do Beco da Poeira, em 2010, no processo de transferência para outro local. Esses dois locais são os mais importantes pontos de concentração de comércio de confecção do Centro e serão analisados a frente.

Torna-se relevante analisar outras intervenções municipais importantes para o entendimento do recente quadro de ocupação espacial do comércio de confecção e ambulante no centro de Fortaleza, contando novamente com a colaboração de Dantas (1995). Segundo o autor, o poder público, nos anos setenta, passa a adotar políticas de urbanização no Centro, as quais tiveram implicações diretas na espacialização desse comércio local, intervenções essas beneficiadoras da circulação de pedestres, do livre fluxo de transeuntes.

Tal postura do poder público remete ao trabalho de Vargas e Castilho, em que se discutem os processos de intervenção nos centros urbanos, mais especificamente durante a “Renovação Urbana”, entre os anos de 1950 e 1970, período no qual se assume a preferência pelo novo, “demolir e reconstruir seria o propósito daquela geração”, tendo reflexos diferenciados nas cidades americanas e europeias. Nesse período, uma das estratégias adotadas foi privilegiar o fluxo de pedestres, como apresenta os autores:

[...] estratégias de recuperação das áreas centrais basearam-se no conceito de uso exclusivo de pedestres nas principais ruas de compras, como se os problemas enfrentados pelo comércio estivessem relacionados à dificuldade de deslocamento a pé. No período entre 1957 e 1962, cerca de cinquenta cidades tentaram recuperar o comércio fechando suas ruas para o uso exclusivo dos pedestres, processo este que continuou na década de 1970 (VARGAS e CASTILHO, 2006, p. 11).

Essa estratégia posteriormente foi considerada um equívoco, tendo recebido inúmeras críticas, mas a estratégia influenciou muitas cidades brasileiras. No caso do centro de Fortaleza, o projeto de urbanização Novo Centro retrata as intervenções que o estado realizou nesse contexto da década de setenta, quando o carro e o comércio informal foram

considerados os maiores problemas da área central, pois as ruas passam a ser utilizadas pelo automóvel e as calçadas são disputadas com esse comércio.

No projeto Novo Centro, importantes ações tiveram reflexos diretos no comércio do circuito inferior nas ruas e nos logradouros no Centro. A construção dos calçadões (ruas-jardins) nas ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso teve por objetivo privilegiar o fluxo de pedestres e impedir a concentração do comércio informal. Agrega-se a essa ação a estruturação de um sistema de transporte coletivo (com a instalação de terminais nas praças do Centro) que visava diminuir “dificuldades e desconforto” causados ao pedestre pelo fluxo de automóveis. Sobre isso, Dantas esclarece:

A construção das ruas-jardins e o estabelecimento de terminais de ônibus fizeram do centro uma área com predominância de fluxo para pedestres, e é este tipo de fluxo uma das condições para a expansão do comércio ambulante. Contraditoriamente, tal intervenção, embora consiga amenizar o problema relativo ao fluxo de automóveis, não conseguiu controlar o comércio ambulante (DANTAS, 1995, p. 120).

Como se percebe, a estratégia dos projetos de urbanização, de controle do comércio informal e da valorização do pedestre, surtiu efeito contrário, visto essa atividade comercial ter-se aproveitado do constante fluxo de pessoas.

O comércio informal foi beneficiado pelas ruas-jardins e pelos terminais de ônibus instalados nas praças, tendo se expandido maciçamente nas ruas Guilherme Rocha e Liberato Barroso bem como nas praças e em seu entorno, consolidando ainda mais sua presença, garantida pelas estratégias dos seus trabalhadores que suplantaram as várias ações do poder público permanecendo e modificando os espaços nos quais se inseriram.

Essa atividade presente no centro da cidade desde o século XIX transforma a rua, espaço de fruição, em locus de comércio, apropriando-se dos espaços públicos para a troca, para o consumo e para a reprodução, principalmente daqueles que não conseguiram ou não desejaram estar inseridos em uma economia dita formal. Essa evidência reforça a discussão que Dantas (1995) desenvolve sobre os espaços públicos do centro fortalezense, apresentada no capítulo anterior.

Como se pode depreender, o comércio típico do circuito inferior, que se desenvolve nas ruas e nos logradouros das grandes metrópoles, é uma modalidade importante para a

população pobre que não consegue inserir-se no circuito superior da economia, poupador de mão de obra e detentor de altas tecnologias.

No caso de Fortaleza, o circuito inferior apresenta-se de uma forma significativa na economia da cidade, conforme pesquisa do Sine/CE-IDT, que traz uma sucinta evolução nos indicadores do mercado de trabalho da capital cearense, com base em série histórica da Pesquisa Desemprego e Subemprego (PDS), apresentando uma evolução de ocupação informal que vai do ano de 1984 ao ano de 2007.

Observa-se no Gráfico 1, abaixo, que os menores indicadores da série ocorreram na década de 1980 com menor percentual (44,12%) da população de Fortaleza inserida nessa atividade. Nos anos de 1990, os indicadores sobem, chegando a atingir, ao final da década, mais da metade da população da capital cearense (53,54%). Tal ocorrência pode ser explicada por diversos fatores, como a política macroeconômica e a abertura comercial da economia brasileira (MESQUITA, 2008). No início da década de 2000, há uma redução no percentual de pessoas na informalidade, contudo é nessa mesma década que foi atingido o maior índice da série, alcançando, em 2007, o percentual de 55,9% de pessoas trabalhando em atividades classificadas pelos órgãos de pesquisa como informais.

**Gráfico1** – Evolução dos indicadores de ocupação informal em Fortaleza



Fonte: Sine/IDT 2008

Segundo a pesquisa, houve um aumento de 11,78% pontos percentuais da população inserida na economia informal na cidade entre os anos de 1984 e 2007. Desses habitantes, 49,82% estão inseridos no setor de serviços, 21,43% no comércio, 18,75% na indústria de transformação e 8,89% na construção civil, o que revela a participação de uma parcela expressiva da população nessas atividades, em um desses subsetores, como meio de

(re)produção. Ou seja, tais atividades tornaram-se uma estratégia de sobrevivência dos que não estão inseridos no circuito superior da economia, fato que se consolidou no final do século XX, como já foi apresentado e reforçado por Montenegro:

As dinâmicas recentes do mercado de trabalho brasileiro vêm influenciando na expansão do circuito inferior da economia urbana nas grandes cidades brasileiras. O fato de a maior parte das ocupações nas metrópoles brasileiras ser gerada atualmente em atividades de “baixa” produtividade, sobretudo em micro e pequenas empresas de baixa capitalização, nos aponta a capacidade do circuito inferior em se renovar e se expandir no período atual. O circuito inferior vem se consolidando enquanto abrigo e fornecedor de renda para grande parte da população, ao mesmo passo em que se afirma como uma manifestação da pobreza estrutural no país (MONTENEGRO, 2006, p. 32).

Dessa forma, no atual contexto, o comércio de confecção do centro de Fortaleza amplia sua área de influência para o regional, revelando uma diversidade de atores que constituem e consolidam os territórios do comércio popular no centro da cidade, impactando de forma significativa esse espaço.

#### **4.2 Os territórios do comércio de confecção no centro de Fortaleza**

O comércio de confecção no centro de Fortaleza encontra-se inserido em lógica de construção e consolidação de territórios, nos quais são travadas intensas relações de poder, não apenas estatal, regulador, mas também outras formas de poder, como as que emanam, por exemplo, da escala cotidiana circunscrita a uma pequena área de ação (ITIKAWA, 2006). A autora expõe: “No comércio Informal de rua não há um sujeito da dominação – uma classe ou instituição, mas a dispersão anônima do exercício do poder no espaço” (ITIKAWA, 2006).

Assim, entende-se que na construção e consolidação dos territórios do comércio informal no centro de Fortaleza existe uma rede complexa de relações de poder; os comerciantes, ao se apropriarem dos espaços públicos da cidade, modificam esses espaços deixando neles marcas significativas.

Sobre a formação de territórios, Sousa (1998) oferece importante contribuição, esclarecendo a importância das relações de poder existentes nesse processo: “Território, [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de realizações de poder”.

Outros importantes autores abordam o conceito de território, com posturas diferenciadas, mas considerando também as relações de poder.

Haesbaert, baseado no pensamento de Lefebvre, declara:

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca (HAESBAERT 2005, p. 6774).

E acrescenta que

[...] o ponto crucial a ser enfatizado é aquele que se refere às relações sociais enquanto relações de poder – e como todas elas são, de algum modo, relações de poder, este se configura através de uma noção suficientemente ampla que compreende desde o “antipoder” da violência até as formas mais sutis do poder simbólico (HAESBAERT 2005, p. 6776).

Essa discussão é essencial para se apreender como os atores sociais, inseridos no comércio de confecção do centro de Fortaleza, estruturam seus territórios, tendo em vista que essa atividade, em toda a sua dinâmica, se espacializa de forma singular, causando impactos sobre os espaços públicos (ruas, calçadas praças) e espaços fixos (como o Beco da Poeira).

O poder público, no decorrer do tempo, vem trabalhando para resolver a questão do comércio informal no centro da cidade, o que gerou inúmeros conflitos entre esses segmentos. Os ambulantes, por exemplo, lutam para continuar no Centro; já o poder público, como expõe Dantas (1995, p.108), busca “[...] regulamentar, disciplinar e organizar a atividade do comércio ambulante no Centro”.

Dessa forma, essa atividade, produtora de dinâmica singular enquanto espaço de sociabilidade, é também geradora de territorialidades impregnadas de relações políticas, econômicas e simbólicas. Haesbaert (2005, p.6776) chama a atenção para a territorialidade como “[...] estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado”.

Uma multiplicidade de atores sociais (camelôs, ambulante e sacoleiras) ligados a essa atividade, no sentido de garantir seu processo de reprodução, se apropriam do espaço,

constroem territórios através de relações sociais realizadas ao longo do tempo, atribuindo valor de uso e simbólico a certa área do centro de Fortaleza.

Para Haesbaert (2007, p. 26), “[...] o território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado e não simplesmente construído [...]”

Essas ideias trazem uma reflexão acerca dos processos de apropriação e dominação na construção das territorialidades pelo comércio de confecção no centro de Fortaleza, processos esses que estão de certa forma presentes em conjunto na lógica de reprodução dessa parcela da sociedade.

Nesse sentido, quando se apreendem os territórios do comércio de confecção no centro de Fortaleza remete-se ao exposto por Haesbaert, quando ele afirma, com base no pensamento de Lefebvre, que o processo de apropriação do espaço é carregado de marcas do vivido, do valor de uso. Enquanto espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo.

Lefebvre ainda atenta para a importância do reconhecimento espacial, do espaço social, o qual se prolonga sem fronteiras bem definidas no espaço físico e é esse o espaço que será considerado neste trabalho, destacando o lócus do comércio de confecção no centro tradicional de Fortaleza.

Esse tipo de comércio em Fortaleza, principalmente nos últimos anos, volta a ganhar ampla atenção nos meios de comunicação local. No ano de 2009, houve grande repercussão midiática sobre a informalidade, tendo em vista a amplitude dessa atividade no centro da cidade. Esses territórios se estruturam nas principais praças e ruas mais movimentadas, sobressaindo-se as praças da Lagoinha, José de Alencar, Coração de Jesus e da Estação e os dois maiores símbolos do comércio de confecção do Ceará: a Feira da Sé e o Beco da Poeira. Mais recentemente, estrutura-se outro ponto de destaque dessa atividade, o conhecido Esqueleto. As referidas praças, com exceção da Praça da Lagoinha, tiveram ou ainda têm terminais de ônibus instalados, fato que contribuiu, como já mencionado, para a instalação e permanência do comércio ambulante.

A Praça Capistrano de Abreu, mais conhecida como Praça da Lagoinha, e a Praça José de Alencar (duas das praças mais antigas do Centro, datadas do século XIX) localizam-se nas proximidades das avenidas Imperador, Tristão Gonçalves, e da rua General Sampaio.

Formavam, juntamente com o antigo Beco da Poeira, um verdadeiro corredor do comércio popular, principalmente de confecções. O Mapa 2 mostra a localização desse corredor comercial no centro da cidade.

Ambas as praças foram intensamente ocupadas pelo comércio informal, destacando-se sobretudo a venda de vestuários e alimentos, como mostra a Tabela 6 abaixo.

**Tabela 6** – Principais produtos vendidos no comércio popular na Praça da Lagoinha e na Praça José de Alencar

PRAÇA DA LAGOINHA		PRAÇA JOSÉ DE ALENCAR	
Produtos	%	Produtos	%
Vestuário e Acessórios	75,9	Alimentos	44,4
Alimentos	11,7	Serviços	29,6
Elétricos e eletrônicos	7,5	Miudezas, e outros.	22,2
Serviços	2,6	Vestuário e Acessórios	3,7
Miudezas e outros.	1,8	Impressos	0,0
Impressos	0,5	Elétricos e eletrônicos	0,0
Total	100	Total	100
Fonte. PMF/SECEFOR/ Dados 2009			

A forma de comercialização das mercadorias geralmente é sobre lonas estendidas no chão das praças. Na Praça da Lagoinha, onde a concentração era mais intensa, muitos vendedores instalavam-se em bancas e ocupavam a praça há mais de trinta anos, quando, em abril de 2011, a prefeitura municipal transferiu os vendedores provisoriamente<sup>19</sup> para a Praça da Estação, cercando com tapumes a Praça da Lagoinha para início das obras do Projeto Parque da Cidade<sup>20</sup>, que integrará essa Praça à Praça José de Alencar.

A Praça da Estação foi uma das praças que teve sua função alterada com a instalação de terminal de ônibus, notadamente para linhas metropolitanas. Em função disso, o comércio popular de rua mais significativo é o de alimentos, em que 57,1% dos vendedores ambulantes da praça vendem lanches, bebidas, entre outros produtos; em seguida vem a prestação de serviços (21,4%).

<sup>19</sup> O caráter provisório se dará até a construção de camelódromo (o Beco 2) nas proximidades do atual Beco da Poeira, na Rua Princesa Isabel. Fonte: Jornal o Povo, 4/7/12. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza>>.

<sup>20</sup> O Projeto Parque da Cidade foi elaborado na década de 1990.

Mapa 2 – Corredor de comércio popular: Praça José de Alencar, antigo Beco da Poeira, e Praça da Lagoinha



Destaca-se que tais dados, fornecidos pela Secefor, foram obtidos antes da transferência dos trabalhadores informais da Praça da Lagoinha, que são na maioria vendedores de confecção, de forma que a imagem que se vê, ao chegar à praça, é de um amontoado de bancas que vendem vestuário. Os trabalhadores que lá se encontram esperam pela construção de camelódromo chamado Beco 2, ainda sem previsão.

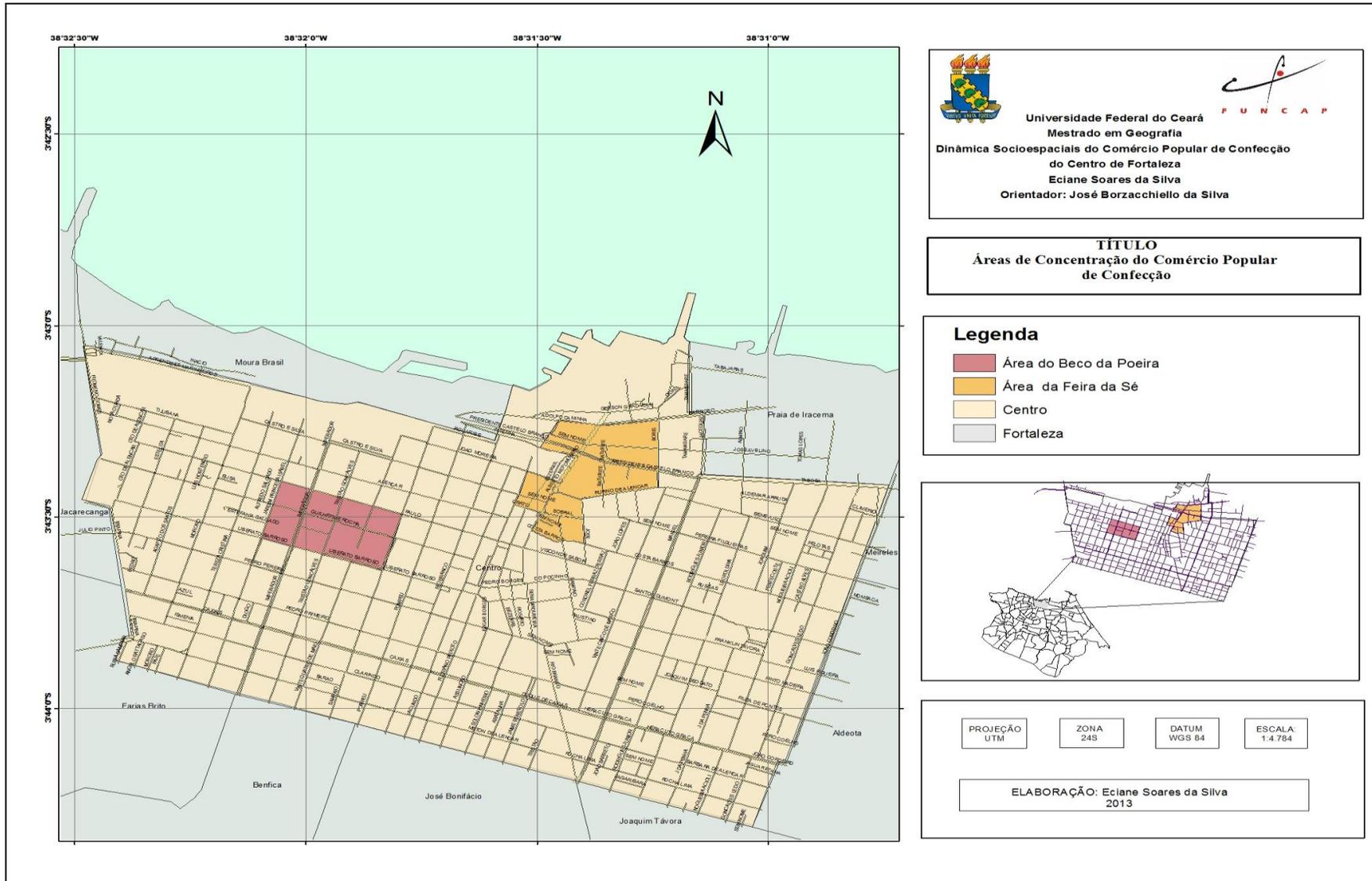
Outro território significativo desse comércio ambulante é a área da Praça Coração de Jesus e o Parque da Liberdade (ou Parque das Crianças), nos quais também foram instalados terminais de ônibus municipais, ocasionando uma presença significativa de ambulantes tanto na praça quanto nas calçadas em torno do parque. O tipo de comércio mais presente nessa área atua no ramo de alimentos (57,5%), impulsionado pelos usuários de ônibus, seguido pelo setor de serviços (17,5%) – engraxates, sapateiros, vendedores de loteria, entre outras atividades.

Apresentados esses representativos territórios do comércio característico do circuito inferior, ou seja, com baixa capitalização e produtividade voltadas para um mercado consumidor de baixa renda, destacam-se neste momento da pesquisa dois importantes territórios de concentração do comércio de confecção, os dois maiores ícones dessa atividade no centro de Fortaleza: o Beco da Poeira (área 1) e a Feira Sé (área 2), ressaltando-se que o Esqueleto, local que vem se fortalecendo como o mais novo território do comércio de confecção, está inserido, pela sua origem e localização, também na área 1.

O Beco da Poeira (área 1) durante um bom tempo retardou a construção da estação do Metrô de Fortaleza, causando transtornos e complicações ao poder público. A Feira da Sé (área 2), por sua vez, trava conflitos com o poder público, pela permanência nessa área, e com o poder religioso, por ampliar seu território sobre os espaços da Catedral de Fortaleza. No Mapa 3, visualiza-se a localização dos dois territórios no centro da cidade.

A seguir, serão analisados eventos importantes que marcaram esses dois territórios representantes do comércio de confecção de Fortaleza, bem como o Esqueleto, destacando a dinâmica socioespacial desse comércio no centro da cidade.

Mapa 3 – Áreas de concentração do comércio popular de confecção no centro de Fortaleza



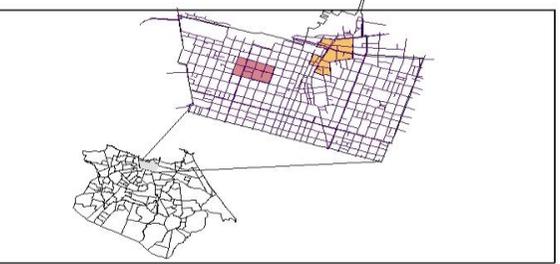



**Universidade Federal do Ceará**  
**Mestrado em Geografia**  
**Dinâmica Socioespaciais do Comércio Popular de Confecção do Centro de Fortaleza**  
**Ecliane Soares da Silva**  
**Orientador: José Borzacchiello da Silva**

**TÍTULO**  
**Áreas de Concentração do Comércio Popular de Confecção**

**Legenda**

- Área do Beco da Poeira
- Área da Feira da Sé
- Centro
- Fortaleza



PROJEÇÃO UTM	ZONA 24S	DATUM WGS 84	ESCALA 1:4.784
-----------------	-------------	-----------------	-------------------

**ELABORAÇÃO: Ecliane Soares da Silva**  
**2013**

#### **4.2.1 O Beco da Poeira**

O Centro Comercial de Pequenos Negócios, popularmente conhecido como Beco da Poeira, foi fundado no ano de 1991, na gestão do prefeito Juraci Magalhães, em uma área entre a Praça da Lagoinha e a Praça José de Alencar, constituindo um verdadeiro corredor de fruição, o que favoreceu a consolidação desse centro como símbolo do comércio de confecção do estado.

No entanto, sua história remonta a um período anterior, quando na Praça José de Alencar funcionava um terminal de ônibus, que favoreceu a atração de ambulantes para a área, com a finalidade de vender, ao grande número de transeuntes, peixe e carne, “[...] que davam ao espaço aparência e odor de mercado a céu aberto” (ARAÚJO, 2011).

Em 1987, a então prefeita, Maria Luíza Fontenele, pondo em prática um programa de reforma do Centro, o operação “Reconquistando o Coração da Cidade”, retira as paradas de ônibus e os ambulantes da praça.

Dessa forma, segundo a Associação Profissional do Comércio de Vendedores Ambulantes do Estado do Ceará (Aprovace), um terreno foi doado pela PMF para reunir os ambulantes. O local caracterizava-se como um emaranhado de estreitos corredores sob duas grandes tendas contíguas em ferro e amianto, abrigando cerca de 2.050 boxes que vendiam os mais variados produtos, tendo como carro-chefe a confecção (jeans e as chamadas modinhas: blusas, vestidos, e saias em malha fria ou radiosa).

Araújo, em excelente trabalho sobre a trajetória do Beco da Poeira, apresenta que as mercadorias eram

[...] consumidas por clientes diversos, desde funcionários de outras lojas do centro (que, muitas vezes, se recusam a comprar no estabelecimento em que trabalham pela diferença significativa de preços) até sacoleiras de outros estados que viajam centenas de quilômetros para reabastecer no Beco suas butiques e barracas (ARAÚJO, 2011, p. 14).

A autora ainda complementa:

Exemplo da capacidade de apropriação da cultura dominante, a moda do Beco consiste basicamente na transformação do que é consumido nas telenovelas e criações exclusivas das pequenas redes de confecção, baseadas em modelos “de marca”. Acessórios, roupas, couros, tendências, tudo é absorvido, reinventado e repassado ao freguês, que, muitas vezes, já vai ao beco em busca desta moda previamente conferida na TV e nos grandes shoppings (ARAÚJO, 2011, p. 14).

O Beco permaneceu nesse lugar durante dezenove anos, sendo transferido para novo local em 2010, quando as discussões a respeito da presença do comércio informal no centro de Fortaleza estiveram centradas nesse local, situado durante muito tempo na área que hoje abriga a Estação Central do metrô de Fortaleza (Metrofor). Dessa forma, os conflitos entre o poder público e os trabalhadores do Beco da Poeira intensificaram-se com o processo de remoção desses comerciantes informais, para a construção da referida estação.

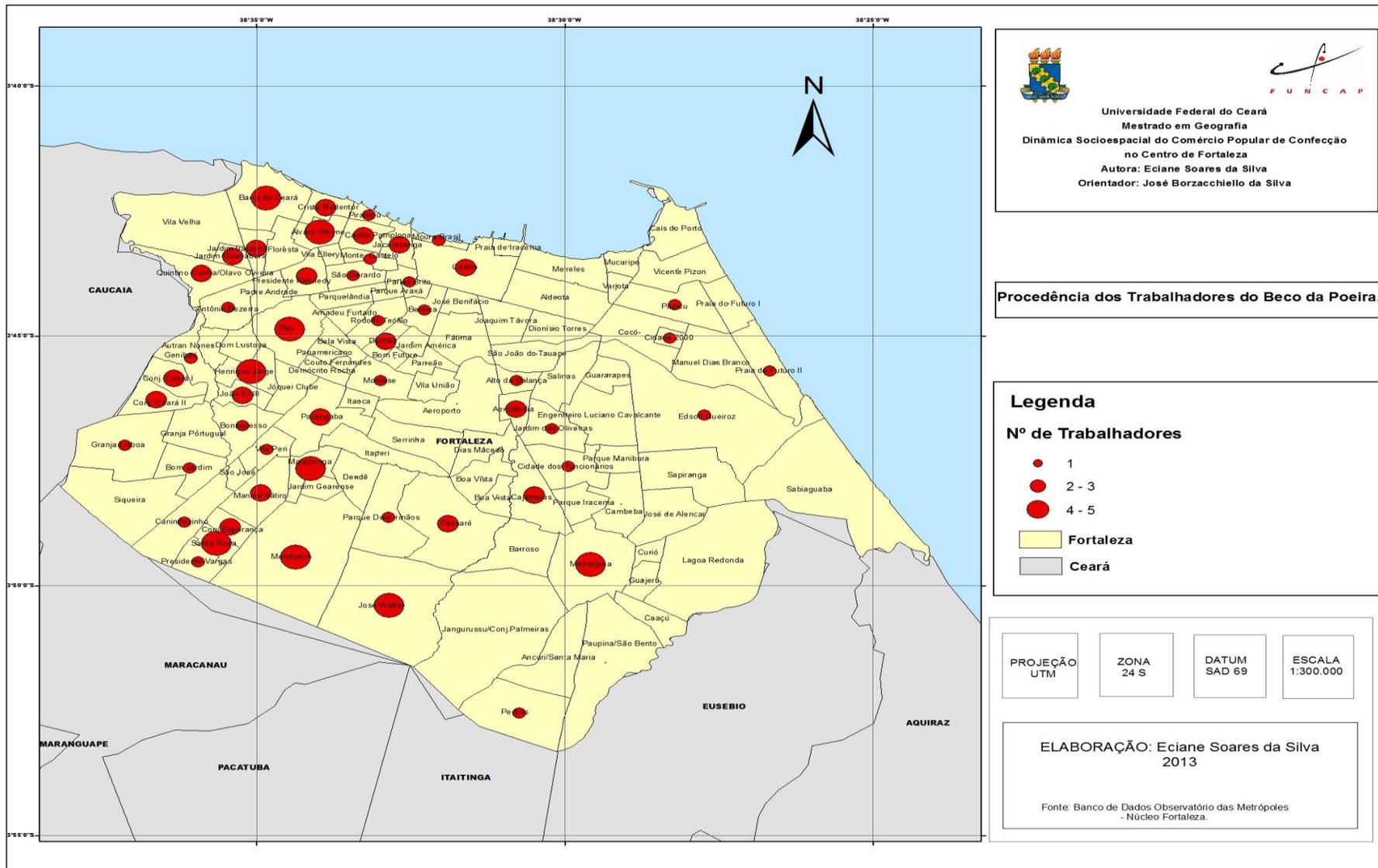
Essa área constituiu, como já foi dito, território de representação máxima da atividade comercial popular, a qual ampliou sua área de influência para além da área cedida pela prefeitura, apropriando-se de espaços públicos como ruas e praças próximas. O Beco da poeira tornou-se importante tanto para a economia da cidade como para aqueles que desde a década de oitenta trabalham no local. Os trabalhadores do Beco provêm principalmente das regiões oeste e sul de Fortaleza, as quais concentram o maior percentual de pobres da capital. No Mapa 4, visualiza-se a procedência desses trabalhadores.

No ano de 2010, com as intensificações das obras do metrô para a Copa 2014, o Beco foi retirado do local; os comerciantes, mesmo depois de anos de resistência, foram removidos e transferidos para a antiga Fábrica Tomaz Pompeu<sup>21</sup>, na Avenida do Imperador, antes local de produção industrial e hoje refuncionalizada para a nova localização do comércio. O novo espaço é arejado e seguro, possuindo dois pavimentos; os boxes concentram-se no térreo, onde se encontra também uma casa lotérica, enquanto no andar superior encontram-se as lanchonetes, os restaurantes, os banheiros e a administração do local. Abaixo, segue foto do atual e antigo Beco da Poeira.

---

<sup>21</sup> Em 1931, é inaugurada a Fábrica de Tecidos Progresso, que nasce da fusão da Fábrica de Fiação Cearense (1883) com a Fábrica Progresso (1899), de Tomás Pompeu. Essa indústria marca o início do processo de industrialização do Ceará. A obra de reforma da referida fábrica para abrigar os trabalhadores do Beco foi iniciada no dia 7 de julho de 2009, em um valor estipulado de R\$ 4.029.300,53, sendo a licitação ganha pela construtora Beta.

Mapa 4 – Procedência dos trabalhadores do Beco da Poeira



No processo de remoção, ocorreram conflitos, mas o poder público cumpriu seu papel de ordenador do espaço. A retirada dos comerciantes do Beco da Poeira começou a ser feita exatamente no dia 11 de abril de 2010. O poder público municipal montou uma estrutura de policiamento com cerca de 200 homens do 5º e 6º batalhões da polícia militar, cavalaria, pelotão de motos e guardas municipais (O POVO, 11 de abril de 2010), para garantir a realização da transferência.



**Figura 1** – Atual Beco da Poeira  
Fonte: Banco de dados Metrowiki, 2010.

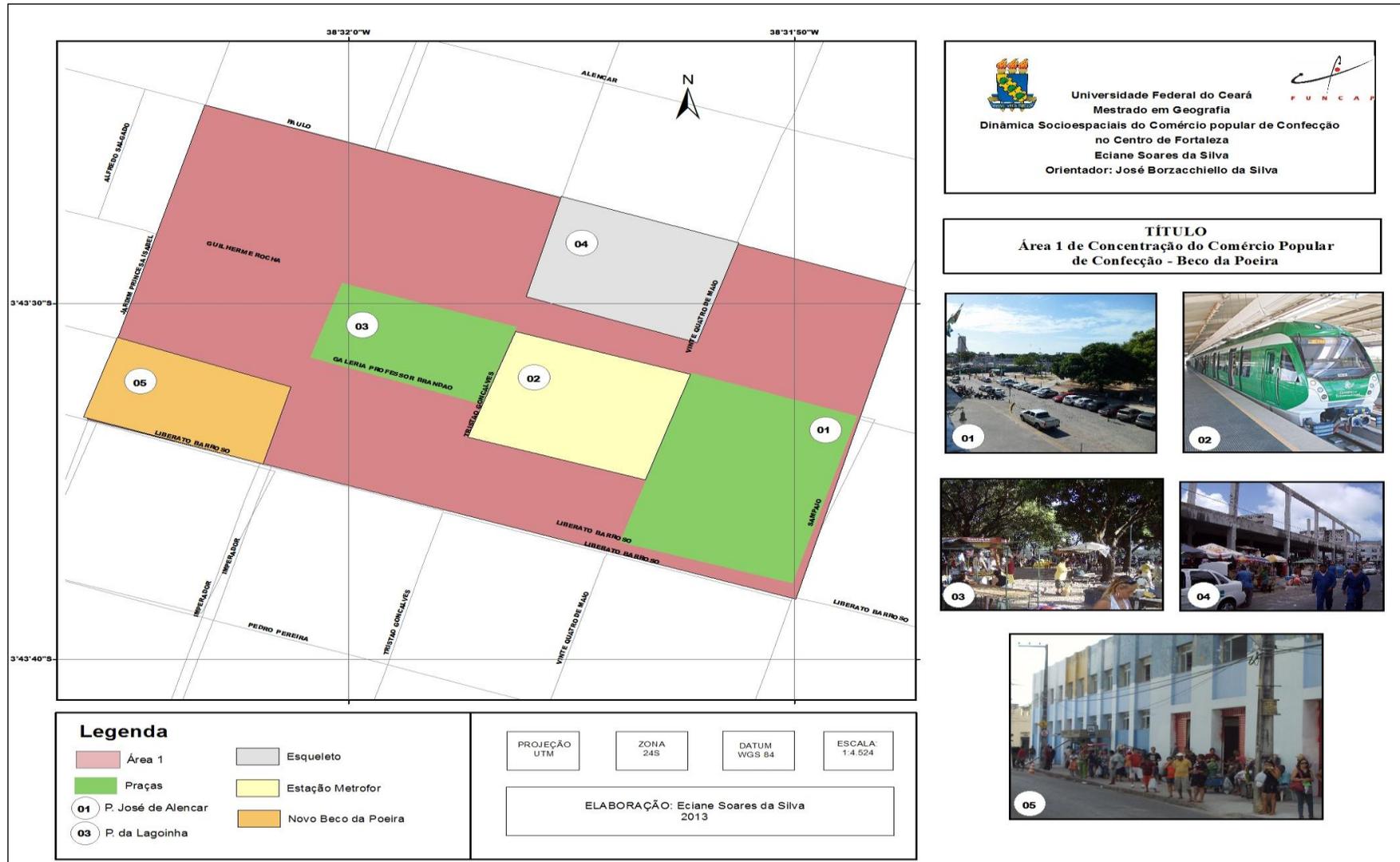


**Figura 2** – Antigo Beco da Poeira  
Fonte: Banco de dados Metrowiki, 2009.

Mas o que se observa é uma divisão entre os comerciantes em decorrência da transferência para o Centro de Pequenos Negócios na Avenida do Imperador. Parte desses comerciantes, com receio de ficar sem o ponto de comércio, adquiriu os boxes no novo local, e outra parte decidiu pela ocupação do prédio inacabado conhecido como Esqueleto, que fica bem mais próximo do antigo local do Beco da Poeira. Dessa forma, uma nova configuração se estrutura nessa área, agora composto por mais um símbolo do comércio de confecção, além da presença da estação do Metrofor, que fortalecerá a convergência para o centro da cidade. O Mapa 5 mostra a atual configuração da área do Beco da Poeira.

A transferência do Beco da Poeira já estava sendo negociada entre a prefeitura e os permissionários. Em 2001, o Metrofor adquiriu da PMF o terreno onde o Beco estava localizado, com o objetivo de construir uma estação do Metrô. Em 2009, a prefeitura marcou para o fim do mês de agosto a mudança dos permissionários para o prédio da antiga fábrica Tomaz Pompeu. Foi a primeira tentativa de remoção.

Mapa 5 – Área 1 de concentração do comércio popular de confecção – Beco da Poeira



No mês de fevereiro de 2010, a prefeitura enviou carta aos permissionários informando os dias da transferência do Beco da Poeira para o novo espaço a partir do dia 20 de março do referido ano. Na data estipulada, a Aprovace obtém liminar contra a mudança, mas no dia 13 de abril 2010 a transferência realmente aconteceu.

Esse embate entre o poder público e os trabalhadores do Beco da Poeira pela permanência no seu local tradicional, como foi visto, resultou em uma fragmentação do território, na qual se constituíram três espaços que se consideram Beco da Poeira: o primeiro espaço, reconhecido pela prefeitura, é o Centro de Pequenos Negócios (localizado na antiga fábrica Tomaz Pompeu); o segundo, abriga trabalhadores que ocuparam o entorno da construção da estação do metrô; o terceiro, representa o grupo que ocupou o Esqueleto.

Percebe-se então, a força que tem o Beco da Poeira no espaço do centro, polarizando uma área para além de Fortaleza, com uma resistência capaz de mobilizar de forma impressionante o poder público. O Beco foi e é ponto de atração de um público que interage não somente com o local, mas com toda a área do entorno, como a Praça José de Alencar, a Praça da Lagoinha e as ruas das proximidades.

#### **4.2.2 A Feira da Sé**

Em Fortaleza, chama a atenção a feira que se consolidou nas proximidades da Catedral da Sé, a conhecida Feira da Sé, que teve início no final da década de 1990 com um pequeno aglomerado de artesões cearenses que comercializavam sua produção nas proximidades do Mercado Central e em frente à Catedral.

De início, a Feira se organizou apropriando-se de um espaço de lazer e circulação, a Praça Pedro II, aglomerando centenas de vendedores ambulantes que trabalham principalmente a venda de confecção. Os comerciantes utilizavam as mais diversas estratégias para negociar suas mercadorias, expondo seus produtos de forma improvisada, sobre lonas no chão ou em porta-malas de carros.

Com o tempo, a Feira da Sé tomou grandes proporções, com o visível aumento do número de trabalhadores. Atualmente segundo a PMF são mais de 3mil vendedores podendo aproximar-se a quantia de 7mil nos dias de intenso movimento. Fato que levou a Feira a expandir-se sobre outros espaços públicos, muitas vezes estendendo-se até as vias de

circulação (impedindo o fluxo da área) e sobre a calçada da Catedral da Sé, gerando uma série de transtornos e conflitos.

Desde 2008, os conflitos entre o poder público municipal e os trabalhadores da Feira da Sé vêm se intensificando. Nesse ano, uma ordem judicial<sup>22</sup> determinou a remoção dos feirantes da Praça Pedro II (Praça da Sé), ocasionando uma série de tentativas da PMF de retirar os ambulantes da área. Ocorreram várias discussões, e algumas propostas foram apresentadas pela PMF no sentido de resolver a situação que se agravava, como a proposta de transferência da Feira para um terreno no bairro José Walter. O projeto dividiu os feirantes devido à maioria deles alegar que as mudanças só trariam prejuízos em razão de seus clientes serem sacoleiros de outros municípios e estados, acostumados a se hospedar no Centro da cidade, e devido à distância do bairro José Walter.

Esse tipo de comércio do centro de Fortaleza, como se pode observar, gera uma dinâmica que vai além da comercialização de confecção, pois é responsável por movimentar outros setores da economia como a indústria têxtil, pequenas facções, o setor hoteleiro e o alimentício, o que corrobora a importância e a singularidade da atividade, que marca inclusive as relações entre os circuitos da economia urbana.

Posteriormente, a prefeitura apresentou outra proposta, indicando outro local – o Feira Center, no município metropolitano de Maracanaú, que contou com projeto elaborado pelo então prefeito dessa cidade, Roberto Pessoa. A administração do município de Maracanaú aspirava que a feira fomentasse e fortalecesse o comércio e a economia local, gerando novos empregos diretos e indiretos no município.

A área oferecida pelo município de Maracanaú - o Feira Center - ficaria próxima à futura estação do Metrofor e contaria com linhas regulares de ônibus, com acesso às rodovias federais e estaduais, além de toda a infraestrutura já existente no local, como estacionamento, banheiros e vestiários, correios, banco postal, caixas eletrônicos, restaurantes e lanchonetes, entre outros serviços. A SDE de Maracanaú chegou a receber cerca de 3,4 mil inscrições de feirantes, contudo, terminado o prazo, nem todos os feirantes concordaram com a retirada da Feira do centro de Fortaleza. Uma parte dirigiu-se para Maracanaú e outra passou a ocupar a Rua José Avelino (figura 3) nas proximidades da Catedral e do Mercado Central.

---

<sup>22</sup> Em 1º de abril de 2008, uma liminar, expedida pelo juiz Carlos Augusto Gomes, da 7ª Vara da Fazenda Pública, exigiu a retirada dos ambulantes da Sé. A liminar foi motivada por um procedimento administrativo aberto pelo promotor Raimundo Batista de Oliveira.



**Figura 3** – Rua José Avelino (Feira da Sé)  
Fonte: Banco de dados Metrowiki, 2011.



**Figura 4** – Ônibus fretado por sacoleiras de outros estados. Fonte: Banco de dados Metrowiki, 2011.

Apesar da fiscalização, é constante o processo de expansão territorial da Feira da Sé, na ocupação de outras vias e até mesmo a calçada da Catedral, utilizando as grades de proteção para expor mercadorias e ocasionando conflitos também com o poder religioso e municipal. Analisando esses constantes conflitos que ocorreram nos espaços apropriados, percebe-se que, nesse processo cotidiano de apropriação, dominação e produção territorial, um campo de poder se forma, envolvendo nesse caso especificamente o poder público, o religioso e os trabalhadores da Feira.

No decorrer dos anos, a Feira da Sé, que desponta na venda de confecção a varejo, se consolida e se modifica, atraindo fabricantes e sacoleiras não somente da RMF e de outras cidades do Ceará, mas também de outros estados do Norte/Nordeste, além dos que procedem de outros países, a frente detalharemos melhor o raio de influência da Feira.

Dessa forma, a Feira vem alcançando grandes proporções, influenciando um processo de transformação urbana na área do centro e se transformando em atividade de referência nacional.

Nos anos em que a Feira se consolidou, surgiram centros comerciais populares fixos como o conhecido Casarão das Sacoleiras e também o Shopping Fontenele Mall. A instalação de equipamentos como esse último aponta para uma particular relação na lógica organizacional da Feira da Sé, na qual muitos vendedores buscaram a legalização e a fixação no referido *shopping*, contudo o que se percebeu nos trabalhos de campo e nas entrevistas com alguns vendedores é que eles, mesmo fixados – seja no *shopping*, nos galpões ou nos

centros comerciais – não abrem mão de trabalhar na rua, alegando que as vendas ali são bem melhores.

A partir do que foi mencionado acima, destaca-se também a reconfiguração que a Feira trouxe para o espaço urbano no qual se constituiu, pois antes da consolidação dessa atividade o comércio de confecção realizava-se apenas na praça e nas calçadas e ruas da área, enquanto hoje é marcante a quantidade de centros comerciais, galpões, bem como do Shopping Fontenele, todos surgidos devido à grande expressão que a Feira adquiriu nos últimos anos. No Mapa 6 visualiza-se a espacialização desses fixos na área da Feira da Sé.

Outra característica da territorialidade da Sé que nos chama a atenção é seu caráter flexível. A Feira ocorre e tem seu apogeu nas madrugadas das quartas para as quintas-feiras e de domingo para as segundas-feiras, quando, por volta das 18h, a área é tomada pelos camelôs, ambulantes e pelas sacoleiras, modificando os aspectos do espaço local.

Apesar de seu caráter flexível, o qual apresenta uma regularidade e periodicidade definida, nos últimos anos, devido aos conflitos com o poder público e buscando manter-se na área central da cidade, a Feira passou, como já mencionado, a ocupar, além da Rua José Avelino, alguns galpões<sup>23</sup> localizados na mesma rua, refuncionalizando-os e visando sua fixação.

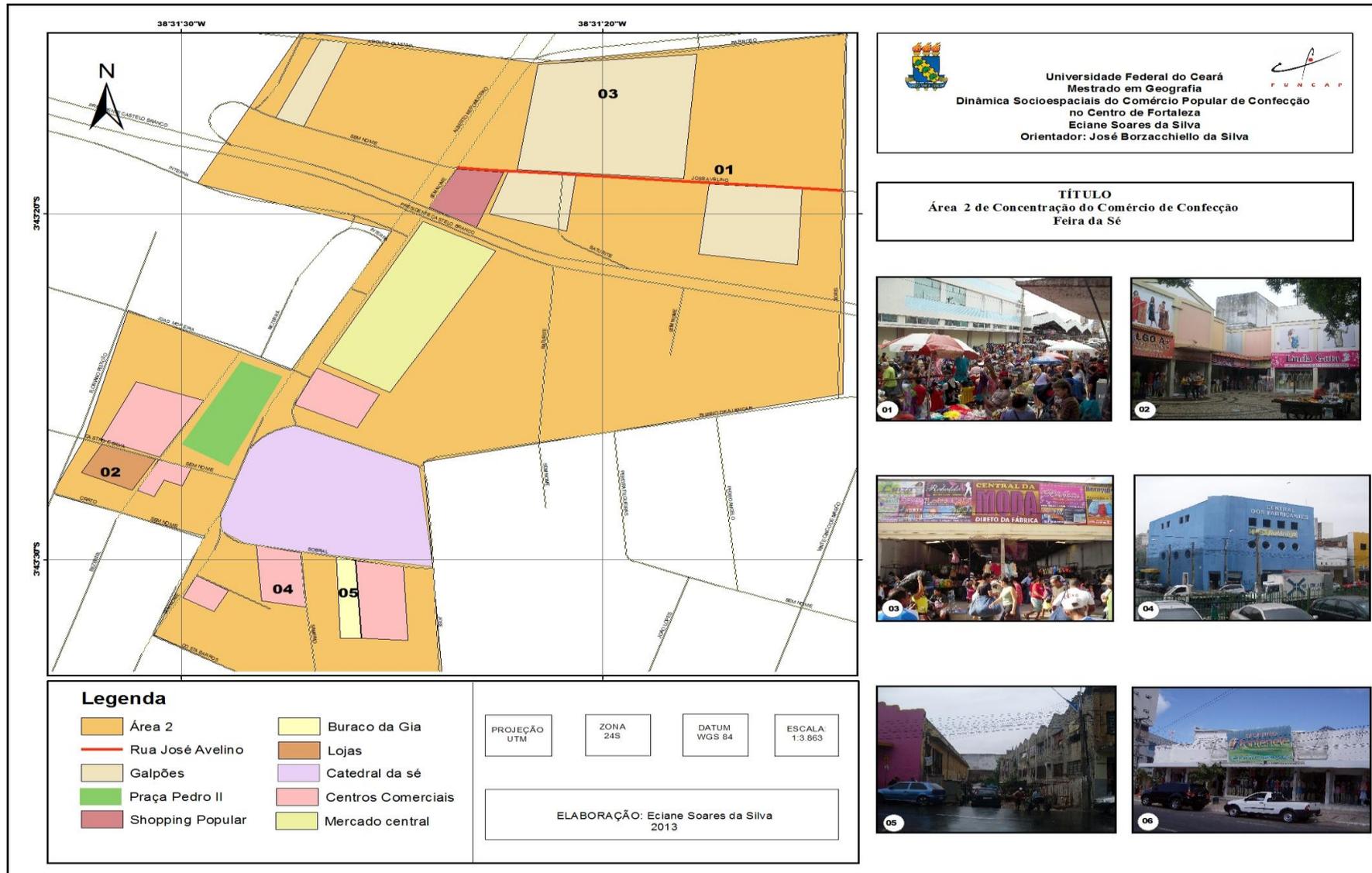
Percebe-se, pois, que essa atividade no centro da cidade, assim como em outras cidades, traz transtornos para a população. O poder público vem tentando resolver o problema, apresentando como solução outros bairros da cidade para o abrigo da Feira. Não se pode negligenciar, contudo, a importância do comércio de confecção na economia urbana da cidade de Fortaleza, gerando um expressivo número de empregos indiretos que vão desde a produção da mercadoria até a sua comercialização dinamizando o comércio formal como as lojas de tecidos, os hotéis e os restaurantes do centro da cidade.

A pesar da dificuldade em se precisar o montante gerado pela Feira, segundo o Jornal O Povo “[...] as estimativas variam entre R\$ 5 milhões e R\$ 20 milhões, a depender do dia”, pois em datas comemorativas como as festas de final de ano o movimento é bem maior. (O POVO 11 de agosto 2013).

---

<sup>23</sup> Esses antigos galpões no fim do século XIX e início do século XX eram armazéns do antigo porto de Fortaleza, o Poço da Draga.

Mapa 6 – Área 2 de concentração do comércio popular de confecção – Feira da Sé



Nesse sentido, torna-se importante levar em consideração os simbolismos do mais tradicional bairro de Fortaleza tanto para os trabalhadores do comércio do circuito inferior como para aqueles que o consagraram como local de consumo, considerando também a importância socioeconômica do comércio popular de confecção.

#### **4.2.3 “O Esqueleto” como novo lócus do comércio de confecção**

O mais novo território do comércio de confecção do centro de Fortaleza, o Esqueleto, localiza-se nas proximidades do antigo Beco da Poeira (onde hoje se encontra a estação do metrô de Fortaleza) e sua história está diretamente ligada à do Beco, também marcada por conflitos com o poder público municipal.

Com o projeto de construir a estação de metrô nesse local, tem início a busca pela solução para os permissionários que trabalhavam na área. Em 2001, a PMF propôs a desapropriação do quadrilátero formado pela Avenida Tristão Gonçalves e pelas ruas São Paulo, Guilherme Rocha e 24 de Maio, para a construção de um novo Beco. Iniciando a construção do prédio, que contou, inclusive, com investimento dos permissionários, apenas parte do terreno foi desapropriado. As obras não foram adiante, restando apenas parte da estrutura de concreto que ficou conhecida como Esqueleto.

Na gestão da prefeita Luiziane Lins<sup>24</sup>, decidiu-se por não utilizar mais a estrutura, propondo alguns projetos para o espaço, como a construção de um restaurante popular, enquanto o Beco da Poeira passa a ocupar o antigo prédio da Fábrica Progresso Tomaz Pompeu.

Assim, diante da retirada dos trabalhadores do Beco da Poeira, em abril de 2010, para dar lugar à estação José de Alencar do metrô, ocorre uma divisão entre os permissionários: uma parte acata a retirada e passa a ocupar o novo local proposto pela prefeitura, e a outra parte decide, mediante protestos, ocupar a estrutura conhecida como Esqueleto. Segundo o representante da Aprovace, Adriano Bento, cerca de 90 dos permissionários preferiram ocupar o Esqueleto, já que eles alegaram que o espaço foi comprado por eles mesmos. Abaixo, seguem fotografias da estrutura do Esqueleto.

---

<sup>24</sup> A ex-prefeita Luiziane Lins esteve à frente da prefeitura de Fortaleza por dois mandatos. O primeiro mandato, de 2005 a 2008, e o segundo, de 2009 a 2012.



**Figura 5** - Estrutura interna do Esqueleto  
Fonte: Banco de dados Metrowiki, 2011.



**Figuras 6** – Estrutura externa do Esqueleto  
Fonte: Banco de dados Metrowiki, 2011.

Conforme Bento, em entrevista ao jornal O Povo, “[...] essa área é nossa, nós pagamos. Mesmo com toda essa intimidação, nós vamos resistir [...]. Além disso, não existe nenhum acordo entre os permissionários para ir para o Centro de Pequenos Negócios (CPN)” (O POVO, 10 de abril de 2010). Ocorreram vários conflitos com o poder público no sentido de retirar esses trabalhadores da estrutura do Esqueleto, porém eles permaneceram no local.

Tal ação foi extremamente importante na constituição do Esqueleto em mais um território do comércio de confecção. Em trabalho de campo, foi possível visualizar que os trabalhadores que ocuparam o local desenvolveram estratégias de organização: realizaram obras de beneficiamento na estrutura, como a instalação de piso, energia elétrica, construção de banheiros, entre outras; contrataram zelador para a limpeza dos banheiros, oferecendo um melhor atendimento aos clientes, já em número bem significativo. Apesar de não terem ainda a certeza da permanência no local, os trabalhadores, assim como os seus clientes, consolidam o Esqueleto como território do comércio de confecção no centro de Fortaleza.

#### **4.3 O perfil do trabalhador do comércio de confecção do centro de Fortaleza – Feira da Sé e Beco da Poeira**

Diante da dinâmica e da amplitude que o circuito de comércio de confecção adquiriu nos últimos anos, torna-se importante, no estudo do fenômeno, conhecer quem são as pessoas inseridas nessa atividade, como bem comentou Santos (2008), já que a base fundamental do

circuito inferior é justamente a sua força de trabalho: “Essa população não pode ser absorvida pela estrutura da economia moderna”, encontrando no circuito inferior da economia urbana uma forma de sobrevivência.

Assim sendo, o perfil socioeconômico dos trabalhadores do circuito inferior da economia no centro de Fortaleza, especificamente os que estão ligados ao comércio de confecção, foi analisado através de dados obtidos em órgãos públicos como a PMF, a SDE, o Sine e o IDT. A seguir, será apresentado o perfil dos trabalhadores dos dois maiores comércios populares de confecção do estado do Ceará: a Feira da Sé e o Beco da Poeira.

Atenta-se para o fato de não ser apresentado o perfil dos trabalhadores do Esqueleto, tendo em vista a prefeitura ainda não possuir dados sobre esse local; a estrutura é recente e os trabalhadores ali instalados são provenientes do antigo Beco da Poeira, os quais se separaram no processo de mudança de localização, como já exposto.

Destarte, segue abaixo a análise dos dados que abrangem informações com o perfil dos trabalhadores quanto ao gênero, faixa etária, escolaridade, estado civil, renda mensal, tempo de trabalho, produção da mercadoria, número de familiares e tipo de mercadoria vendida.

**Tabela 7** – Perfil dos trabalhadores por gênero

<b>FEIRA DA SÉ</b>		<b>BECO DA POEIRA</b>	
<b>Sexo</b>	<b>(%)</b>	<b>Sexo</b>	<b>(%)</b>
Masculino	48,8	Masculino	34,5
Feminino	51,2	Feminino	65,5
Fonte: SDE / 2006		Fonte: SDE/ 2005 - FCPC.	

No que concerne ao gênero, o maior contingente dos trabalhadores tanto da Feira da Sé quanto do Beco da Poeira são do sexo feminino, apresentando, respectivamente, 51, 2% e 65,5 % de trabalhadores do sexo feminino e 48,8% e 34,5% do sexo masculino. Tal fato pode ser entendido a partir de algumas mudanças na sociedade brasileira, como por exemplo, a maior participação da mulher no mercado de trabalho. Se antes elas se dedicavam exclusivamente aos afazeres de casa e da família, hoje um número significativo passou a trabalhar fora de casa, sendo crescente o percentual de mulheres que se tornaram as provedoras de seus lares.

Como se nota, o percentual de mulheres inseridas em atividades de baixa capitalização e produção é bem maior que a masculina. Mesquita (2008), em pesquisa sobre o mercado de trabalho informal de Fortaleza atenta para esse fato, expondo que “[...] por mais uma vez, cabe destacar o crescimento das relações informais de trabalho, notadamente, entre as mulheres, uma vez que sua participação eleva-se de 47% (2000) para 51% (2007) da ocupação informal” (MESQUITA, 2008, p. 20).

Nesse sentido, quando se considera o mercado de trabalho da RMF, segundo pesquisa realizada em 2013 pelo Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego (SPED), ligado ao IDT, 45,9% da população economicamente ativa da RMF é feminina, sendo que a masculina corresponde a 54,10%. Do total dessa população, a pesquisa registrou que as oportunidades de trabalho criadas na RMF “[...] não foram equitativamente distribuídas por sexo, uma vez que mais de 2/3 das vagas criadas contemplaram a força de trabalho masculina” (SPED, 2013), fato que reflete no atual quadro da situação das mulheres no mercado de trabalho local, no qual a recente dinâmica foi mais favorável para os homens, o que pode ser um dos fatores que levam expressivo número de mulheres a procurarem emprego no circuito inferior da economia.

Montenegro, ao discutir o aumento do consumo no circuito inferior da economia, aponta a maior participação feminina no mundo do trabalho:

Por fim, a maior participação da mulher no mercado de trabalho gera um aumento da renda da unidade familiar, assim como amplia seu poder de gerenciamento das decisões de consumo do domicílio, redefinindo as prioridades de gastos cotidianos [...] (MONTENEGRO, 2011, p. 32).

Como se percebe, as transformações do papel da mulher na sociedade perpassam tanto a maior participação dela na economia como também uma mudança no seu comportamento na família, tomando um posicionamento mais efetivo nas decisões da casa, como colaboradora do orçamento familiar ou provedora do lar, não esquecendo que ela passa a ter dupla jornada de trabalho, fora e dentro de casa.

Oliveira, ao abordar o papel da mulher no mercado de trabalho de Fortaleza, expõe:

[...] a expansão feminina no mercado de trabalho dá-se, acima de tudo, com o ingresso de muitas mulheres nas escolas acadêmicas (e nos cursos de formação),

bem como pela disponibilidade desses cursos profissionalizantes que favorecem o lado profissional e o reforço da renda familiar. A expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades contribuem para o processo de transformação profissional. A persistência da atividade feminina no mercado de trabalho é explicada pela “consolidação das mudanças nos padrões de comportamento, que teve como marca registrada a crise econômica, a inflação e o desemprego” (BRUSCHINI, 1994, p. 66), (OLIVEIRA, 2007, p. 63).

É claro que os fatores que levaram à expansão da participação feminina no mercado de trabalho não se resumem ao maior nível de escolaridade das mulheres, mas esse é, sim, um fator importante que, aliado a outros, como a necessidade de complementar ou prover a renda familiar, irá impulsionar as mulheres a participarem efetivamente do mercado de trabalho.

Portanto, se antes a condição feminina estava atrelada e limitada aos afazeres domésticos, tendo em vista que “[...] perante a sociedade, era importante que a mulher não trabalhasse fora, pois o seu trabalho demonstrava que a família estava passando necessidades” (OLIVEIRA, 2007, p. 65), hoje a mulher assume junto aos homens um papel importante na economia.

O homem, como se visualiza nos dados da Tabela 6, acima, apesar de ter tido maiores oportunidades de trabalho no setor formal da economia, como apontou a pesquisa do SPED/IDT, ainda representa significativa participação em atividade de baixa produtividade e capitalização. No caso do circuito de venda de confecção de Fortaleza, o maior percentual do sexo masculino (48,8%) encontra-se na Feira da Sé, e no Beco da Poeira esse percentual é de 34,5%.

**Tabela 8** – Perfil dos trabalhadores por faixa etária

FEIRA DA SÉ		BECO DA POEIRA	
Idade	(%)	Idade	(%)
16 a 24	14,8	17 a 20	4,3
25 a 40	41,4	21 a 40	55,0
41 a 60	38,7	41 a 60	37,8
61 a mais	3,8	61 a mais	2,6
Não informou	1,3	Não informou	0,3
Fonte: SDE / 2006		Fonte: SDE/ 2005 - FCPC.	

No que diz respeito à faixa etária dos trabalhadores, a análise dos dados revela que a maior parte dos comerciantes é de jovens adultos; na Feira da Sé, 41,4% estão entre 25 e 40 anos de idade, enquanto no Beco da Poeira 55% estão na faixa entre 21 e 40 anos. Chama a atenção na Tabela 8 o considerável número de trabalhadores com mais de 40 anos: 38,7% na Feira e 37,8% no Beco. Mesquita (2008, p. 20), quando apresenta a pesquisa sobre o setor informal da cidade de Fortaleza já atenta para esse fato, observando que “[...] o avanço da informalidade, notadamente, entre as atividades autônomas, ganhou maior expressão entre as pessoas maiores de 40 anos, de 37,49% (2000) para 44,07% (2007)”. O autor acrescenta que tal “[...] comportamento pode estar associado às maiores dificuldades de (re)inserção profissional destas pessoas no mercado de trabalho formal”.

Martins e Dombrowski (2000) ao traçarem o mapa do trabalho informal em São Paulo obtêm dados parecidos, informando que “[...] é expressiva a presença de trabalhadores com 40 anos ou mais nas atividades informais: 53,5% das pessoas ocupadas com essa faixa de idade encontram-se no setor informal”. Assim como Mesquita, os autores apontam a dificuldade de inserção de trabalhadores no mercado formal após os quarenta anos.

Com relação à população mais jovem, os dados apontam que na Feira da Sé os trabalhadores entre 16 e 24 anos representam 14,8% e no Beco da Poeira 4,3% possuem entre 17 e 20 anos. A presença de jovens nesse tipo de atividade pode ser entendida também pela dificuldade de conseguir o primeiro emprego e inserir-se no mercado de trabalho formal, bem como pelo fato de muitos desses jovens serem filhos ou parentes próximos dos trabalhadores e ajudarem os familiares na atividade. Sabe-se que a atividade do circuito de produção e comercialização de confecção com baixa produtividade e capitalização tem, como característica, expressiva mão de obra familiar em que vários membros da família estão empenhados em garantir seu sustento.

Os trabalhadores com mais de 60 anos da Feira da Sé e do Beco da Poeira somam, respectivamente, 3,8% e 2,6% dos comerciantes, podendo tais dados ser associados ao fato de muitos idosos não conseguirem sobreviver apenas com o dinheiro da aposentadoria, a qual muitas vezes torna-se a única renda familiar para suprir as despesas com alimentação, remédios, entre outras necessidades, o que leva muitas pessoas nessa faixa etária a buscar outra forma de renda, não conseguindo inserir-se no mercado de trabalho formal devido à idade. Santos (2011, 2008) deixa claro que o circuito inferior da economia é “autoinflacionário”, já que abriga vários tipos de trabalhadores.

**Tabela 9** – Perfil dos trabalhadores de acordo com o nível de escolaridade

<b>FEIRA DA SÉ</b>		<b>BECO DA POEIRA</b>	
<b>Escolaridade</b>	<b>(%)</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>(%)</b>
Analfabeto	2,4	Analfabeto	1,8
E. Fundamental	40,7	E. Fundamental	35,8
Ensino Médio	39,6	Ensino Médio	47,4
Superior	1,4	Superior	3,8
Não informou	0,4	Não informou	1,6
Fonte: SDE/ 2006		Fonte: SDE/ 2005 – FCPC. Tabela Adaptada.	

O baixo nível de escolaridade é sem dúvida um dos fatores que levam à inserção de trabalhadores no circuito inferior da economia. Os migrantes que chegavam às grandes cidades, por exemplo, deparavam-se com uma realidade totalmente diferente da sua (pois provinham do campo), encontrando dificuldade de inserir-se no mercado de trabalho, justamente porque muitos não possuíam qualquer escolaridade ou a tinham em baixos níveis, daí a inserção deles no comércio de rua como forma de sobrevivência.

Atualmente percebe-se uma melhora no nível de instrução dos trabalhadores; segundo Santos (2011, p. 89), “[...] a modernização da economia provoca uma retração do mercado de emprego ao mesmo tempo que exige uma elevação no nível de preparo da mão de obra”. Melo e Teles discutem o comércio ambulante da cidade do Rio de Janeiro e constataam:

[...] o que pode ser observado é um trabalhador ambulante cada vez mais escolarizado! Esse fato demonstra que a dificuldade em encontrar emprego não mais se circunscreve aos redutos de baixa escolaridade, mas tem corroído todos os níveis educacionais sem fazer acepção de pessoas (MELO; TELES, 2000, p. 20).

Dados do último censo do IBGE, realizado em 2010, registraram a melhora do nível de instrução dos brasileiros; segundo esse órgão “[...] o percentual de pessoas sem instrução ou com o fundamental incompleto caiu de 65,1% para 50,2%; já o de pessoas com pelo menos o curso superior completo aumentou de 4,4% para 7,9%”. Como se pode ver, a melhora na educação vem ocorrendo, contudo ainda está longe do ideal.

Nesse sentido, percebe-se pela Tabela 9, acima, que a maioria dos trabalhadores do comércio de confecção do centro de Fortaleza possui algum nível de escolaridade, pois os analfabetos representam apenas 2,4% dos trabalhadores da Feira da Sé e 1,8% dos do Beco da Poeira.

Visualiza-se que o maior percentual entre os que possuem escolaridade é dos que têm o ensino fundamental, 40,7% na Feira da Sé e 35,8% no Beco da Poeira. Os que possuem o ensino médio somam 39,6% na Feira da Sé e 47,4% no Beco da Poeira. O nível de trabalhadores que chegaram a cursar o ensino superior é um dado bastante relevante, tendo em vista ser comum a ideia de que os trabalhadores do circuito inferior, principalmente ambulantes e camelôs, possuem baixo ou nenhum nível de instrução. O que se detecta é que esse quadro vem se modificando, sendo de 1,4% o percentual de trabalhadores com nível superior na Feira da Sé e, no Beco da Poeira, de 3,8%.

No perfil dos trabalhadores do Beco da Poeira, o percentual de nível superior já é maior que o de analfabetos. Em trabalho de campo realizado nesse local, obtiveram-se informações que indicam as áreas de graduação desses trabalhadores: Pedagogia, Marketing, Serviço Social, História, Administração e Arquitetura.

Outro dado interessante levantado por Mesquita (2008, p. 20), em pesquisa já mencionada, aponta que “[...] entre os mais escolarizados, chama-se a atenção à maior participação das mulheres, tanto no ensino médio, como no superior, enquanto a masculina é mais incisiva entre aqueles com menor instrução formal”. Dessa forma, Mesquita registra que houve crescimento no número de mulheres inseridas no circuito inferior (como já foi dito anteriormente) e que elas possuem os melhores índices de escolaridade.

Apesar da referida melhora no nível de instrução dos trabalhadores, entende-se que o nível de escolaridade de parcela considerável desses comerciantes do circuito inferior de Fortaleza ainda é baixo, tendo em vista terem cursado apenas o ensino fundamental, fato que vai ao encontro das pesquisas realizadas pelo Sine/IDT (2007) e apresentadas por Mesquita:

Observou-se que, em 2007, a maior parcela de trabalhadores informais era constituída por [...] pessoas com, no máximo, o ensino fundamental (60,20%). Por outro lado, cabe mencionar que cresceu o percentual de trabalhadores que concluíram, pelo menos, o ensino médio, de 31,92% (2000) para 39,80% (2007), fato que sinaliza claramente a incorporação de outros segmentos da força de trabalho na informalidade (MESQUITA, 2008, p. 19).

Assim, mesmo com a mudança favorável no nível de instrução das pessoas esse fato não as exime de ficarem de fora do mercado formal de empregos, como já alertou Melo e Teles (2000) acima, já que somente a escolaridade não é fator determinante de entrada ou permanência no setor formal da economia, ou seja, apenas a questão da escolaridade não impede que parcela significativa da população insira-se no circuito inferior da economia para sobreviver, como já foi observado neste trabalho.

**Tabela 10** – Perfil dos trabalhadores de acordo com o estado civil

FEIRA DA SÉ		BECO DA POEIRA	
Estado civil	(%)	Estado civil	(%)
Casado	62,9	Casado	57,2
Solteiro	25,6	Solteiro	35,0
Separado/ desquitado	9,1	Separado/ desquitado	5,2
Viúvo	2,2	Viúvo	2,0
Não informou	0,2	Não informou	0,6
Fonte: SDE/ 2006		Fonte: SDE/ 2005 – FCPC.	

A análise dos dados mostra que mais da metade dos trabalhadores, tanto na Feira da Sé (62,9%) quanto no Beco da Poeira (57,2%) são casados, indicando que os chefes de família tiram, do comércio de confecção, a renda para seu sustendo, o que vem confirmar o circuito inferior como refúgio de sobrevivência dos que não conseguem inserir-se no mercado moderno.

Vale salientar que muitas vezes os cônjuges dos chefes da família também estão envolvidos na atividade realizada. Segundo dados da PMF, 17,8% dos trabalhadores da Feira da Sé são cônjuges e 15% filhos, o que comprova a participação familiar nessa atividade. Martins e Dombrowski, em pesquisa sobre o trabalho informal de São Paulo, trataram dados que trouxeram informações semelhantes sobre o perfil desses trabalhadores:

[...] a distribuição dos ocupados segundo a posição na família revela a expressiva presença de chefes de família em ocupações informais. Por outro lado, supondo-se que a maioria de cônjuges seja formada principalmente por mulheres, este fato reafirma a discriminação por gênero no mercado de trabalho, expondo as mulheres de maneira mais intensa à informalidade. Também se observa o alto percentual de filhos ocupados em atividades informais, o que mais uma vez demonstra que os

jovens têm encontrado problemas em sua inserção no mercado de trabalho (MARTINS e DOMBROWSKI, 2000, p. 30).

Martins e Dombrowski levantam dois fatos já abordados na presente pesquisa: a forte presença feminina em atividade do circuito inferior. O segundo ponto é a presença de jovens nas atividades informais, na maioria filhos de trabalhadores. Esses jovens provavelmente estão dentro do percentual de solteiros apresentado na Tabela 10, acima. No caso da Feira Sé, esse percentual representa o segundo maior contingente (25,6%), seguido do de separados (9,1%) e de viúvos (2,2%). O Beco da Poeira, por sua vez, apresenta dinâmica idêntica, 35% de solteiros, 5,2% de separados e 2% de viúvos.

**Tabela 11** – Perfil do trabalhador de acordo com o número de familiares

FEIRA DA SÉ		BECO DA POEIRA	
Número de familiares	(%)	Número de familiares	(%)
1 a 3	30,2	1 a 3	36,0
4 a 6	58,0	4 a 6	47,5
7 a 10	10,5	7 a 10	6,7
11 a +	0,9	11 a +	6,8
Não informou	0,3	Não informou	3,0
Fonte: SDE/2006		Fonte: SDE/ 2005-FCPC.	
Tabelas adaptadas			

No circuito espacial de produção e venda de confecção, muitas das fabriquetas são instaladas na própria casa dos trabalhadores, em um cômodo ou no quintal. Nesse processo, identifica-se o que caracteriza o circuito inferior da economia: baixo grau de organização, de capitalização e de tecnologia. Geralmente a mão de obra é composta por vários membros da família (filhos, sobrinhos, cônjuges), responsáveis pela produção e comercialização da mercadoria.

O trabalho realizado em casa, com boa parte da mão de obra familiar, caracteriza-se como circuito inferior residencial (MONTENEGRO, 2011), cuja prática “[...] representa uma economia de tempo e dinheiro e quase sempre constitui a única possibilidade de ter uma atividade econômica” (SANTOS, 2008, p. 217). No caso do circuito de produção e venda de confecção do centro de Fortaleza, essa realidade é muito significativa.

A Tabela 11, exposta acima, apresenta o quadro familiar dos trabalhadores. Os dados mostram que o percentual de trabalhadores que têm de 1 a 3 membros na família corresponde a 30,2% na Feira da Sé e 36% no Beco da Poeira. O percentual mais expressivo é de trabalhadores com 4 a 6 membros na família, que somam 58% na Feira da Sé e 47,5% no Beco da Poeira. Acima desse número de membros, a Feira possui 11,4% e o Beco 13,5%.

Essa atividade comercial informal não se resume apenas à venda do produto, como se verá adiante, em que o percentual de trabalhadores produtores de mercadoria é bastante significativo e, como já exposto, a participação familiar é essencial na produção ou na comercialização da mercadoria. Segundo dados da PMF, 39,5% dos trabalhadores da Feira da Sé trabalham com 1 a 2 familiares, 10,3% trabalham com 3 a 4 pessoas da família e 1,3% contam com a ajuda de mais de 5 membros da família. No caso do Beco da Poeira, a presença familiar é mais expressiva na venda do que na produção de mercadoria. Muitos permissionários contam com o trabalho de familiares vendendo nos boxes, ou mesmo possuem mais de um boxe no local, o qual fica aos cuidados do cônjuge ou do filho. Segundo a PMF, 29% dos trabalhadores do Beco da Poeira têm familiares trabalhando em outros boxes e 17,2% possuem mais de um boxe.

Chama a atenção na pesquisa da prefeitura o percentual de 84% dos entrevistados que declararam trabalhar em boxes de parentes: esposo(a), filho(a), irmão(a), pai, mãe, tio(a), sobrinho(a), avô(ó), cunhado(a), o que ratifica a expressividade da participação familiar nessa atividade. Para Santos (2008), o emprego familiar, frequente no circuito inferior,

[...] permite que se aumente a produção sem que haja necessidade de mobilizar mais capital de giro. Apelar para assalariados tornaria a pequena empresa pouco competitiva e obrigaria a pagar encargos sociais e impostos. Em certos casos, sobretudo quando a demanda é flutuante, a transformação de uma empresa familiar em empresa capitalista acarretaria sua falência (SANTOS, 2008, p. 219).

Dessa forma, a utilização da mão-de-obra familiar torna-se estratégia importante na manutenção das pequenas fábricas de confecção.

**Tabela 12** – Perfil dos trabalhadores de acordo com a renda mensal

FEIRA DA SÉ		BECO DA POEIRA	
Renda (R\$)	(%)	Renda (R\$)	(%)
Menos de 300	2,8	Menos de 300	13,6
301 a 600	33,6	301 a 500	12,0
601 a 1000	19,2	501 a 1000	21,3
1001 a 2000	15,9	1001 a 1500	3,6
2001 a 4000	11,3	1501 a 2500	3,3
4001 a 6000	7,2	Mais de 2500	1,0
Não informou	10,0	Não informou	45,2
Fonte: SDE /2006		Fonte: SDE/ 2005-FCPC.	
Tabela Adaptada			

A renda dos trabalhadores do comércio de confecção do centro de Fortaleza apresenta níveis de variedade e desigualdade. A obtenção de algum tipo de renda para garantir a sobrevivência é fator que atrai parcela considerável da população pobre que quer inserir-se no mercado não moderno de trabalho, o qual tem como uma das características a “facilidade de entrada” bem como “[...] remuneração situando-se com frequência no limite ou abaixo do mínimo vital” (SANTOS, 2008). Montenegro expõe que o circuito inferior exerce

[...] um efeito de compensação sobre o mercado de trabalho em função da infinidade de pequenas atividades que fornecem ocupação e renda para grande parte da população pobre concentrada nas grandes cidades (Montenegro, 2011, p. 35).

Ao analisar os dados sobre a renda dos trabalhadores pesquisados, obtém-se que na Feira da Sé 2,8% dos trabalhadores tinham renda de menos de R\$ 300,00, enquanto no Beco da Poeira esse percentual é de 13,6%. Levando em consideração os salários mínimos nos períodos das pesquisas (de R\$ 300,00 em 2005 e de R\$ 350,00 2006), depreende-se que esses trabalhadores tinham renda abaixo do salário mínimo. Na Feira da Sé, os percentuais de trabalhadores que ganham entre R\$ 301,00 e R\$ 600,00 e entre R\$ 601,00 e R\$ 1000,00 são, respectivamente, de 33,6%, e 19,2%. No Beco da Poeira, 12% ganham entre R\$ 301,00 e R\$

500,00 e 21,3% recebem entre R\$ 501,00 e R\$ 1.000,00. Como se pode notar, a maioria dos trabalhadores ganha entre R\$ 301,00 e R\$ 1.000,00, ou seja, cerca de três salários mínimos da época em que a pesquisa foi realizada. Martins e Dombrowski, ao analisar a renda dos trabalhadores informais de São Paulo, obtiveram dados semelhantes:

O rendimento médio do trabalho informal é baixo. Ainda que ostente uma grande diferenciação interna, a maioria dos trabalhadores possui um rendimento mensal médio igual ou inferior a três salários mínimos (base 1998), em jornadas semanais médias de 43 horas (MARTINS e DOMBROWSKI, 2000, p. 30).

Dessa forma, os rendimentos apresentados são relativamente bons, considerando que boa parte dos que estão inseridos no mercado formal de trabalho ganha em média um salário mínimo. Montenegro destaca que

[...] mais de 40% do total dos ocupados no país seguem na faixa de rendimento de até um salário mínimo mensal, dentre os quais apenas dois de cada dez trabalhadores estão vinculados ao sistema de proteção social e trabalhista. (POCHMANN, 2010, p. 87 *apud* MONTENEGRO, 2011 p. 18).

Ao considerar a situação dos trabalhadores da Feira da Sé e do Beco da Poeira, aponta-se também que os ganhos apresentados na Tabela 12 não são algo fixo ou constante, podendo variar de acordo com o fluxo de compradores. Em datas comemorativas, como final de ano, o lucro desses trabalhadores é bastante considerável, contudo no geral o rendimento não é estável. Singer, em trabalho sobre o mercado de trabalho informal de São Paulo, acrescenta outros fatores de instabilidade de renda de trabalhadores desse mercado:

Os ganhos são incertos e muito variáveis nestas profissões. Os vendedores em ponto fixo, certamente uma das maiores categorias de trabalhadores informais, ganham em média R\$ 927 por mês, mas “com uma grande distância entre o menor ganho, que é de R\$ 150,00 e o maior, de R\$ 4.000,00”. A grande maioria dos informais exerce atividades precárias, quase todas sujeitas a repressão policial, o que torna os ganhos extremamente instáveis e incertos (SINGER, 2000, p. 12).

/Dessa forma, a instabilidade para esses trabalhadores é constante, indo da vulnerabilidade a qual são expostos até um rendimento mensal não fixo, que pode variar para mais ou menos de acordo com o fluxo de compradores. No caso do comércio de confecção de

Fortaleza, os trabalhadores que conseguem obter renda acima de mil reais mensais somam na Feira da Sé um percentual bem representativo (34,7%), enquanto no Beco da Poeira o percentual é de 7,9%, condição possivelmente relacionada ao fato de a maioria dos comerciantes da Feira da Sé produzir suas próprias mercadorias e fornecer inclusive para os comerciantes do Beco da Poeira. Santos esclarece melhor essa questão quando aborda o lucro nos circuitos da economia:

Apesar do controle dos preços que exercem as atividades do circuito superior e do lucro elevado correspondente ao volume da produção, o lucro por unidade produzida é reduzido. No circuito inferior, ocorre o contrário. O resultado total é pequeno e a margem de lucro por unidade é elevada (SANTOS, 2008, p. 95).

Dessa forma, ao eliminar, por exemplo, a existência da figura do intermediário, os comerciantes da Feira da Sé, que são ao mesmo tempo produtores da mercadoria que vendem, conseguem ter lucros mais rápidos e consideráveis por cada peça vendida porque as sacoleiras, em geral, atraídas pelos baixos preços, compram grandes quantidades de mercadorias realizando o pagamento em dinheiro. Assim sendo, como expõe Santos (2008, p. 98) o lucro por unidade é elevado, contudo “[...] não se deve confundir lucro global com lucro unitário”; para os comerciantes do circuito inferior o lucro global é baixo, possuindo eles renda suficiente apenas para a sobrevivência da família e pequeno capital para a manutenção da atividade.

**Tabela 13** – Perfil dos trabalhadores de acordo com o tempo de trabalho

FEIRA DA SÉ		BECO DA POEIRA	
Tempo	(%)	Tempo	(%)
Menos de 1 ano	23,6	Menos de 1 ano	13,1
1 a 2 anos	22,9	1 a 2 anos	17,3
3 a 5 anos	41,6	3 a 5 anos	12,5
Mais de 5 anos	9,5	Mais de 5 anos	44,9
Não informou	2,4	Não informou	12,2
Fonte: SDE/2006		Fonte: SDE/ 2005-FCPC.	
Tabelas Adaptadas			

Uma das características do circuito inferior enfatizada por Santos (2008) é a facilidade de ingresso nas atividades, que “[...] geralmente é fácil, na medida em que, para isso, é mais necessário o trabalho que o capital”. Contudo, após está inserido numa atividade, como, por exemplo, de ambulante ou camelô, qual o tempo que os trabalhadores permanecem nas mesmas? Ainda segundo Santos (2008), “[...] o emprego, no circuito inferior, raramente é permanente [...]”, ou seja, alguns trabalhadores exercem atividades no circuito inferior por não ter opções no circuito moderno, contudo, ao encontrar oportunidades nesse último, abandonam o primeiro, muitas vezes voltando a ele ao se desligarem do circuito moderno. Mesquita, sobre essa temática, salienta:

Conforme é conhecido, as relações de trabalho estão cada vez mais informais, o que tem promovido maior instabilidade no seu exercício, promovendo, sobretudo, elevada rotatividade da mão de obra. Um dado que sinaliza essa instabilidade ocupacional é que metade dos trabalhadores informais está há menos de dois anos no mesmo trabalho, o que permite perceber o longo período de tempo que estes trabalhadores precisam superar, mesmo não considerando o histórico das respectivas trajetórias profissionais (MESQUITA, 2008, p. 23).

No caso do comércio de confecção do centro de Fortaleza, os dados da Tabela 13 apresentada mostram que os comerciantes que trabalham há menos de 1 ano são mais numerosos na Feira da Sé (23, 6%), enquanto no Beco da Poeira esse percentual é de 13,1%. Os que trabalham de 1 a 2 anos somam 22,9% na Feira da Sé e 17,3% no Beco da Poeira. Na Feira da Sé, 41,6% (maior percentual) dos comerciantes trabalham no local de 3 a 5 anos, enquanto no Beco da poeira somam apenas 12,5%. Contudo o maior contingente do Beco da Poeira (44,9%) trabalha há mais de 5 anos no local, e na Feira da Sé apenas 9,5% trabalham há mais de 5 anos.

Percebe-se que os trabalhadores do Beco da Poeira apresentam um tempo maior de permanência nessa atividade, demonstrando uma maior estabilidade deles, fato possivelmente atribuído ao maior tempo de existência do Beco da Poeira e à relativa estabilidade locacional, pois o Beco possui características de camelódromo; já na Feira da Sé as mercadorias são comercializadas geralmente nas ruas, sem local fixo, expostas em lonas sobre chão ou em porta-malas de carros.

**Tabela 14** – Perfil do trabalhador de acordo com a produção da mercadoria

FEIRA DA SÉ		BECO DA POEIRA	
Especificação	(%)	Especificação	(%)
Produz integralmente	65,9	Fabricação própria	23,0
Produz parcialmente	10,5	Produz parcialmente	0,0
Não produz	23,6	Não produz	72,3
Fonte: SDE/2006		Fonte: SDE/ 2005-FCPC.	

Uma das dinâmicas mais significativas na Feira da Sé e no Beco da Poeira é a abrangência do trabalho realizado por muitos dos comerciantes da atividade, que produzem e vendem suas mercadorias.

Como se pode observar na Tabela 14, acima, essa realidade é mais efetiva no caso da Feira da Sé, onde 65,9% dos comercializam nesse local declararam produzir integralmente suas mercadorias e 10,5% dos trabalhadores produzi-las parcialmente. No processo parcial de produção, o trabalhador realiza, por exemplo, o corte das peças, terceirizando a fase de costura e de acabamento das peças para outros trabalhadores que possuem o equipamento adequado (máquinas para costura de jeans e para acabamento). A produção seja integral ou parcial ocorre em pequenas fábricas de confecção, em cômodos da casa do trabalhador ou mesmo nos quintais, lembrando a força de trabalho familiar na produção e também na venda das peças.

Essa venda direciona-se para locais já tradicionais na comercialização de confecção. Segundo dados da PMF, 18% dos vendedores da Feira da Sé comercializam também no Beco da Poeira, onde, de acordo com a Tabela 14, 72,3% dos comerciantes obtêm as mercadorias de outros vendedores/fabricantes, produzindo apenas 23% do que é vendido. Ainda de acordo com dados da prefeitura, aparecem outros importantes locais de venda dos trabalhadores da Feira da Sé: Beira-Mar, Monsenhor Tabosa, Praça José de Alencar, Feira da Parangaba e Feira da Messejana. Nesse contexto, Montenegro apresenta:

O ramo de confecções abriga, assim, diversas dinâmicas reveladoras do processo de reconfiguração do circuito inferior no período atual, assim como de suas relações com processos de diferentes ordens escalares (MONTENEGRO, 2011, p. 189).

Esse comércio é, pois, alimentado por uma articulação entre pequenas fábricas de confecções ligadas ao circuito inferior, as quais se abastecem de matéria-prima no comércio estabelecido no próprio centro, não esquecendo a relação com o comércio estabelecido da Rua Monsenhor Tabosa (como apresentou a pesquisa da PMF), onde se encontram butiques voltadas para um público com poder aquisitivo mais elevado.

Assim, percebe-se uma articulação entre os circuitos da economia urbana, em que a produção e a venda fazem parte do circuito inferior e a distribuição se processa pelos intermediários, que são o cume do circuito inferior e a base do circuito superior (SANTOS, 2008).

Não se pode esquecer, no entanto, o fato de que essa relação entre os circuitos caracteriza-se por uma hierarquia na qual “[...] o circuito inferior na realidade é dependente do circuito superior”, além disso, “[...] os circuitos da economia urbana devem ser vistos como subsistemas do sistema urbano, no qual todas as formas de trabalho estão integradas” (MONTENEGRO, 2012, p. 154). No caso do comércio de confecção de Fortaleza, a partir do que foi exposto, percebe-se como essa dinâmica ocorre. Acerca do comércio de confecção típico do circuito inferior, Montenegro (2011) teoriza:

A fabricação e a comercialização de roupas e acessórios se consolidam, cada vez mais, como um ramo concentrador de ocupações entre os agentes do circuito inferior e, por conseguinte, como opção de geração de renda para a população pobre. A dimensão assumida por este fenômeno nas grandes metrópoles está relacionada, também, à expansão do consumo de bens não-duráveis entre a camada de baixa renda (MONTENEGRO, 2011, p. 188).

Dessa forma, atualmente o comércio de confecção é “uma das atividades mais representativas do circuito inferior nas grandes cidades brasileiras” de tal forma que a “[...] fabricação e a comercialização de roupas e acessórios envolvem uma parcela importante dos trabalhadores do circuito inferior” (MONTENEGRO, 2011, p.188). No cenário da metrópole cearense, nas últimas décadas, a produção e venda de confecção vem se ampliando e consolidando, destacando-se o centro da capital como principal lócus dessa atividade.

**Tabela 15** – Perfil do trabalhador de acordo com o tipo de mercadoria produzida

FEIRA DA SÉ		BECO DA POEIRA	
Produtos vendidos	(%)	Produtos vendidos	(%)

Confecção (masc.fem.inf.)	60	Confecção (masc.fem.inf.)	57,2
Jeans	3,0	Jeans	9,8
Modinha	9,8	Modinha	5,6
Moda praia	1,4	Moda praia	1,3
Moda íntima	11,2	Moda íntima	4,9
Artesanato	2,7	Calçados - sandálias	2,2
Outros	11,9	Bolsas - cintos	1,3
		Discos e CDs	0,6
		Miudezas	1,5
		Relógios - óculos	0,8
		Acessórios para celular	1,6
		Outros	13,2
Fonte: SDE/2006		Fonte: SDE/ 2005-FCPC.	
Tabelas adaptadas			

Os dados da Tabela 15, acima, evidenciam a importância da venda de vestuário nesses dois locais. Dos comerciantes da Feira da Sé, 85,4% trabalham com artigos de vestuário (masculino, feminino e infantil) tipo jeans, moda praia, moda íntima e modinha; no Beco da Poeira esse percentual é de 78,8%.

A venda de confecção no centro da cidade permite que grande quantidade de pessoas tenha acesso a produtos os quais não poderiam ser adquiridos no circuito superior, e a atividade de confecção de Fortaleza atualmente gera expressiva quantidade de ocupação seja nas fabriquetas ou na comercialização.

Pelos dados da Tabela 15, fica claro que o principal produto comercializado nos dois locais analisados é a confecção, havendo também a venda de outros produtos, contudo em menor proporção. Na Feira da Sé, produtos como artesanato, acessórios, entre outros, somam 14,6% do que é vendido. No Beco da Poeira, a porcentagem e a variedade de produtos são maiores. Bolsas, sandálias, relógios, óculos, CDs, acessórios para celular, entre outros artigos, somam 21,2% do que é comercializado. A venda de acessórios para celular configura-se uma das estratégias do circuito inferior diante das constantes mudanças tecnológicas, decorrentes do atual processo de modernização.

Montenegro (2006, p. 82), ao analisar a relação do circuito inferior com as variáveis da modernidade, na cidade de São Paulo, entende que “[...] diante da emergência de novas variáveis chave – a técnica, a informação, o consumo, a publicidade e as finanças – os circuitos da economia urbana encontram certamente formas renovadas de manifestação”. A autora acrescenta que

[...] as atividades desse circuito ampliam suas formas de ação e sua presença no mercado. As pequenas oficinas de conserto de aparelhos de telecomunicações constituem um bom exemplo da relação do circuito inferior com a renovação permanente das técnicas, assim como propiciam a continuidade da circulação de uma base técnica que se liga tanto às variáveis materiais como imateriais do período, como a informação e a comunicação (MONTENEGRO, 2006, p. 82).

Assim, percebe-se mais uma estratégia desenvolvida pela população que faz parte do circuito inferior da economia do centro da cidade de Fortaleza – a aproximação das variáveis que marcam os dias de hoje.

Diante do que foi apresentado neste tópico, foi possível conhecer melhor os trabalhadores que fazem parte do circuito de produção e venda de confecção do centro da cidade. Os perfis dos dois locais analisados são bastante semelhantes, confirmando a atividade comercial informal como familiar, tanto no processo de produção (mais significativo no caso da Feira da Sé) como no destino final, a venda, sendo preponderante a comercialização de produtos da linha de confecções. Mais da metade dos trabalhadores é do sexo feminino, composta por jovens adultos, em sua maioria casados, apresentando melhoras no nível de educação, contudo ainda com baixos ganhos mensais, com pequenas exceções dos que ganham acima de três salários mínimos. A possibilidade de ganhos maiores que o salário mínimo é um dos fatores que atraem trabalhadores a inserir-se em atividades como o comércio do circuito inferior.

O capitalismo, no seu constante processo de reformulação para garantir sua reprodução, traz implicações consideráveis ao circuito inferior, fato que remete a Dantas (1995) que, ao analisar o comércio ambulante de Fortaleza com base no pensamento de Souza (1984), expõe que “[...] o capital para produzir mercadorias não necessita exclusivamente do trabalho assalariado”, acrescentando que

[...] a história do capitalismo revela que ora o capital recria, ora estimula a reprodução de trabalhos não assalariados como recurso para sua ampliação. O seu objetivo principal é a produção de mercadorias e não, necessariamente, a reprodução

do trabalho assalariado, embora seja esta a sua relação de trabalho ideal (SOUZA, 1984, p. 51-52 apud DANTAS, 1995, p. 27).

Diante de tais relações não tipicamente capitalistas, entende-se o circuito de produção e venda de confecção do centro da cidade como refúgio para uma parcela significativa da população pobre da capital e sua região metropolitana que encontra no circuito inferior oportunidade de trabalho e consumo, reproduzindo, de certa forma, o atual cenário de vulnerabilidade existente. De acordo com Montenegro, se, por um lado,

[...] o circuito superior, que é aquele capaz de oferecer os maiores salários, se torna cada vez menos empregador, a pobreza tende a aumentar. Por outro lado, e como parte deste mesmo processo, se o trabalho passa a se realizar cada vez mais no âmbito do circuito inferior, onde as remunerações são menores, temos também, como consequência, o aumento da pobreza; uma vez que o capital, já escasso, deve ser cada vez mais partilhado, fracionado, assim como a própria divisão do trabalho que caracteriza esse circuito (MONTENEGRO, 2011, p. 35).

No centro da cidade de Fortaleza, o circuito inferior, especificamente o comércio de confecção, materializa sobre o espaço uma dinâmica significativa para a população pobre, espelhando a realidade desigual da capital cearense e sua região metropolitana.

#### **4.4 Atual configuração das relações entre os dois circuitos da economia urbana no comércio de confecção do centro de Fortaleza**

Discutiu-se e reforçou-se neste trabalho um posicionamento de que, apesar de a economia urbana ser compostos por dois circuitos econômicos distintos, fruto do atual processo de modernização, um de forma mais direta (circuito superior) e o outro mais indireta (circuito inferior), as implicações da economia urbana sobre o espaço se dá de modo a compreender os dois circuitos funcionando em conjunto. Até porque não se trata aqui de uma análise dualista, como bem expôs Santos, muito menos versa sobre sistemas fechados em suas próprias dinâmicas, isolados, impermeáveis entre si, mas,

[...] ao contrário, estão [os circuitos] em interação permanente. De um lado, a própria existência de uma classe média impede de se falar em circuitos fechados. Seu consumo dirige-se a um ou outro circuito com frequências variáveis. De outro lado, o funcionamento de cada circuito compreende uma articulação interna ou horizontal, com diferentes graus de integração, e uma articulação vertical que se

realiza pela comunicação entre atividades dos dois circuitos (SANTOS, 2008, p. 261).

O autor entende que o circuito inferior, produto da atual modernização em permanente processo de transformação e adaptação, possui em todas as cidades forte vínculo com os setores modernos da economia, tendo em vista parte de seu abastecimento proceder direta ou indiretamente dos referido setores. Dessa forma, Santos (2008, p. 39) atenta para um aspecto importante, “[...] o da dependência do circuito inferior em relação ao superior”.

Além dessa relação de dependência, Santos atenta também para as relações de complementaridade e concorrência entre os circuitos, ambas resumindo “[...] toda a vida do sistema urbana”. Assim sendo:

Os dois subsistemas estão em permanente estado de equilíbrio instável. Sua complementaridade, ocasional ou durável não exclui a concorrência; a própria complementaridade não representa outra coisa senão um momento privilegiado de uma certa evolução que conduz a uma dialética dos circuitos (SANTOS, 2008, p. 261).

No caso do circuito espacial de produção e venda de confecção em Fortaleza, a relação entre os circuitos é apreendida desde o processo de produção, realizado em pequenas facções, geralmente instaladas na própria residência dos trabalhadores, cuja matéria-prima utilizada é obtida no comércio ou nas indústrias de tecidos do circuito superior ou superior marginal.

Vale ressaltar que Dantas (1995, p. 98), ao analisar o comércio ambulante no centro de Fortaleza, já registrava a relação entre o comércio estabelecido e os vendedores ambulantes, pois muitos ambulantes adquiriam e ainda adquirem suas mercadorias com os comerciantes formais, além do que muitos desses comerciantes negociam a permanência de camelôs nas portas das lojas, bem como chegam a fazer acordos que lhes permitem o uso de máquinas de cartão de crédito, caso necessitem. Dantas também já apontava para a consolidação das facções de fundo de quintal que “[...] podem dispor de produtos similares aos lançados pela mídia” e as quais terão extrema importância na consolidação da Feira da Sé, no Beco da Poeira e no Esqueleto.

Nesse sentido, outro fato importante, diz respeito à relação mantida entre as grifes de butikues e as facções onde ocorre a terceirização da produção das peças. Para preservar a marca da grife, é contado o número de etiquetas que vão para a confecção, sendo geralmente

enviado o número exato de etiquetas para as peças que serão feitas, estratégia que representa o fato de que o

[...] o circuito inferior busca responder ao aumento do consumo, diversificando serviços e produtos oferecidos, muitas vezes inspirados naqueles do circuito superior, através da constante renovação de uma divisão do trabalho imitativa (SANTOS 1996a). (MONTENEGRO, 2011, p. 46).

Montenegro complementa a análise:

Este rearranjo na divisão social e territorial do trabalho no ramo das confecções nos aponta, ainda, “novas” formas de relação entre os circuitos superior e inferior, que surgem especialmente com a terceirização de determinadas tarefas. Aprofunda-se, conseqüentemente, a subordinação do circuito inferior frente ao superior, haja vista sua maior dependência de atravessadores e o caráter intermitente das encomendas (MONTENEGRO, 2011, p.189).

Essa dependência do circuito inferior em relação ao superior reflete-se em outras ações, como a compra dos equipamentos, por exemplo, as máquinas de costura. Essas máquinas, quando não são adquiridas de segunda mão, fato característico do circuito inferior, são obtidas no comércio do circuito superior, com formas de pagamento parceladas, dinheiro de empréstimos, cartão de crédito, condições que muitas vezes levam ao endividamento dos trabalhadores.

Atualmente, a facilidade que os trabalhadores do circuito inferior encontram para obter crédito em empresas financeiras, como já se discutiu no capítulo 3 deste trabalho, representa o “[...] avanço do circuito superior sobre mercado tradicionalmente do circuito inferior”, refletindo, dessa forma, a relação de subordinação, hierarquia e concorrência entre os circuitos, marcada, nesse caso, por importante “[...] variável do período atual, as finanças” (SILVEIRA, 2009, MONTENEGRO, 2011).

O uso da máquina de cartão de crédito pelos comerciantes do comércio de confecção, principalmente pelos vendedores do Beco da Poeira, detectado nos trabalhos de campo, é outro fator que revela o avanço do circuito superior sobre o circuito inferior. Montenegro, em pesquisa sobre o circuito inferior, realizada em algumas capitais brasileiras, inclusive Fortaleza, aborda a questão do uso das máquinas de cartão de crédito pelos comerciantes do Beco:

Diferentes situações nas cidades analisadas revelam como o dinheiro, já escasso no circuito inferior, vem sendo drenado para o circuito superior por meio da difusão destes objetos técnicos entre os pequenos negócios. No entanto, este fato não tem passado despercebido entre os agentes da economia pobre (MONTENEGRO, 2011, p. 193).

Além do uso dos cartões de crédito, a presença de caixas eletrônicos 24 horas em alguns centros comerciais que se estruturaram em torno da área da Feira da Sé, permitindo aos comerciantes e consumidores (preponderantemente sacoleiras de outros estados) acesso rápido a dinheiro, reforça o caráter expansivo do circuito superior sobre o inferior. Montenegro (2011) auxilia o entendimento dessa atual configuração da economia urbana:

Na medida em que os circuitos da economia urbana se definem tanto pelas atividades realizadas quanto pelos estratos da população que se ligam a eles pela realização da atividade e pelo consumo (SANTOS, 1978), multiplicam-se hoje, face a esses processos, as relações entre eles. Estabelecem-se, no período atual, novas articulações entre o circuito inferior, enquanto a população que consome e trabalha predominantemente nesse circuito, e os grandes agentes do circuito superior, como os bancos e suas instituições de crédito pessoal, as grandes redes de varejo, dentre outros. Neste sentido, poderíamos afirmar que se trata mais propriamente de novas formas de interferência do circuito superior no circuito inferior, as quais alavancam a drenagem de dinheiro, já escasso, do último para o primeiro (MONTENEGRO, 2011, p. 49).

Dessa forma, é perceptível que o centro da cidade de Fortaleza é local almejado por grandes redes comerciais e financeiras. Silveira (2009) explica que isso acontece porque o circuito superior “[...] não despreza nenhum mercado, ainda mais quando nele pode introduzir sofisticados instrumentos financeiros”. Nesse sentido, considerando a densidade de relações comerciais que ocorrem no circuito de produção e venda de confecção tanto do Beco da Poeira quanto da Feira da Sé, mesmo composto por segmento populacional de baixa renda, seu “[...] volume total torna-se significativo” (SILVEIRA, 2009).

O uso de algumas técnicas modernas, como o telefone celular bem como computadores, pelos agentes do circuito de venda de confecção do centro como instrumento de negócios é um dado interessante a ser apresentado. A rapidez na comunicação tornou-se fator indispensável no desenvolvimento dessa atividade:

A expansão do acesso ao telefone celular no país nos últimos anos confirma o fato de que “uma das características marcantes do sistema atual, comparado com os

anteriores, é a rapidez de sua difusão” (SANTOS, 1996a, p.178). As novas tecnologias de comunicação e informação abrangem, hoje, de fato, muito mais gente e colonizam muito mais áreas e esferas da vida (MONTENEGRO, 2011, p. 51).

Dessa forma, diante dessa “redefinição do circuito inferior face à crescente incorporação de novas tecnologias em suas atividades” (MONTENEGRO, 2011), a comunicação via celular tornou-se uma forma de os vendedores do comércio popular de Fortaleza dinamizarem sua atividade. Eles distribuem cartões de visita com os números de contato, buscando divulgar e ter uma comunicação mais frequente com os seus clientes. Os cartões, assim, agilizam as relações comerciais entre vendedor e clientes, que muitas vezes são de outras cidades do estado ou mesmo de outras regiões do país.

Outra forma de comunicação utilizada pelos vendedores do Beco da Poeira e da Feira da Sé são as redes sociais da internet, onde os vendedores divulgam tanto os locais de venda quanto as marcas de vestuário que criam, sendo possível, portanto, encontrar perfis no Facebook tanto do Beco como da Feira, com a apresentação de propagandas e fotos das peças comercializadas (Figuras 7 e 8).

The image shows a screenshot of a Facebook page for 'Feira da Sé Fortaleza' and a promotional flyer for 'Camisas Gringas'.

**Facebook Page:** The page features a cover photo with the text 'Feira da Sé Fortaleza' in a stylized font. Below the cover, there are navigation tabs for 'Linha do tempo', 'Sobre', 'Fotos', 'Amigos', and 'Mais'. A green button labeled 'Adicionar aos amigos' is visible.

**Camisas Gringas Flyer:** The flyer has a red background and displays various t-shirts. It includes the following text:
 

- FEIRA DA SÉ FORTALEZA**
- OS 10.000 FEIRANTES DA MAIOR FEIRA DE CONFEÇÃO DO BRASIL, OS HEROIS DA MADRUGADA, QUE DEIXAM SEUS LARES E FAMILIAS E O LAZER DO FIM DE SEMANA PARA TRABALHAR. AGRADECEM AOS SACOLEIROS DE TODO O BRASIL, AO POVO DE FORTALEZA. SOCIEDADE, AMIGOS DA FEIRA E FAZEMOS UM CONVITE PARA NOS VISITAR E
- Camisas Gringas**
- (85) 8539 3223 (85) 9790 7251
- tendadascamisas@gmail.com
- facebook.com/tendadascamisas
- Feira da Sé | Central dos Fabricantes
- Logo for 'Snapper' is also present.

**Figura 7** – Propagandas da Feira da Sé na internet

Fonte: <<http://www.facebook.com/fortalezafeiradase>>.



**Figura 8** – Propaganda do Beco da Poeira na Internet

Fonte: <<http://www.facebook.com/groups/>>.

A utilização da internet como meio de divulgação de produtos reflete “[...] a crescente importância da mesma enquanto fonte de informações para as mais diversas atividades”, alcançando atualmente o circuito inferior. Montenegro, sobre isso, declara que

[...] a ampliação do acesso à informação, mesmo àquela de tipo mais trivial, já implica uma transformação nas dinâmicas atuais do circuito inferior, sobretudo em São Paulo, onde se concentra uma maior densidade técnica e comunicacional. Os mais diferentes ramos se beneficiam da possibilidade de acessar informações relacionadas ao funcionamento de suas atividades, como, por exemplo, costureiras que seguem as tendências da moda em novelas [...] (MONTENEGRO, 2011, p. 58).

No caso da Feira da Sé e do Beco da Poeira, a internet torna-se importante ferramenta já que considerável parcela de seus clientes procede de outros estados, e auxilia os comerciantes a estarem atualizados no que se refere a suas atividades, no caso, como aponta Montenegro acima, as tendências da moda. Assim, atualmente os comerciantes de confecção variam sua forma de propaganda, que antes resumia-se à divulgação boca a boca e hoje engloba cartões de visita e redes sociais. Nesse sentido, Montenegro acrescenta que:

[...] as formas de propaganda adotadas pelo circuito inferior hoje, não apenas em São Paulo, mas também nas demais metrópoles brasileiras, se diversificam para além do “boca a boca”. A sofisticação da publicidade realizada pelas grandes empresas e o aumento da concorrência por parcelas do mercado pertencentes tradicionalmente ao circuito inferior lhe impõem, cada vez mais, a necessidade de maior divulgação de suas atividades (MONTENEGRO, 2011, p. 57).

Ante a necessidade de divulgação, o circuito inferior vem adotando técnicas típicas da modernidade as quais antes só eram utilizadas pelo circuito superior da economia. Isso demonstra uma aproximação entre os circuitos, aproximação essa que não deve ser entendida como uma possível equiparação entre eles, mas sim como uma relação de concorrência, pois torna-se importante “[...]considerar que embora hoje se amplie o acesso dos agentes do circuito inferior às variáveis dominantes do período atual, como os objetos técnicos modernos, a distância entre os circuitos não deixa de aumentar, pois os limites entre eles são, sempre, relacionais” (MONTENEGRO, 2011, p. 40), ou seja, apesar dos esforços e das estratégias adotadas pelo circuito inferior no sentido de manter-se, diante das constantes transformações, sua relação com o circuito superior é sempre caracterizada pela hierarquia, complementaridade e concorrência.

#### **4.5 O comércio de confecção do centro de Fortaleza como polarizador regional**

*[...]Francisca Maria de Lima, 48 anos, abastece o estoque da sua loja na José Avelino, pelo menos uma vez por mês. Ela mora em Parnamirim (RN), e também costuma ir às feiras dos municípios de Caruaru e de Santa Cruz, ambos em Pernambuco. “Gosto mais de Fortaleza, porque aqui tem uma maior variedade de produtos”. O motorista de ônibus Israel Pereira, 31 anos, traz toda semana cerca de 40 pessoas de São Luís (MA) para a José Avelino. Ele diz que em média cada um dos passageiros traz R\$ 5 mil. “Não sei aqui no Ceará, mas lá no Maranhão todo mundo sabe dessa feira”, diz Israel, que há cinco anos faz o trajeto entre São Luís e Fortaleza uma vez por semana.(O POVO, 11/08/13).*

A força do comércio de confecção do centro fortalezense é significativa no cenário nacional, e adquire caráter polarizador, destacando-se as dinâmicas econômicas e socioespaciais, que alcançam um público nacional e internacional.

Tanto o Beco da Poeira como a Feira da Sé registram a presença de compradores que provêm tanto da RMF quanto de municípios interioranos e de outros estados da região. Em relação à Feira da Sé visualiza-se melhor a espacialização dos seus compradores no Mapa 7, abaixo, que demonstra o raio de influência desse comércio, apresentando as capitais do país que possuem frequentadores atraídos pela variedade e preços da Feira da Sé. Percebe-se, ainda, que o comércio de confecção do centro polariza quase todas as regiões do país, com exceção da região Sul.

Mapa 7 – Fluxo de compradores interestaduais para a Feira da Sé



Em trabalho de campo realizado no Beco da Poeira, os comerciantes foram perguntados sobre a procedência dos clientes, e as respostas apontaram uma presença significativa de pessoas de outros estados – Maranhão, Rio Grande do Norte, Bahia, Piauí, Paraíba, Maceió, Recife, Brasília, Goiás, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins – e de cidades do interior como Sobral, Tianguá, Guaraciaba do Norte<sup>25</sup>, entre outras.

Quanto à Feira da Sé, seu raio de influência chama a atenção pela proporção que tomou nos últimos anos, tendo recebido, segundo dados da PMF, um grande contingente de compradores, principalmente sacoleiras, provenientes das regiões Norte (Belém, Manaus); Nordeste (Teresina, São Luís, Natal, João Pessoa, Maceió, Recife, Salvador); Centro-Oeste (Brasília); Sudeste (São Paulo)<sup>26</sup>. É relevante destacar também a presença de compradores de outros países como Suriname, Cabo Verde e Guiana Francesa. A Tabela 16, abaixo, mostra o raio de influência da Feira da Sé.

A quantidade de ônibus que saem das cidades acima mencionadas - cerca de 120 nas datas comemorativas - em direção ao centro de Fortaleza ratifica o caráter polarizador que a Feira da Sé possui.

**Tabela 16** – Destino das vendas dos ambulantes da Feira da Sé

DESTINO	F. RELATIVA	DESTINO	F. RELATIVA
Fortaleza	31,8	Brasília	1,8
São Luís – MA	22,0	João Pessoa – PB	1,7
Belém – PA	21,6	Manaus – AM	1,0
Natal – R.N	18,1	Maceió – AL	0,7
Teresina – PI	13,4	Cabo Verde – África	0,3
Recife – PE	8,6	Interior do Ceará	8,2
Salvador – BA	4,2	Outros Estados	8,0
São Paulo	3,5	Não informou	4,6
Fonte: SDE/2006.			

<sup>25</sup> Fonte: Pesquisa Direta.

<sup>26</sup> Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza/ Secretaria Regional do Centro.

Dessa forma, o comércio de confecção é importante para a economia urbana da cidade, sendo capaz de atrair grande contingente de pessoas que se deslocam em função da atratividade que esse comércio vem exercendo no cenário nacional e internacional.

---

## 5

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

No cenário metropolitano de Fortaleza, destacou-se o centro da capital como um dos mais importantes lócus de sociabilidade da região, que se sobressai na economia urbana da cidade como o segundo arrecadador de ICMS do estado e o maior gerador de empregos formais na área de comércio e serviços.

Nos últimos anos tem sido significativo o reforço de algumas funcionalidades como, por exemplo, a habitação. Conforme o censo de 2010 do IBGE, os moradores dessa área somam 28.538, chamando a atenção o crescimento registrado de 15,18% entre os anos de 2001 (quando havia 24.775 habitantes) e 2010.

O retorno de importantes órgãos públicos – que após a década de 1970 saíram do centro – como a PMF e a presença de outros, como a Secefor, a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (Secult), a Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor) e o Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas (Dnocs) é fato importante a ser registrado.

O Centro tornou-se o principal centro das cidades metropolitanas, as quais possuem intensas relações com o bairro, por ele ser local de consumo, de trabalho e de educação de muitos cidadãos metropolitanos. A ligação do bairro com a RMF é feita através de várias linhas de ônibus metropolitanas que finalizam no Centro, seguindo o antigo traçado radiocêntrico da cidade. Salienta-se ainda que a inauguração da linha sul do Metrofor reforçará a ligação da RMF com o bairro.

Dessa forma, o Centro exerce importância não só para a cidade de Fortaleza, mas para toda sua região metropolitana, com expressivo papel na economia urbana dessa região, tanto no circuito superior – com significativa presença de grandes redes de varejo e importantes financeiras, entre outros estabelecimentos – como no circuito inferior.

Ao focar nesta pesquisa o circuito inferior da economia, constatou-se que em Fortaleza, nos últimos anos, houve considerável aumento das atividades de baixa produtividade e capitalização, características desse circuito. Em 2007, mais da metade da

população da capital (55,9%), segundo dados do Sine/IDT, estava inserida nesse tipo de atividade, o maior índice registrado da década de 2000.

Aponta-se que o fortalecimento do circuito inferior do centro de Fortaleza está intimamente ligado ao comércio de confecção, destacando a dinâmica socioespacial de dois locais símbolos dessa atividade na capital cearense: O Beco da Poeira e a Feira da Sé. Esses locais modificam de forma efêmera ou permanente a área central onde se inserem e possuem importante dinâmica dá vida ao Centro, num mosaico de sons, cheiros e movimento de pessoas e mercadorias durante todo o dia e também nas madrugadas de alguns dias da semana.

O Beco da poeira, desde o início da década de noventa, tornou-se um dos mais importantes centros do comércio popular da capital e durante muito tempo estruturou, junto com a Praça José de Alencar e a Praça da Lagoinha, um verdadeiro corredor de comércio ambulante. O Beco possui como carro-chefe a venda de confecção, atendendo um público tanto da capital e de sua região metropolitana bem como de várias capitais do país. Com a construção da estação do metrô de Fortaleza no local onde o Beco funcionava há mais de 19 anos, esse comércio foi transferido para a Fábrica Tomaz Pompeu, uma melhor estrutura nas proximidades do antigo Beco da Poeira.

Devido a esse processo de remoção, que ocorreu no ano de 2010, muitos conflitos foram travados entre os comerciantes e o poder público municipal. Os reflexos desse processo foram a refuncionalização da Fábrica Tomaz Pompeu, bem como uma fragmentação do território do Beco da Poeira, fragmentação essa que estruturou três espaços que se consideraram Beco da Poeira: o primeiro, reconhecido pela prefeitura, é o Centro de Pequenos Negócios (localizado na antiga fábrica Tomaz Pompeu); o segundo abriga os trabalhadores que ocupavam o entorno da construção da estação do metrô (já finalizada); o terceiro é a estrutura que vem se fortalecendo como o Esqueleto e ganhando importância no cenário da capital.

Dessa forma, ocorreu significativa mudança nessa área. A Praça José de Alencar e a Praça da Lagoinha passaram por reformas e pela retirada dos ambulantes e camelôs, contudo já é possível observar a presença de ambulantes nesses locais, os quais se aproveitam do constante fluxo da área, agora reforçado pela presença da Estação José de Alencar do Metrofor.

A Feira da Sé surgiu no final da década de noventa, com um pequeno grupo de artesões que comercializavam sua produção nas proximidades da Catedral da Sé, e, ao longo dos anos, especializou-se na venda de confecção, ganhando proporções que hoje ultrapassam os limites da região metropolitana, abrangendo várias cidades do interior do Ceará e estados das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do país. Registra-se também a presença de pessoas provenientes de países como Cabo Verde e Guiana Francesa. A maioria dos clientes da Feira da Sé são também trabalhadores do circuito inferior, são sacoleiras que passam horas em ônibus fretados especialmente para a realização das compras no comércio de confecção do centro da cidade de Fortaleza.

Segundo a PMF, cerca de 80 a 90 ônibus originários de outros estados trazem as sacoleiras para a Feira. Essas pessoas atravessam a madrugada fazendo compras em busca de preços que possam possibilitar uma renda considerável quando repassado para seus clientes nas suas regiões de origem.

A Feira destaca-se também pelas transformações ocorridas na última década no espaço onde está instalada, como o estabelecimento de vários equipamentos específicos para o comércio de confecção, como galpões na Rua José Avelino (os quais foram refuncionalizados, pois no século XIX eram usados para armazenar algodão exportado para fora do estado), centros comerciais de venda de confecção, além de lojas e de um *shopping* popular que vende principalmente vestuário e acessórios.

Assim, os feirantes, que antes comercializavam exclusivamente nas ruas como ambulantes, expondo mercadorias sobre lonas ou porta-malas de carros, hoje se fixaram nos locais acima mencionados. No entanto, mesmo possuindo boxes nos galpões ou nos centros comerciais, muitos feirantes não dispensaram a venda nas ruas, fato que se registrou em entrevistas realizadas em trabalho de campo.

Diante dessas características, a Feira funciona de forma efêmera e permanente. Na forma permanente, os centros comerciais funcionam normalmente durante o dia, todos os dias da semana, e na forma efêmera, que consagrou a Feira da Sé como um dos símbolos do comércio de confecção da região Nordeste, as atividades acontecem de domingo a partir das 16 horas até segunda-feira às 12 horas, e de quarta-feira às 18 horas até quinta-feira às 12 horas, período de maior fluxo tanto de vendedores como de sacoleiras.

No que concerne ao perfil dos trabalhadores do comércio de confecção, percebe-se, através da análise dos dados, que o nível de instrução da maioria ainda é baixo, contudo visualizam-se consideráveis melhoras pelos baixos índices de analfabetos, pelo considerável número de trabalhadores que terminaram o ensino médio e pelo percentual dos que possuem ensino superior. Esse quadro remete à afirmativa de Santos:

A evolução da economia moderna segue seu curso, exigindo cada dia mais qualificação da parte dos trabalhadores e baixando o coeficiente de emprego por causa de uma tecnologia incessantemente renovada. A economia não moderna, o circuito inferior, sendo autoinflacionária (ARMSTRONG E MCGEE, 1968), recebe o grosso da mão de obra [...] (SANTOS, 2011, p. 92).

Dessa forma, depreende-se que apesar da melhora no nível de instrução dos trabalhadores eles ainda não conseguiram alcançar a exigência de uma modernização em constante renovação. Se antes o mercado não moderno (circuito inferior) abrigava os analfabetos, hoje ele acolhe também aqueles que, mesmo com certo grau de escolaridade, não conseguem inserir-se no mercado moderno (circuito superior) de trabalho, o que sugere que só a questão da instrução não é fator determinante para a inserção e a permanência na economia moderna.

Destaca-se também a significativa presença feminina. As mulheres, além de ser maioria, possuem melhores níveis de instrução, segundo dados do Sine/IDT, fato que reflete nos dados de escolaridade dos trabalhadores do Beco da Poeira e da Feira da Sé. Outro fato importante no perfil dos trabalhadores diz respeito à produção da mercadoria. Na Feira da Sé, mais de 65% dos trabalhadores produzem o que comercializam, geralmente em fabriquetas na própria casa. Tal fato revela que a relação existente entre comércio de confecção e produção de mercadoria é marcada pela força de trabalho em família, a qual se empenha na produção e na venda dos produtos comercializados (fato constatado na análise do perfil dos trabalhadores).

Portanto, esse comércio é alimentado por uma articulação entre pequenas fábricas de confecções, ligadas ao circuito inferior, as quais se abastecem de matéria-prima no comércio estabelecido no próprio centro.

A relação entre os circuitos da economia, outro ponto importante analisado, caracteriza-se pela “complementaridade, competição e subordinação” do circuito inferior em

relação ao superior. No caso do comércio de confecção do centro de Fortaleza, essa relação abrange desde a obtenção de matéria-prima e equipamentos para a produção da mercadoria até o consumo e a utilização de serviços (restaurantes do centro, por exemplo) pelas sacoleiras de outras cidades do interior do estado e de cidades de outros estados.

O circuito inferior, para garantir sua permanência, vem aplicando estratégias antes só adotadas pelo circuito superior da economia: a utilização de técnicas e instrumentos modernos como máquinas de cartão de crédito e computadores. Nesse caso, destaca-se o uso das redes sociais, especificamente o Facebook, como forma de divulgação tanto da Feira da Sé como do Beco da Poeira.

Conclui-se que o comércio de confecção do centro de Fortaleza tornou-se de extrema importância para a economia da cidade, apresentando caráter polarizador não só na RMF, mas também em diversos estados e outras regiões do país, exercendo, portanto, influência sobre os trabalhadores e o comércio de outras localidades.

Assim, o fenômeno discutido nessa pesquisa é amplo e complexo suscitando outras questões como qual o significado da Feira da Sé e Beco da Poeira para o dinamismo da economia das cidades para onde são levados os produtos comercializados no Centro? As sacoleiras se deslocam por quilômetros com o propósito de comprar no comércio de confecção do centro de Fortaleza; qual o reflexo disso no local de trabalho delas, ou seja, nas cidades em que moram? Essas questões bem como outras que possam vir a ser levantadas necessitam de maior aprofundamento no sentido de entender melhor a amplitude do fenômeno sobre o espaço regional.

---

## REFERÊNCIAS

---

- ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2ª edição. Londrina: Praxis, 2007.290p.
- AMORA, Z.B. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, J.B. et al. (orgs). **Ceará**: um novo olhar geográfico. 2 ed. Fortaleza: Edição Demócrito Rocha, 2007.
- ARAÚJO, A.M. Matos. **Fortaleza, Metrópole Regional**: trabalho, moradia e acumulação. Fortaleza: Eduece, 2010.
- ARAÚJO, Mayara de. **Histórias de Beco**: quando a poeira assenta, entrevemos rostos, punhos e corações. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2011.
- ARAÚJO, G. A. F.; DORONIN, J. A. F. **Identidades plurais evidenciadas nos espaços das feiras lusitanas**. In: VIII Semana de Estudos Históricos do CERES-História e Cultura e Patrimônio. Caicó, 2008. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/anais/Anais>>. Acesso em: 11 ago. 2012.
- BERNAL, M. C. C. Centro de Fortaleza: reabilitação urbana para quem?. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, Fortaleza ano 4, n.7, p.49-56, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article>>. Acesso em: 12 abr. 2012.
- BETTIO, T. M. A informalidade do trabalho no Brasil dentro da perspectiva histórica. In: Congresso Internacional de História. 9 a 11 de setembro de 2009. Maringá- Paraná. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/142.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2012.
- CACCIAMALI, M. C. *A composição do mercado informal de trabalho e o papel do mercado de trabalho na redução da pobreza*. São Paulo: Fipe, 2002. (Convênio Fipe, MTE, Tema 52).
- CACCIAMALI, M. C. Princípios e direitos fundamentais no trabalho na América Latina. In: *São Paulo e Perspectiva*, Seade, São Paulo, v.16, n. 2, 2002.
- CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, Campinas, Unicamp, n. 14, jun. 2000.
- CACCIAMALI, M. C. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: Ed. IPE, 1983. (Série Ensaios Econômicos, n. 26).
- CARDOSO, C. A. A. A cidade cogumelo: Campina Grande das feiras às festas. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, ano 1, n. 2, p.41-60, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article>>. Acesso em: 12 maio 2012.
- CARRERAS, C.; PACHECO, S.M.M. **Cidade e comércio**: a rua comercial na perspectiva internacional. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009. 284p.
- CARLOS, A.F.A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.157p.

CARLOS, A.F.A. A. **Espaço Urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTELLS, M. **A questão Urbana**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

CLEPS, Geisa D.G. O Comércio e a Cidade: novas territorialidades urbanas. *Sociedade & Natureza*, Urbelândia, 16: 117- 132, jun. 2004.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. 94p.

COSTA, M. C. L. Planejamento e Expansão Urbana. In: DANTAS, E. W. C.; SILVA, J. B. da; COSTA, M. C. L. (orgs). **De cidade à metrópole**: (trans) formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

\_\_\_\_\_. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, J.B. et al. (orgs). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2 ed. Fortaleza: Edição Demócrito Rocha, 2007.

\_\_\_\_\_. Expansão da infra-estrutura urbana e dos serviços públicos em Fortaleza (Brasil), na virada do século XIX. In: Encontro de Geógrafos da América Latina –2005 – Universidade de São Paulo. São Paulo Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina.p.3765-3781.

\_\_\_\_\_.Urbanização da sociedade cearense. In: DAMIANI, A.L.; CARLOS, A.F.A.; SEABRA, O.C.L. **O espaço no fim do século**: a nova raridade. 2ed. São Paulo: Contexto. 2001.

\_\_\_\_\_. *Cidade 2000*: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza. 1988. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

DANTAS, A.; TAVARES, M. A. A. Os dois circuitos da economia urbana em João Câmara/RN, Brasil. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v.11, n.26, p.58-73, mai./ago. 2012. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

DANTAS, E. W. C.; SILVA, J. B. A formação histórica da Metrópole e principais tendências de desenvolvimento. In: PEQUENO, R.(org). **Como anda Fortaleza**. Fortaleza: Letra Capital, 2009.

DANTAS, E. W. C. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. 2. ed. Fortaleza: UFC, 2011, 103p.

DANTAS, E. W. C. O centro de Fortaleza na Contemporaneidade. In: DANTAS, E. W. C.; SILVA, J. B. da; COSTA, M. C. L. (orgs). **De cidade à metrópole**: (trans) formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

\_\_\_\_\_. A cidade de outrora: Fortaleza um montão de areia profunda. In: CORIOLANO, L. N. (org.). **Políticas de turismo**: Estratégias para a sustentabilidade. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2008.

\_\_\_\_\_. Metamorfoses do setor terciário e terciarização contemporânea. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, Fortaleza ano 6, n.12, p.18-24, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Apropriação do espaço público pelo comércio ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em evidência (1975-1995). **Geo. crítica - Scripta Nova Revista Eletronica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona ,v.9 ,n.202. 2005. Disponível em:< <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-202.htm>>. Acesso em 10 Nov.2012.

\_\_\_\_\_. **Comércio Ambulante no Centro de Fortaleza/CE (1975 a 1995)**. 1995. 218 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FFLCH/USP, São Paulo, 1995.

DANTAS, G. P. G. Feiras do Nordeste. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC. Fortaleza, Ano7, n.13, p.87-101, 2008. Disponível em:< <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

DRUCK, G.; OLIVEIRA, L. P. A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador. **Revista VeraCidade**. Nº 3, Ano 3,p. 1-22 Maio de 2008. Disponível em: < <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br>>Acesso em: 14 out. 2011.

EDUARDO. M. F. Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. **campo-território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 173-195, ago. 2006.

FEIJO, C. A.; SILVA, D.B. N.; SOUZA, A.C. Desvendando a heterogeneidade do setor informal brasileiro: uma contribuição à discussão de políticas públicas de combate a informalidade. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.13, n. 2, p. 329-354 Maio de 2011. Disponível em: <<http://www.oplop.uff.br/biblioteca/1953/desvendando>> Acesso em: 11 jun.2012.

FERNANDES, F.R.C. As transformações espaciais e ambientais na área central de Fortaleza: uma análise das suas perspectivas de renovação urbana. Dissertação de mestrado. PRODEMA. Universidade Federal do Ceará. 2004.234p.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. **O mercado de trabalho de Fortaleza 2005 a 2010**. Fortaleza, 2011.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. Síntese **Fortaleza e o emprego formal por bairro**. Fortaleza, 2011.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. Secretaria Regional do Centro de Fortaleza. Relatório da pesquisa de quantificação dos vendedores e ambulantes da feira da rua José Avelino e seu entorno. Fortaleza, 2011.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. Relatório de pesquisa de quantificação dos ambulantes do centro de Fortaleza. Fortaleza, 2009.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal. **Emprego: Fortaleza e o emprego formal**. Fortaleza, 2007.

FOUCAULT, M. Sobre a Geografia. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro. 1984

LEFEBVRE, H. O Espaço e o Estado. L'état-vol. VI.

GOMES, P. C. C. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Org). **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 192 p.

GOMES, P. C. C. Espaços públicos: a cidade em cena (I). A fabricação do filme. O relato de uma aventura. **Revista Espaço Aberto**. PPGG. UFRJ. v.1.n.2 p.09-22. 2011.

GOMES, P. C. C. Espaços públicos: a cidade em cena (II). Modo de usar, efeitos colaterais e razões adversas. **Revista Espaço Aberto**. PPGG. UFRJ. v.1.n.2 p.09-22. 2011.

GONÇALVES, T. E. **Labirintos da Modernidade Urbana: North Shopping na produção de uma nova centralidade em Fortaleza - CE**. 2009. 173f. Dissertação (Programa de pós-Graduação em Geografia) UFC, 2009.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia (UFF), v. 17, 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article>> Acesso em: 23 maio 2011.

HARVEY, D. **Condição Pós Moderna**. 21.ed. São Paulo: Loyola, 2011. 348 p.

HOLANDA, Virgínia C.C. de. **Modernizações e espaços seletivos no Nordeste Brasileiro**. Sobral: conexão lugar/mundo. 2007. 280f. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH/USP, São Paulo, 2007.

ITIKAWA, L.F. **Trabalho Informal nos espaços públicos no centro de São Paulo: pensando parâmetros para políticas públicas**. 2006. 554f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

JUCÁ NETO, C. R. Primórdios da rede urbana cearense. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, Fortaleza ano 8, n.16, p.77-102, mai./ago. 2009. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article>>. Acesso em: 4 set. 2012.

KREIN, J. D.; PRONI, M W.; **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília: OIT, 2010. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.4). Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/node/241>> Acesso em: 15 jul. 2012.

LEMENHE, M.A. **As razões de uma cidade**. Fortaleza: Stylos comunicações, 1991.

LINHARES, P. **Cidade de água e sal: por uma antropologia do litoral do nordeste sem cana e sem açúcar**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1992.

LIRA, I. C. D. Trabalho Informal como Alternativa ao Desemprego: desmistificando a informalidade. In: SILVA, M. O. S.; YAZBECK, M. C. (Org.). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. P.130-160.

LOPES, F. C.R. **A centralidade da Parangaba como produto da fragmentação de Fortaleza (CE)**. 2006, 161f. Dissertação de Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

LOPES, F. C.R.; SILVA, J. B. A centralidade da Parangaba como produto da fragmentação de Fortaleza (CE). In: SILVA, J. B.; et al. (orgs.). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Expressão Gráfica, 2006.

MARTINS, R; DOMBROWSKY. Mapa do trabalho informal na cidade de São Paulo In: JAKOBSEN, K.; MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. (org.). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000, p. 24-39. Disponível em: <[http://fpa.org.br/uploads/mapa\\_do\\_trabalho\\_informal.pdf](http://fpa.org.br/uploads/mapa_do_trabalho_informal.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2012.

MELO, H. P.; VASCONCELOS L. S. A economia informal metropolitana: um estudo baseado na ECINF/IBGE. **Textos para discussão UFF/economia**. 2008. Disponível em: <[http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF\\_TD231.pdf](http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD231.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2012.

MELO, H. P. de.; TELES, J. L. **Serviços e informalidade: o comércio ambulante no rio de janeiro**. IPEA, Rio de Janeiro, dezembro de 2000. Disponível em <[http://www.livrosgratis.com.br/arquivos\\_livros/td\\_0773.pdf](http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/td_0773.pdf)>: Acesso em: 02 set. 2012

MENEZES, G. R. **Lutas políticas e crise social: a elite política cearense na década de 1870**. 2006, 225f. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós - Graduação em História Social. Fortaleza, 2006.

MESQUITA, E. C. **Informalidade no mercado de trabalho de Fortaleza: dimensão e características Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho,( SINE/IDT) 2008**. 41 p.

MONTENEGRO, M. R. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. **Revista Geográfica Venezolana**, Vol. 53, p.147-164, 2012. Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/35601/1/nota2.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2013.

MONTENEGRO, M. R. **Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém**. 2011, 303f. Tese (Doutorado em Geografia)- FFLCH/USP, São Paulo, 2011.

MONTENEGRO, M. R. O circuito inferior central na cidade de São Paulo em sua relação com a densidade de fluxos e com o meio construído. **Mercator**. - Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, Ano 8, n.15, p 37-48, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator>> Acesso em: 27 abr. 2013.

MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 2006, 205f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - FFLCH/USP, São Paulo, 2006.

MONTESSORO, C. C. L.. **Centralidade urbana e comércio informal**: os novos espaços de consumo no centro de Anápolis-GO. 2006. 384f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Faculdade de ciências e tecnologia. Presidente Prudente, 2006.

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, p. 111-129, 2003.

OLIVEIRA, A. P. **Mundo das mulheres no mercado de trabalho em Fortaleza/CE**. 2007. 110f. Dissertação (Programa de pós- Graduação em Geografia). UFC. Fortaleza, 2007.

OLIVEIRA, L.P. J. de . **A condição “provisória-permanente” dos trabalhadores informais**: o caso dos trabalhadores de rua na cidade de salvador. 2005. 237f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFB. Salvador, 2005.

OLIVEIRA JR. G. Novas expressões de centralidade e aprofundamento do estranhamento da vida cotidiana na cidade. **Mercator**. Fortaleza, ano 07, n. 14, 2008.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **A OIT e a Economia Informal**. 1ª edição. Lisboa. 2006. 44p.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **La globalización y el empleo en el sector Informal en los países en desarrollo**. Disponível em<<http://www.gep.msss.gov.pt/edicoes/oit/index.php>>: Acesso em: 28 jun. 2012.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Panorama Laboral 2011**. Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2011. 144 p. Disponível em<<http://www.gep.msss.gov.pt/edicoes/oit/index.php>>: Acesso em: 28 jun. 2012.

PONTES, A. M. F. **A cidade dos clubes**: modernidade e 'glamour' na Fortaleza de 1950-1970. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

PEQUENO, L. R. B. **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrôpoles, 2009.

PEQUENO, L. R. B. Análise sócio-ocupacional da estrutura intra-urbana da Região Metropolitana de Fortaleza. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, Fortaleza ano 7, n.13, p.71-86, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

PETER, A.P. **O papel do comércio na produção da centralidade em Pelotas –RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia) \_ Programa de Pós- Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande – Rio Grande, 2010.

RAMOS, L.; FERREIRA, V. Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil — 1991-2003. Texto para discussão N° 1099. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em<<http://econpapers.repec.org/paper/ipeipetds/1099.htm>>: Acesso em: 11 jun. 2012.

RYBCZYNSKI, Witold. **Vidas nas Cidades**: expectativas urbanas no mundo novo. (Tradução: Beatriz Horta). Rio de Janeiro: RECORD, 1996.

RIBEIRO, R. N. **Causas, Efeitos e Comportamentos da Economia Informal no Brasil**. 2000. 59p. Mestrado em economia do setor Público - Universidade de Brasília. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudotributarios/TrabAcademicos/Textos/>> Acesso em: 11 jun. 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. XXI.

WEBER. M. Os tipos de dominação. In: WEBER.M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva.

\_\_\_\_\_. Sociologia da dominação. In: WEBER.M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva.

SALVADOR, D. S. C. O. Espaço geográfico e circuito inferior da economia urbana. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v.11, n.25, p.47-58, mai./ago. 2012. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article>>. Acesso em: 4 dez. 2012.

SAQUET. M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. *Geosul*, v.22, n.43, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SALGUEIRO, T. CACHINHO, H. As relações cidade-comércio: dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. In: CARRERAS, C.; PACHECO, S.M.M (org.). **Cidade e comércio**: a rua comercial na perspectiva internacional. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2009. 284p.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: F. ALVES, 2008.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**: críticas e alternativas. 2. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2011.

SINGER, P. O trabalho informal e a luta da classe operária. In: JAKOBSEN, K.; MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. (org.). **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Perseu Abramo, 2000, p. 24-39. Disponível em: <[http://fpa.org.br/uploads/mapa\\_do\\_trabalho\\_informal.pdf](http://fpa.org.br/uploads/mapa_do_trabalho_informal.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2012.

SILVA, A. I. F.; HOLANDA, V. C. C. de. Um estudo dos circuitos da economia urbana na cidade de Cariré-Ce. **Revista Homem, Espaço e Tempo**. Mar. 2009. Disponível em:

[http://www.uvanet.br/rhet/artigos\\_marco\\_2009/estudo\\_circuitos.pdf](http://www.uvanet.br/rhet/artigos_marco_2009/estudo_circuitos.pdf). Acesso em: 16 de Nov. 2012.

SILVA, E. A. **Espaços públicos e territorialidades: as Praças do Ferreira, José de Alencar e o Passeio Público, Fortaleza – CE**. 2006. 174f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

SILVA, J. B. Formação Socioespacial Urbana. In: DANTAS, E. W. C.; SILVA, J. B. da; COSTA, M. C. L. (orgs). **De cidade à metrópole: (trans) formações urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

\_\_\_\_\_. Características Gerais da Região Metropolitana de Fortaleza. In: DANTAS, E.W.C. et al (Org.). **Vulnerabilidade Socioambiental na Região Metropolitana de Fortaleza**. 1 ed. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

\_\_\_\_\_. O mercado de trabalho e a cidade brasileira. In: VALENÇA. M.M. (org). **Cidade (i) legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

\_\_\_\_\_. Diferenciação socioespacial. **Cidades**. Presidente Prudente v. 4, n. 6, p. 89-100, 2007. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article>. Acesso em: 10 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. A cidade contemporânea no Ceará. In: SOUZA, S.; PINHEIRO, F. J. **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007. 447p.

\_\_\_\_\_. A Região Metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, J. B. da. et al. (orgs). **Ceará: novo olhar geográfico**. 2 ed. Fortaleza: Edição Demócrito Rocha, 2007.

\_\_\_\_\_. Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral. In: SILVA, J. B. ; et al. (orgs.). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Expressão Gráfica, 2006.

\_\_\_\_\_. Vivendo a cidade: o caso de Fortaleza. In: VASCONCELOS, J.G.; ADAD, S.J.H.C. (orgs.) **Coisas de Cidade**. Fortaleza: Edições UFC, 2005.

\_\_\_\_\_. O sentido da cidade no final do século XX. In: SPOSITO, M.E.B. **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, 2001. 643 p.

\_\_\_\_\_. **Nas trilhas da cidade**. Fortaleza-CE. Museu do Ceará: Secretaria da Cultura e Desporto, 2001.

\_\_\_\_\_. Discutindo a Cidade e o Urbano In: SILVA, J. B; et al. (orgs.). **A Cidade e o Urbano: Temas para Debates**. Fortaleza: EUFC, 1997.

\_\_\_\_\_. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf, 1992.

SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, Jan./Abr. 2009.

\_\_\_\_\_. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. **Cuadernos del Cendes**. Caracas, v. 21 n.57, p.1-21, set. 2004. Disponível em: <[www.scielo.org.ve/scielo.php](http://www.scielo.org.ve/scielo.php)> Acesso em: 25.04.13

Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego (SPED) - IDT. **A inserção da mulher no mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Fortaleza**. Boletim, março de 2013. Disponível em:< <http://www.sineidt.org.br/Institucional/EstudosPesquisas.aspx>> Acesso em: 15.05.13.

SOUZA, M. S. Análise da Estrutura Urbana. In: DANTAS, E. W. C; SILVA, J. B. da; COSTA, M. C. L. (orgs). **De cidade à metrópole**: (trans) formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E; et al. (org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SPOSITO, M.E.B. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. Revista Território. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, n.4, 1998.

THEODORO, M. As Bases da Política de Apoio ao Setor Informal no Brasil. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 762). Disponível em:<  
[http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2000/td\\_762.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_762.pdf)> Acesso em: 11 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. O estado e os diferentes enfoques sobre o informal. Brasília: IPEA, 2002. (Texto para Discussão, n.919). Disponível em<  
[http://www.livrosgratis.com.br/arquivos\\_livros/td\\_0919.pdf](http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/td_0919.pdf)>: Acesso em: 11 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Os programas de apoio ao setor informal no nordeste. **Planejamento e políticas públicas**. nº 12 - jan/jun de 1995 Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php>>: Acesso em: 11 jun. 2012.

TOKMAN, Víctor E. De la informalidad a la modernidad. **Economía** Revista del Departamento de Economía Pontificia Universidad Católica del Perú volumen XXIV No 48 diciembre 2001.

TOKMAN, Víctor E. Las Relaciones entre los sectores formal e informal. Una exploración sobre su naturaleza. **Economía** Revista del Departamento de Economía Pontificia Universidad Católica del Perú volumen XXIV No 48 diciembre 2001.

VALVERDE. R. R. H. F. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 15, pp. 119 - 126, 2004.

VARGAS, H.C; CASTILHO, A.L.H. Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados. São Paulo: Manole, 2006.280p.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas**: São Paulo: HUMANITAS, 2000, 548 p.

**JORNAIS.**

CABRAL, B. Até R\$ 20 mi em um dia. **Jornal O POVO**, Fortaleza, 11 de agosto 2013. Economia. Disponível em: < <http://www.opovo.com.br/app/opovo.economia> > Acesso em: 11 de agosto 2013.

GONÇALVES, L. Ambulantes ocupam Praça José de Alencar. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 12 fevereiro 2012. Cidade. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1209745>>. Acesso em: 12 fevereiro 2012.

GARCIA K. Praça da Lagoinha será aberta dia 27. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 12 dezembro 2012. Cidade. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=1210663>> Acesso em: 12 Dezembro 2012.

VIANA, A. L. Centro é invadido por ambulantes. Fortaleza, 12 dezembro 2012. **Diário do Nordeste**, 24.12.2010. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=907112>> Acesso em: 12 Dezembro 2012.

FONSECA.L. Projeto “Parque da Cidade” preocupa ambulantes do Centro. **Diário do Nordeste**,

Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com>> Acesso em: Fortaleza, Ceará - Domingo 22 de agosto de 1999

FREIRE, M. [Praça da Lagoinha: fechada para reforma desde abril, obras ainda não têm previsão de início](#). **Jornal O POVO**. Fortaleza, 06/11/2011. Disponível em: <<http://www.poramorafortaleza.com/voce-sabia/praca-da-lagoinha-fechada> > Acesso em: 10/12/12.

Ambulantes da Praça da Estação pedem solução. **Jornal O POVO**. 08/01/13 Disponível em: <. <http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/noticiasjornalfortaleza> > Acesso em: 08/01/13.

MAIA, G. Comércio informal ainda ocupa calçadas e praças do bairro. **Jornal O POVO**. 04/07/12. Disponível em: <. <http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/noticiasjornalfortaleza> > Acesso em: 08/01/13.

PALÁCIO, F.; MAIA, J. Esqueleto -Impasse sobre prédio sem data para acabar. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 30 abril 2010. Cidade. Disponível em: < <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=777272> >. Acesso em: 12 fevereiro 2012.

WANBERGNA, L. Beco da poeira- Feirantes preferem ‘esqueleto’ **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18. Fevereiro 2009. Cidade Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=616011>>. Acesso em: 12 fevereiro 2012.

**SITES**

[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1766](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766).

[Http://www.centrodefortaleza.com.br/paginas/destaques.php?titulo\\_resumo=projeto+do+novo+beco+da+poeira#.uqnp7\\_bgow](Http://www.centrodefortaleza.com.br/paginas/destaques.php?titulo_resumo=projeto+do+novo+beco+da+poeira#.uqnp7_bgow).

<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/issue/view/m7>

<http://www.jangadeiroonline.com.br/fortaleza/grupo-de-comerciantes-do-beco-mantem-ocupacao-do-predio-esqueleto/>

<http://fortalezanobre.blogspot.com.br/2011/10/fabrica-progresso.html>.

<http://fortalezaemfotos.blogspot.com.br/search/label/fabrica%20progresso>

<http://www.facebook.com/fortalezafeiradase?fref=ts>

<http://www.facebook.com/groups/>.

<http://www.opovo.com.br/>.

<http://diariodonordeste.globo.com/>.

**ANEXO A** – Questionário socioeconômico aplicado no Beco da Poeira. Os dados coletados com esse questionário fazem parte do banco de dados Metrowiki.



Universidade Federal do Ceará  
Centro de Ciências  
Departamento de Geografia  
Laboratório de Planejamento Urbano e Regional  
Pesquisa de Iniciação Científica



CNPq



FUNCAP

### Pesquisa Socioeconômica dos Trabalhadores da Feira da Sé e Beco da Poeira

Entrevistador: \_\_\_\_\_ Questionário nº \_\_\_\_\_

Local da Pesquisa: \_\_\_\_\_

**1. Identificação do entrevistado:** \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_ Sexo: M ( ) F ( ) Estado Civil: Solteiro ( ) Casado ( ) Outros ( ) \_\_\_\_\_

**Escolaridade:** Ensino Fund. Incompleto ( ), E. Fund. Completo ( ) E. Médio Incompleto ( ) E. Médio Completo ( ) Graduação ( ) Outros ( ) \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Local de residência: \_\_\_\_\_ Local de procedência: \_\_\_\_\_

**2. Atividade:** proprietário do Box ( ) empregado ( ) familiar ( ) \_\_\_\_\_

Tem outra atividade formal ou informal? \_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_ onde? \_\_\_\_\_

Desde quando trabalha no comércio informal? \_\_\_\_\_ Onde começou? \_\_\_\_\_

Quanto tempo trabalha neste local? \_\_\_\_\_

Tem ou teve outra profissão? \_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_\_

Quais os dias que trabalha neste local? \_\_\_\_\_ Quantas horas trabalha por dia? \_\_\_\_\_

Tem outros pontos de venda? \_\_\_\_ Onde? \_\_\_\_\_

Vende em outros pontos: Sim ( ) Não ( ) Quais? \_\_\_\_\_

Participa de alguma associação? Sim ( ) Não ( ). Qual? \_\_\_\_\_

Paga o INSS? \_\_\_\_ e os seus empregados? \_\_\_\_\_

### 3 – Produtos Comercializados

( ) confecção; ( ) calçados; ( ) ferramentas ( ) outros \_\_\_\_\_

**Locais de compra dos produtos:** fortaleza – bairro? Outros municípios \_\_\_\_ outros estados

**Destino das vendas/ por produtos** ( ) População Local; ( ) comerciantes locais;

( ) comerciantes de outros Estados; ( ) comerciantes de outros municípios; ( ) outros \_\_\_\_\_

### 4. Trabalhadores: auxiliares

Quantas pessoas trabalham no box? Parentes ( ) agregado ( ) Assalariado ( ) diarista ( )

### 5. Outras questões

Porque está trabalhando no comércio Informal? \_\_\_\_\_

Gosta do que faz? \_\_\_\_\_

Opinião do comerciante em relação ao novo local. Melhorou? Sim ( ) Não ( )

Qual a renda mensal? \_\_\_\_\_

